

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 7
1998



Fundação para a Ciência e a Tecnologia

TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses
Número 7 1998
ISSN: 0871-682X

DIRECTOR

Maria Leonor Machado de Sousa

SECRETÁRIO

Isabel Maria da Cruz Lousada

COMISSÃO REDACTORIAL

Maria Leonor Machado de Sousa
Filipe Furtado

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centro de Estudos Comparados de Línguas
e Literaturas Modernas – Linha de Acção N.º 1 –
Da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
Avenida de Berna N.º 26 C – 1050 Lisboa

EDIÇÃO

Tiragem: 500 exemplares
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ FCSH – Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas

CAPA

Arranjo gráfico de Mário Vaz, a partir do selo existente na
Ratificação do Tratado de Ricardo II, Rei de Inglaterra
com D. João I – 1386 - Arq. Nacional Torre do Tombo

EXECUÇÃO GRÁFICA

Editorial Minerva
Rua da Alegria, 30 – 1250-007 LISBOA – Telef. 3224950

DISTRIBUIÇÃO

Centro de Estudos Comparados
De Línguas e Literaturas Modernas

Depósito Legal n.º 93441/95

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 7

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Centro de Estudos Comparados
de Línguas e Literaturas Modernas

Linha de Acção N.º 1

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

1998

S U M Á R I O

1. Dr.^a Maria João da Rocha Afonso. **“A aventura anglo-lusa do Rei Leir”**.

Um pouco por toda a Europa encontramos lendas, histórias ou contos populares que, se bem que apresentando variantes, se repetem sem que por vezes seja possível estabelecer a ligação entre eles. Existem também casos em que a lenda passou para a História, tendo sido incorporada na “genealogia” de um ou mais países. É o caso da que agora se apresenta que, tendo sem dúvida tido uma origem antiga e desconhecida, nos aparece quer na cultura inglesa quer na portuguesa, com aspectos e tratamentos diversos mas com inequívocos pontos de contacto.

Assistente Convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

9

2. Dr. Rogério Miguel de Puga. **“Shakespeare e os descobrimentos Portugueses”**.

No presente artigo recolhemos, contextualizamos histórica e socialmente e analisamos as referências que William Shakespeare e outros escritores ingleses fizeram aos Descobrimentos Portugueses, nas quais a imaginação se conjuga com o exotismo, descrevendo o encontro do povo português com o Outro. Foram várias as obras literárias e personalidades portuguesas que serviram de fonte e influência para diversas peças do dramaturgo e que, sendo conhecidas, proporcionam ao leitor destas últimas uma visão diferente do processo

criativo, do modo como Shakespeare adaptou, reescreveu e interpretou os referidos materiais.

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas – variante Estudos Portugueses e Ingleses. 21

3. Prof. Doutor João Paulo Ascenso Pereira da Silva. **“An episode in the Life of Don Sebastian of Portugal: a fortuna de uma personagem mítica na encruzilhada de duas tradições literárias”**.

A redescoberta do periódico inglês *The Lusitanian*, publicado mensalmente no Porto, no século passado (1844-1845), traria a lume a existência de uma narrativa ainda desconhecida, onde se efectua a abordagem literária da figura mítica que foi D. Sebastião. Trata-se de um texto em que nitidamente confluem duas tradições distintas na representação da personagem – a inglesa e a portuguesa –, mas que reflecte, sobretudo, uma notória influência do tipo de tratamento de que foi alvo durante o nosso Romantismo.

Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 37

4. Prof.^a Doutora Teresa Botelho. **“Aaron Lopez – Um pioneiro Português na América Colonial”**.

Este artigo utiliza a correspondência pessoal e comercial de Aaron Lopez, um exilado português que se fixa em Newport, Rhode Island, em 1752, para reconstruir a sua carreira de grande comerciante e armador colonial, a sua eminência social e os seus dilemas políticos no período da Guerra da Independência e da ocupação inglesa da cidade de Newport. Os diários de Erza Stiles, presidente da Universidade de Yale, amigo de Lopez e observador cuidadoso da vida de Newport, são também utilizados como fontes informações públicas e pessoais sobre a sua vida e carreira.

Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 75

5. Dr.^a Teresa Real Byrne. **“On the road with Wellington by August Ludolf Friedrich Shaumann – Um teste-**

munho da vida de campanha das tropas aliadas anglo-portuguesas durante a Guerra Peninsular”.

O artigo pretende analisar a aliança anglo-portuguesa durante a Guerra Peninsular, tal como esta é observada por um comissário alemão, alistado nas tropas de Wellington. O seu diário é, pois, um interessante testemunho da vida de campanha dos soldados portugueses e ingleses. Pela riqueza de pormenores que fornece, pormenores estes que vão muito além dos aspectos militares, e pela singular visão que dá, quer dos ingleses quer dos portugueses e de Portugal, o diário destaca-se no vastíssimo conjunto de páginas sobre este período da História conjunta luso-britânica.

Mestranda em Estudos Anglo-Portugueses, colaboradora desta Linha de Acção. 99

6. Dr.^a Isabel Lousada e Dr.^a Iolanda Ramos. **Recensão crítica**

Respectivamente Assistente de Investigação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Assistente Convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 113

7. Prof.^a Doutora Maria Fernanda de Abreu. **Recensão crítica**

Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 117

A AVENTURA ANGLO-LUSA DO REI LEIR *

Maria João da Rocha Afonso

Apesar de até ao século XIV, com a assinatura do tratado de Windsor, as culturas portuguesa e inglesa só terem tido contactos esporádicos como, por exemplo, a ajuda que os Cruzados da 2.^a Cruzada deram a D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa, o certo é que podemos encontrar, às vezes de forma um tanto inesperada, pontos comuns às duas culturas. É um desses casos que estudaremos neste artigo: trata-se da história, bem conhecida na forma que lhe deu William Shakespeare, do rei Lear e da relação trágica com as suas três filhas.

A figura do rei Leir, posta embora a correr como facto histórico pela *Historia regum Britanniae* de Geoffroy of Monmouth (c.1130), radica numa tradição muito mais antiga, de certo reportável ao folclore gaélico, sua verdadeira origem. Trata-se pois da fixação de uma lenda cuja fortuna literária se viria a revelar de uma apreciável fecundidade ao longo dos séculos. A história do rei Leir e das suas três filhas insere-se num tipo de contos sobre a ingratidão filial e o contraste entre bons e maus filhos, muito espalhado na Europa e na Índia, sendo dos mais conhecidos o conto tradicional fixado pelos irmãos Grimm em *Kinder- und Hausmärchen* de 1812, em que a resposta da terceira filha à pergunta sobre que amor dedica ao pai é dada com uma referência ao sal que este não percebe, e o conto de *Cinderela*, de Charles Perrault, em que uma órfã de mãe sofre os maus tratos das irmãs, acabando por ser recompensada com um bom casamento. Existe também um conto tradicional português em que

* Texto reformulado da lição apresentada a Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, em 1985.

surge o teste às filhas, e a resposta é igual à do conto alemão, com a conseqüente zanga do pai.

No entanto, se na Europa continental estas histórias corriam oralmente e sempre com carácter de conto ou lenda, outro tanto não acontecia em Inglaterra, onde a sua inclusão na obra de Monmouth levou a que fosse considerada como um facto histórico, dentro de uma concepção medieval de História em que se considerava como positiva a inserção de narrativas que, pertencendo à cultura popular de um povo e hipoteticamente verídicas, se apresentassem como símbolo de algum aspecto da vida humana. À verdade histórica aliavam-se elementos que ilustrassem uma moral. É, por exemplo, o caso das narrativas arturianas. Monmouth vai ao ponto de indicar um exemplo "verificável" da acção de Leir ao atribuir-lhe a fundação da cidade de Leicester, conferindo assim mais verosimilhança à figura. Para além disto, refere ainda que Cordelia o enterrou numa câmara cavada junto ao rio Soar, junto de Leicester. Esse túmulo seria dedicado ao deus Jano, e anualmente – escreve o cronista – os artífices vinham festejar nesse local.

A obra de Monmouth serviu de inspiração e fonte a muitas outras tanto em Inglaterra como no Continente. E quando, no século XVI, Henry VII ordenou a elaboração de uma genealogia dos Tudor, os cronistas basearam-se sua obra. Entre Monmouth e o século XVI existiu uma série de crónicas que mantiveram a história do rei Leir presente na cultura inglesa, seguindo-a de perto ou introduzindo-lhe algumas modificações.

Monmouth apresenta-nos um rei velho que pretende dividir metado do seu reino pelas três filhas, perguntando-lhes qual o amava mais para assim decidir a quem daria o maior quinhão. As duas primeiras, com lisonjas, ganham um marido e um dote. Mas a mais nova decide, por sua vez, testar o pai e responde-lhe com uma metáfora que ele não compreende. Como consequência o rei deserda-a. Mais tarde ela casa com o rei de França.

As duas filhas mais velhas unem-se e revoltam-se contra o pai, despojam-no do resto dos seus bens e do séquito que o segue, acabando por o expulsar do trono, o que o obriga a recorrer à rainha de França, que o acolhe favoravelmente. O rei de França reúne um exército que Leir comanda numa expedição a Inglaterra na tentativa de recuperar o trono usurpado. Tendo vencido, sucede-lhe Cordelia, a filha mais nova. Finalmente, os sobrinhos, filhos das irmãs derrotadas, rebelam-se contra a tia a quem encerram numa prisão, onde ela acaba por se suicidar.

Esta é, em sùmula, a história que, apesar das modificações, se vai manter em todos os textos em que surge.

Refiro apenas algumas obras. Em Inglaterra temos:

— *Brut*, de Lazamon (c. 1200): é a primeira narrativa inglesa da história em verso e não deriva directamente de Monmouth, mas de Wace. Apresenta um Leir irascível que aprende a verdade à custa da sua miséria.

— *New Chronicles*, de Robert Fabyan (edição póstuma de 1516): é a primeira versão inglesa em prosa e apresenta alterações substanciais à história.

— *Chronicles of England, Scotland and Ireland*, de Raphael Holinshed (1578): Leir faz o teste às filhas, não para dividir o reino, mas para decidir quem lhe sucederia no trono. Holinshed refere ainda a senilidade do rei, a atitude contra-natura das filhas e a morte dos dois cunhados.

Também conhecida no Continente, a obra de Monmouth serviu de fonte a várias outras sendo que, em termos cronológicos, a primeira versão da história depois da *Historia regum Britanniae* é francesa. Ou seja, o tema veio de Inglaterra para França, tendo regressado a Inglaterra com Lazamon. A obra francesa é:

— *Roman de Brut*, de Wace (1155): trata-se de uma tradução livre da obra de Monmouth. Retoma-se a história de Leir com algumas alterações. Inclui também, a título de curiosidade, a história do rei Artur, sendo a primeira vez que se menciona a Távola Redonda. É esta a obra que se vai tornar uma das principais fontes para as obras posteriores, incluindo as inglesas.

Prova-se ainda que a matéria herdada de Monmouth teve sequência na literatura ibérica, como o demonstra o *Libro de las Generaciones* (c.1220), de que se conhece a versão de Martín Larraya do século XV e a *Historia de Inglaterra Llamada Fructo de los Tiempos*, de Rodrigo Cuero (1509), que contam a história de Leir e Cordelia, bem como das personagens arturianas.

Podemos assim definir duas linhas: a inglesa e a continental. A linha inglesa guarda um carácter próprio e desenvolve-se relativamente fiel ao texto de Monmouth ao manter a predominância das filhas – o que não acontece na linha continental de origem francesa –, a pouca importância do rei de França (nas obras inglesas este rei reúne um exército mas é Leir quem o comanda) e ao sugerir a senilidade do rei que, se bem que não apareça na obra original, só existe nos textos britânicos, não tendo nunca passado para o Continente.

Chegamos assim aos dois textos que nos interessam: o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (c.1340) e *King Lear* de William Shakespeare. Estas duas obras, separadas por mais de 250 anos e produzidas em países que, à data da conclusão do texto português, mantinham poucos ou nulos contactos entre si, apresentam no entanto uma história comum: a do rei Leir, que tenho vindo a referir. O *Livro* de D. Pedro é anterior ao tratado de Windsor e ao casamento de D. João I com Philippa of Lancaster, prima do Rei de Inglaterra, sendo aparentemente estranho que, numa obra que se destina a esclarecer a genealogia da casa real portuguesa, apareçam narrativas da História de Inglaterra. Não havendo ainda ligações entre as duas casas reais, como aconteceria mais tarde, o leitor de hoje não vê aparente justificação. Mas ela existe...

Até então os livros de linhagens portugueses – também chamados nobiliários – consistiam em meras compilações de genealogias de famílias nobres. Alexandre Herculano, em *Portugaliae Monumenta Historica* (1873), ordenou os quatro livros existentes em Portugal até ao século XIV, atribuindo uma numeração aos três primeiros e chamando ao último *Livro do Conde D. Pedro*, que foi o único a ser impresso. A obra mereceu esta “distinção”, não porque tenha sido a única organizada por este autor, mas talvez porque não segue exactamente o mesmo critério das anteriores, tendo o Conde alterado a concepção deste tipo de obras.

Os dois últimos nobiliários, de acordo com a seriação de Herculano, foram organizados por D. Pedro, Conde de Barcelos (1285-1354), filho bastardo do Rei D. Dinis, que introduz no terceiro várias lendas possivelmente de origem jogralesca, como a da Dama Pé-de-Cabra e a lenda de Gaia. Contém ainda uma viva descrição da Batalha do Salado, que é normalmente atribuída à pena do compilador.

No entanto, é o quarto livro – aquele ao qual Herculano atribuiu o nome do Conde – que marca uma ruptura com a incipiente historiografia portuguesa tradicional, ao ser-lhe incluída no início uma História Universal a começar em Adão e a terminar em Roma, no tempo de César, após o que passa então a descrever a História da Península.

Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) foram conhecidas em Portugal as tentativas de Afonso X para elaborar uma História enciclopédica, em que teriam lugar não só os reis, mas também membros da Igreja e uma multidão de personagens variadas, pertencentes à História Universal. A sua *Cronica geral*

de España inclui Godos, Romanos, todos os dominadores da Península Ibérica e, posteriormente, foram-lhe acrescentadas personagens da Bíblia.

A introdução deste tipo de historiografia em Portugal deve-se, no entanto, não a qualquer iniciativa real mas a uma iniciativa pessoal de D. Pedro, o já referido filho bastardo do rei.

A importância e novidade do *Livro de Linhagens* excede a minúcia de informação e reside no conceito de História que indicia. Ultrapassando o localismo tradicional em obras deste género, D. Pedro pretende ligar à história das linhagens portuguesas ilustres, único objecto do primeiro livro de linhagens que se conhece (c. 1270) e do qual resta apenas um fragmento, a das linhagens do resto da Península, e a este conjunto dar por fundo a história genealógica das casas reinantes da Europa Ocidental – França e Bretanha – e da Antiguidade – romana, grega, hebraica, persa e mesopotâmica. Explica-se assim o porquê da inclusão da história do Rei Leir no *Livro do Conde de Barcelos*.

Para atingir o seu objectivo, D. Pedro socorreu-se de variadas fontes que incluem livros de linhagens portugueses, o *Liber Regum*, obra que apresenta a genealogia dos Godos, completado com o *Sumario de historia de los reyes de Bretaña*, que se baseia – como o provou o Professor Lindley Cintra na Introdução à edição da *Crónica geral de Espanha* – em Brut de Wace, em *Corpus Pelagianum*, que completa as genealogias das Astúrias e de Leão e, finalmente, na versão galaico-portuguesa da *Cronica de Castilla*. É obviamente através do *Sumario* que a história do rei Leir chega ao conhecimento de D. Pedro. Para o atestar temos entre este par de textos coincidências que diferem do original como, por exemplo, a referência à Escócia, a ida de Leir a França, a importância atribuída aos genros e as respostas dadas por Goneril e Regan. Este percurso foi esclarecido pelo Professor Lindley Cintra na já referida Introdução à edição crítica da *Cronica* de 1344, razão pela qual apenas o refiro.

Esta tendência universalista depressa é abandonada na historiografia portuguesa e só muito mais tarde é retomada. O crescimento do sentimento de independência e a consciência da nacionalidade implicam o abandono desta visão, só se referindo outras historiografias quando directamente relacionadas com a portuguesa.

D. Pedro vai ainda retomar a história do rei Leir na sua *Crónica Geral de Espanha*, elaborada segundo as mesmas linhas que orientaram o *Livro de Linhagens*. Embora não apareça nos manuscritos fragmentários que se conhecem da versão inicial

(1344), surge no manuscrito da reformulação de 1400. Aqui aparece praticamente igual à do *Livro*, o que permite considerar como válida a hipótese de que tenha existido na versão original da *Crónica*, como o salientou o Professor Cintra.

Por seu lado, Shakespeare também teve acesso a várias fontes para a elaboração da sua tragédia. Cingindo-nos apenas àquelas que influenciaram directamente a história do rei e das três filhas, há que referir a utilização da obra de Holinshed, já citada, *The Fairie Queene* de Spenser, que lhe fornece o nome de Cordelia (nas obras anteriores surge como Cordeilla, Cordila ou Cordeill) o modo como é assassinada, e, finalmente, uma peça anónima, publicada em 1605 mas já anteriormente representada: *The True Chronicle Historie of King Leir and His Three Daughters: Gonorill, Ragan and Cordella*. Existe um registo anterior a este que, se bem que apresente um título ligeiramente diferente, se pensa que pode dizer respeito à mesma peça: é de 1594, e o título é *The most Famous Chronicle Historie of Leire Kinge of England and His Three Daughters*. Desta obra, Shakespeare retira a inveja das duas irmãs mais velhas em relação a Cordella, a forma romântica como o rei da Gália aceita casar com ela, a figura do conselheiro e as cenas da tempestade. A estas obras há ainda a juntar *The Countesse of Pembroke's Arcadia*, de Sidney, de que Shakespeare retira, entre outros elementos, a esperança que Lear apresenta de que Cordelia ainda esteja viva quando ele a retira da prisão.

Shakespeare não segue rigorosamente as fontes, introduzindo alterações que fazem que a sua peça apresente um carácter inovador que a destaca de todos os tratamentos da história de Leir até então elaborados. Convém abrir aqui um parêntesis: há que não esquecer que estou a tomar a peça não enquanto texto literário, mas enquanto reformulação de uma história já conhecida. Portanto, toda a análise será feita desse ponto de vista.

Alguns dos elementos que o dramaturgo introduz são, por exemplo, o bobo, a loucura do rei, o desfecho trágico e o nome de Lear em substituição dos anteriores Leir, Leire ou Leyr. Algumas das omissões mais importantes em relação ao enredo tradicional são a ida do rei a França, o auxílio do marido de Cordelia na restauração de Lear no trono e a sucessão desta na coroa inglesa.

Passemos então à análise dos dois textos em confronto. Os quadros que apresento foram concebidos tendo por base o texto do Conde D. Pedro, que aparece na íntegra. Da peça de

Shakespeare foram retirados elementos equivalentes aos existentes no *Livro de Linhagens*. Na coluna da direita surgem identificadas as diversas partes em que se pode dividir o texto.

Sendo dois textos de características e tamanhos muito diferentes, é óbvio que um quadro desta natureza teria forçosamente que ser injusto para o maior. A crónica medieval, cujo estilo é dominado pela exiguidade de espaço, consiste numa ligação sequencial de cada segmento narrativo constituído pela biografia de um rei, numa cadeia cujo início lhe é anterior e que não pára aí. Daí a necessidade de cenário que o título constitui. Como narrativa que é, pode abranger um longo período de tempo em muito pouco espaço, característica que domina o estilo da crónica: esta condensação temporal domina especificamente a crónica medieval. Numa sequência muito extensa, como é o caso, apenas existe lugar para a indicação breve dos factos relevantes, sem análise nem comentários.

Shakespeare, por seu lado, é um dramaturgo que tenta pôr em palco a complexidade das relações entre os homens, o que resulta num drama elaborado que, para conseguir o efeito desejado, tem por vezes necessidade de infringir algumas regras. Se bem que a trabalhar numa época em que se valorizava a poética clássica, Shakespeare não segue os seus modelos com rigor. Alguns dos casos mais notórios são a mistura de géneros (*Hamlet*, II, ii, 417-423) e a utilização de prosa e verso branco em vez de verso rimado. Assim como se sentiu livre para não seguir modelos formais, o dramaturgo usou da mesma liberdade para com as fontes do enredo.

A complexidade dos problemas trabalhados justifica, no caso de que nos ocupamos, a *amplificatio* a que Shakespeare sujeitou a história inicial, introduzindo-lhe, por exemplo, um segundo enredo, paralelo ao de Lear e das filhas, formando com este um padrão em que as duas acções se espelham mutuamente como forma de aumentar o horror que a primeira provoca. A convergência dos dois enredos possibilita ainda o desenvolvimento das várias facetas do problema apresentado no palco, enriquecendo assim a experiência do espectador/leitor.

Para além disto há a considerar algumas das características da obra dramática que exigem uma concentração do tempo interior da obra. Convém notar que o cenário não é descrito, como acontece na crónica, antes se constrói através de situações e das falas de cada personagem. A acção é apanhada a meio, já em pleno desenvolvimento.

Assim, tendo em conta que o meu objectivo é verificar a existência de um fundo cultural partilhado pelos dois textos, estes quadros só podem ser considerados como mostrando a existência de uma estrutura básica comum, não pretendendo explorar senão uma pequena, mas importante, parte do que a peça de Shakespeare tem para oferecer.

	REI LEIR, LINHAGENS	KING LEAR, SHAKESPEARE
CENÁRIO	<p>DE REI LEIR, FILHO DE REI BALDUC, O VOADOR E DE SUAS FILHAS E DO QUE LHES AQUECEO</p> <p>Quando foi morto rei Balduc, o Voador, reinou seu filho que houve nome Leyr. E este rei Leir nom houve filho, mas houve tres filhas mui fermosas, e amava-as muito.</p>	<p>KING LEAR</p> <p>Lear — Know that we have divided/In three our kingdom; and 'tis out fast intent/ To shake all cares and business from our age./ Conferring them on younger strengths.</p>
PROVA	<p>E ùu dia houve sas razões com elas e disse-lhes que lhe dissessem verdade, qual delas o amava mais.</p> <p>Disse a maior que nom havia cousa no mundo que tanto amasse como ele;</p> <p>e disse a outra que o amava tanto como si meesma;</p>	<p>Tell me, my daughters/ [...] Which of you shall we say doth love us most,/ That we our largest bounty may extend/Where nature doth with merit challenge.</p> <p>Goneril — Sir, I love you more than word can wield the matter;/ [...] Beyond all manner of «so much» I love you.</p> <p>Regan — I profess/ Myself an enemy to all other joys/ Which the most precious spirit of sense possesses,/ And find I am alone felicitate/In your dear Highness' love.</p>

	REI LEIR	KING LEAR
PROVA	e disse a terceira, que era a meor, que o amava tanto como deve d'amar a filha a padre.	Cordelia — I love your Magesty/ According to my bond, no more nor less.
ERRO	<p>E ele quis-lhe mal porem, e por esto nom lhe quis dar parte do reino.</p> <p>E casou a filha maior com o duque de Cornoalha, e casou a outra com rei de Escotia.</p> <p>e nom curou da meor.</p>	<p>Lear — But goes thy heart with this? [...] thy truth then be thy dower! [...] Here I disclaim all my paternal care, [...] And as a stranger to my heart and me/ Hold thee from this for ever.</p> <p>Cornwall and Albany,/ With my two daughters' dowers digest the third; [...] I do invest you jointly with my power. [...] Only we shall retain/ The name and all th'addition to a king.</p> <p>Lear — For you great king./ I would not [...] match you where I hate.</p>
DESENVOLVIMENTO	<p>Mas ela, por sa ventuira, casou-se melhor que nem ũa das outras, ca se pagou dela el rei de França, e filhou-a por molher.</p> <p>E depois, seu padre dela, em sa velhice, filharom-lhe seus genros a terra,</p> <p>e foi mal-andante;</p>	<p>France — Thy dowerless daughter, king, thrown to my chace,/ Is queen of us, of ours, and our fair France.</p> <p>Goneril — Be then desired,/ By her that else will take the thing she begs,/ A little to disquantity your train;</p> <p>Lear — Why, [...] France, that dowerless took/ Our youngest born, I could as well be brought/ To knee his throne and, squire-like, pension beg/ To keep base life afoot.</p> <p>Regan — If you will come to me/ [...] I entreat you to bring but five and twenty: to no more/ Will I give place or notice.</p>

	REI LEIR	KING LEAR
DESENVOLVIMENTO		<p>Lear — I have full cause of weeping but this heart/ Shall break into a hundred thousand flaws/ Or ere I'll weep.</p> <p>Cornwall — The army of France is landed.</p> <p>Cordelia — O dear father,/ It is thy business that I go about!</p>
CASTIGO	<p>e houve a tornar aa mercee d'el rei de França e de sa filha a meor, a que nom quis dar parte do reino. E eles receberom-no mui bem e derom-lhe todas as cousas que lhe foram mester.</p> <p>e honraram-no mentre foi vivo</p> <p>E depois se combateo el rei de França com ambos os cunhados de sua molher e tolheo-lhes a terra.</p>	<p>Cordelia — How does the King? [...] Cure this great breach in his abused nature!</p> <p>Gentlemen — We put fresh garments on him.</p> <p>Cordelia — How does my royal lord? How fares your Magesty?</p> <p>Edgar — King Lear hath lost, he and his daughter ta'en.</p> <p>Gentleman — Your lady [is dead]; and her sister/ By her is poisoned; she confesses it.</p>
CATÁSTROFE	<p>e morreo em seu poder.</p> <p>Morreo el rei de França e nom leixou filho vivo. E os outros dous a que tolhera a terra houverom senhos filhos e apoderarom-se da terra toda; e prenderom aa tia, molher que fora d'el rei de França, e meterom-na em ùu carcer e ali a fezerom morrer.</p>	<p>Edmund — He hath commision from thy wife and me/ To hang Cordelia in the prison.</p> <p>Lear — I might have saved her; now she's gone for ever!</p> <p>[Lear dies]</p>

Temos assim feita a comparação entre os textos, e penso que ficou clara a existência de uma estrutura comum aos dois. Para além do final que, como já referi, é uma inovação de Shakespeare, a narrativa básica é inegavelmente a mesma.

Acerca do *Livro de Linhagens* de D. Pedro nada mais acrescentaria. Mas a aventura anglo-lusa do rei Lear não acaba com o *Livro* e as *Crónicas* de D. Pedro.

Durante os séculos XVII e XVIII e primeira metade do século XIX, Shakespeare foi um autor praticamente desconhecido em Portugal: a única tradução que se conhece de uma obra manteve-se em manuscrito inédito até hoje ¹, existem excertos, epígrafes, referências mas, à excepção de uma versão perdida de – mais uma vez! – *Othello*, feita por José Sousa Bandeira e representada no Porto e em Guimarães, haveria que esperar muito tempo até que alguém lançasse ombros à tarefa de traduzir Shakespeare. A segunda metade do século XIX assiste ao recrudescimento do interesse por este autor, sendo que a pessoa que mais peças traduziu foi o rei D. Luiz: entre 1877 e 1887 traduziu *Hamlet*, *The Merchant of Venice*, *Othello* e *Richard III*, não incluindo no seu trabalho a peça de que me ocupo. E é só quase seis séculos depois da sua primeira aparição na cultura portuguesa que este rei volta a ser notícia no nosso país. Em 23 de Dezembro de 1904, subiu à cena no Teatro D. Maria II aquela que viria a ser a adaptação portuguesa mais célebre da peça de Shakespeare: refiro-me a *Rei Lear* de Júlio Dantas. A estreia não agradou muito nem ao público nem à crítica, que censurou a utilização do verso, com o argumento de que desumanizava a tragédia. No entanto, foi várias vezes reposta, tendo vindo a obter o favor do público.

Mas se, no século XX, o rei Lear não faz já parte dos compêndios da História de Portugal, nem por isso deixou de fazer parte da vida cultural portuguesa: a tragédia de Shakespeare, em traduções e versões várias, foi apresentada nos palcos portugueses em 1955 (Teatro do Povo), em 1981 (Grupo de Teatro de Carnide), em 1990 (Teatro Experimental de Cascais e no Auditório do Centro Paroquial de Queijas) e, mais recentemente, no início deste ano, no regresso ao primeiro palco onde foi vista no nosso país: o Teatro Nacional D. Maria II, num espectáculo que

¹ Refiro-me à tradução de *Othello*, feita por Simão de Melo Brandão, cujo manuscrito se encontra guardado na sala Jorge de Faria, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

constituiu uma mais do que merecida homenagem a um dos maiores actores que jamais pisaram o palco português – Rui de Carvalho.

BIBLIOGRAFIA:

Primária

HERCULANO, Alexandre, *Livro de Linhagens de D. Pedro. Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II/1, ed. crítica José Mattoso. Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980.

SHAKESPEARE, William, *King Lear*, ed. lit. George Ian Duthie, John Dover Wilson. Cambridge, Cambridge University Press, 1960 (ed. cons. 1980). The New Shakespeare, John Dover Wilson (Gen. Ed.)

Secundária

CARDIM, Luís, *Estudos de Literatura e de Linguística*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1929. Pp. 91-110.

CATALÁN, Diego e ANDRÉS, Maria Soledade, *Edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, preparada por... en el Seminario Menéndez Pidal de la Universidad de Madrid, 1970. Madrid, Editorial Gredos, 1971. "II: Fuentes cronísticas de la Historia de España".

CINTRA, L. F. Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por... Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1951. Vol. I *Introdução*, "III. A Crónica de 1344 e o Livro de Linhagens". Pp. XCV-CXII.

HERCULANO, Alexandre, *Memória sobre a origem provável dos Livros de Linhagens*. Lisboa, Typographia da Academia, 1854.

MATTOSO, José, *Os Livros de Linhagens portuguesas e a literatura genealógica europeia da Idade Média*. Braga, Oficina Gráfica da Livraria Cruz, 1976. Separata da Revista *Armas e troféus*, N.º 2.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *História do Teatro Nacional D. Maria II*. Publicação Comemorativa do Centenário 1846-1946, Vol. II. Lisboa, TNDMII, 1955.

SHAKESPEARE E OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Rogério Miguel de Puga

“From the fifteenth century on, travel accounts played a significant part in the rise of literary exoticism. The successes of Marco Polo, the Portuguese Ferdinand Magellan (...), contributed decisively to the launching of a new literary genre, the travel account-exoticism.”

François Jost, «Literary Exoticism», in *Introduction to Comparative Literature*, 1974, p. 115.

Em pleno século XVI, Portugal continuava a desbravar mundos novos, enquanto argonautas ingleses como Walter Raleigh se aventuravam também por mares nunca antes navegados. Portugal abria novos horizontes, contribuindo de forma ímpar para o progresso do mundo; daí o interesse de inúmeros intelectuais e escritores estrangeiros pelos nossos feitos marítimos.¹

Na Inglaterra isabelina, navegadores como Sir Francis Drake seguiam as rotas dos descobridores lusitanos, enquanto na metrópole escritores e letrados liam relatos dessas mesmas viagens, onde bebiam influências; como veremos, Shakespeare partilha também desta emergência do fenómeno exótico pela mão dos portugueses.

No entanto, C. S. Lewis afirma que a nova geografia estimulou mais a imaginação de mercadores e políticos do que a dos

¹ John Rastell (c. 1475-1536), no seu interlúdio *Four Elements* (c. 1520) refere indirectamente as façanhas ultramarinas portuguesas e directamente Portugal:

“[...] And Spayne southwarde from thens standynge,

And **Portyngale** in this quart [...]. [Ap. Maria da Nazaré Farmhouse, “*The Four Elements*” e os *Descobrimientos Portugueses*, 1959, p. XXXIV; (negrito meu)].

escritores: "Lodge writing a romance about Arden while he sails to the Azores is typical".²

Thomas More (1477-1535), em *Utopia* (1516), revela a importância dos Descobrimentos portugueses através do fictício navegador português Raphael Hitlodeu: «(...) there is no man alive today can tell you so much about unknown peoples and lands (...)».³ As duas últimas viagens de Vespucci, com quem Raphael navegou, foram feitas ao serviço da coroa portuguesa, e o facto de esta última personagem ser de origem portuguesa e narrar uma viagem ao desconhecido confere à história narrada maior verosimilhança. Sendo Rafael⁴ o nome do anjo que curou Tobite da sua cegueira (Tb 3:17) e guiou Tobias (Tb 5: 4-17), é possível que o Raphael de More, sendo um navegador português e tendo navegado e visitado muitas paragens do globo terrestre, pudesse curar a cegueira da Inglaterra Tudor e guiá-la através do seu "saber de experiência feito", enquanto lhe mostrava novos modos de ser e viver em comunidade. Convocam-se então novos materiais, suportes e saberes ao longo da progressiva descoberta do mundo e do Outro.⁵

Francis Bacon (1561-1626), no primeiro parágrafo de *New Atlantis* (1629)⁶ também refere como destinos de navegação a China e o Japão, metas por excelência dos navegadores portugueses, como o atesta a arte *namban*.

Shakespeare (1564-1616) teve, como o demonstram diversos estudiosos da sua obra, acesso a várias narrativas de viagens que referiam o império português, o Preste João⁷ e o *achamento*⁸

² C. S. Lewis, *English Literature in the Sixteenth Century excluding Drama*, 1944, pp. 16-17 [referência completa na bibliografia].

³ Robert M. Adams (ed.), *Thomas More. Utopia*, 1975, p. 6.

⁴ Rafael, em hebraico, significa "Deus cura". (Cf. *Bíblia Sagrada em Português Corrente*, 1995, p. 1060).

⁵ Cf. Jean-Marc Moura, *Lire l'exotisme*, 1992, p. 3: "L'exotisme est en effet lié à ce thème fondamental de la littérature mondiale, le voyage (...) le déplacement."

⁶ Arthur Johnson (ed.), *Francis Bacon. The Advancement of Learning and New Atlantis*, 1980, p. 215. A nota referente à página 225 informa-nos que a expressão "(...) within these six-score years (...) gave men confidence to adventure upon the waters; (...) " se refere aos Descobrimentos de Quinhentos: Bartolomeu Dias (1488); Vasco da Gama (1498) e Fernão de Magalhães (1519-22).

⁷ Em *Much Ado About Nothing*, II, i, 249 refere-se "Prester John" (Sir Arthur Quiller-Couch e John Dover Wilson (eds.), *William Shakespeare. Much Ado About Nothing*, 1975, p. 24).

⁸ Manuel Simões afirma, a propósito da *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, que "o vocábulo *achamento* foi o primeiro a ser utilizado para designar o resultado das explorações marítimas portuguesas, [convivendo depois] com a palavra *descobrimento* (síntese de buscamento ou achamento), a qual acabará por sufocar a primeira. Os estudiosos contemporâneos voltam a propor o primeiro termo, considerando-o mais de acordo com a própria dinâmica da acção empreendida." (*A Literatura de viagens nos séculos XVI e XVII*, 1985, p. 43).

de monstros marinhos, ilhas encantadas e povos longínquos, obras essas em que a imaginação se conjuga com o exotismo, descrevendo o encontro do povo português com o Outro; a “inter-knowledge” de que Francis Bacon nos fala.⁹

Encontramos em três peças de Shakespeare referências directas ao Portugal quinhentista, todas elas relacionadas com o comércio e as Descobertas marítimas. Portugal, como país do Sul da Europa, era também um local exótico¹⁰ onde embarcações vindas dos novos mundos se cruzavam e novas mercadorias se comercializavam. Não será, portanto, de estranhar que William Shakespeare aluda quer aos feitos dos nossos navegadores, quer aos exóticos produtos que diariamente invadiam a metrópole portuguesa e, posteriormente, as capitais europeias via Lisboa; não só se comercializavam mercadorias exóticas, como também obras de autores portugueses que, sendo traduzidas, acabavam por influenciar escritores ingleses. *Diana*,¹¹ de Jorge de Montemor (ou Montemayor), é considerada unanimamente uma das fontes das peças *The Two Gentlemen of Verona* e *A Midsummer Night's Dream*. De acordo com Charles Boyce¹² e Geoffrey Bullough, esta novela influenciou também as peças *As You Like It* e *Twelfth Night*.

A acção de uma outra peça levada à cena no primeiro Domingo de 1585 para a Rainha Isabel I, intitulada *The History of Felix and Felio(s?)-mena*, parece ter sido também influenciada pela obra de Jorge de Montemor, peça esta que Shakespeare e Philip Sidney poderão ter conhecido, uma vez que este último utiliza igualmente o disfarce sexual em *New Arcadia*:¹³ Pyrocles disfarça-se de Amazona (Zelmane) para seduzir Philoclea.¹⁴

⁹ Francis Bacon, *op. cit.*, p. 224.

¹⁰ Em *A True Declaration of the Estate of the Colonie in Virginia, with a Confutation of such Scandalous Reports as Have Tended to the Disgrace of so Worthy an Enterprise* (1610) encontramos uma exótica comparação entre o clima e a flora de Portugal, Virgínia e Florida: “(...) when the most delicate of all flowers grow there [Virginia] as familiarly as in the fields of *Portingale*, where the woods are replenished with more sweet barks, and odors, than they are in the pleasantest places of *Florida*.” (Ap. Geoffrey Bullough (ed.), *Narrative and Dramatic Sources of Shakespeare*, vol. VIII, 1985, p. 297).

¹¹ Novela pastoril de título completo *Los Siete Libros de la Diana*, Valencia, 1559. Escrita em castelhano, esta obra teve 17 edições no século XVI e foi traduzida para inglês por Bartholomew Yong em 1582. Foi publicada em Londres no ano de 1598, embora Shakespeare possa ter tido acesso ao manuscrito da tradução antes desta data, pois já Edward Paston e Thomas Wilson haviam traduzido partes da obra em 1563. No segundo livro da primeira parte da tradução desta novela existe uma referência ao “invincible King of Portugall”, conhecido em todo o mundo (Cf. Geoffrey Bullough, *op. cit.*, vol. I, 1977, p. 229).

¹² Charles Boyce, *The Wordsworth Dictionary of Shakespeare*, 1996, p. 442.

¹³ Cf. Geoffrey Bullough, *op. cit.*, vol. I, pp. 206-7. Bullough enumera diversos temas, motivos e episódios do segundo livro da primeira parte de *Diana*, que Shakespeare poderá ter utilizado, de forma original, na peça *The Two*

O imaginário de diversas peças de Shakespeare foi decerto enriquecido pelos Descobrimentos portugueses, quer através da literatura de viagens, quer através de conversas com amigos ou conhecidos sobre figuras portuguesas como o judeu Roderigo Lopez ou Fernão de Magalhães. Ao desenharmos um mapa dos locais onde a acção das diversas peças de Shakespeare tem lugar, verificamos que o Sul da Europa marca uma presença exótica,¹⁵ que talvez despertasse a atenção do público londrino; o próprio Othello seria quase tão exótico para a audiência do *Globe* como os negros que chegaram com os portugueses ao Japão.

Na peça *King Henry IV, Part I*, Poinz acusa Sir John Falstaff de ter vendido, qual Fausto, a alma ao Diabo, em troca de um cálice de vinho da Madeira e uma perna de frango:

“Poinz. Jack! how agrees the devil and thee about thy soul, that thou soldest him on Good Friday last, for **a cup of Madeira** and a cold capon's leg?”

(I, ii, 111-113, negrito meu)

Um lorde inglês vende então a alma ao Diabo, não em troca de um vinho qualquer, mas de um cálice do doce vinho da Madeira, ainda hoje exótico até para o paladar português, um vinho lusitano suficientemente bom para ser moeda de troca numa transacção com o Diabo. De facto, a ilha da Madeira foi desde cedo uma plataforma-cruzamento onde paravam inúmeros viajantes e mercadores dos séculos XV-XVII, quer a caminho do Novo Mundo, quer de regresso à Europa, pelo que o licoroso vinho da Madeira teve oportunidade de se espalhar pelos quatro cantos do globo terrestre,¹⁶ tal como outros vinhos portugueses.

Gentlemen of Verona: a criada, mensageira de D. Felix e Felismena, que deixa cair a carta do primeiro, serenatas com destinatários trocados e o facto de, tal como Felismena, também Julia seguir Proteus na floresta. Também Kenneth Muir, em *The Sources of Shakespeare's Plays*, 1977, p. 17, aponta como semelhanças entre as duas obras o facto de Felismena se vestir de pagem para servir de mensageira entre Felix e Celia, situação análoga à de Julia-Silvia-Proteus.

¹⁴ Cf. Katherine Duncan (ed.), *Sir Philip Sidney - A Critical Edition of the Major Works*, 1989, p. 391.

¹⁵ Cf. François Jost, *op. cit.*, p. 114: “Even for Europeans, the (...) shores of the Mediterranean have to this day retained the charm and magic they possessed in the centuries of the Caesar's glory.”

¹⁶ Os contactos entre o povo inglês e a Madeira estenderam-se, noutros tempos para outras esferas. Para além de Colombo (1498) e inúmeros outros navegadores europeus, também em 1854 o geólogo vitoriano Sir Charles Lyell (1797-1875) visita a ilha para explorar os resultados das inúmeras erupções

Em *King Henry VI, Part II*,¹⁷ a personagem 2 Neighbour convida 1 Neighbour para saborear um cálice de “Charneco”:

“2. Neigh. And here, neighbour, here’s **a cup of charneco**”
(*Henry VI, Part II*, II, iii, 62, negrito meu)

Este vinho (charneco) é, de acordo com Andrew S. Cairncross¹⁸ e o *Oxford English Dictionary*,¹⁹ um vinho português, também mencionado por escritores como Samuel Rowlands (c. 1570-1630) em *The Letting of Humours Blood in the Headvein*, vi, 79 e Francis Beaumont (1584-1616) juntamente com John Fletcher (1579-1625) na comédia *Wit Without Money*, II, 152. Referência, portanto, recorrente na Inglaterra isabelina, facto que demonstra a popularidade do vinho português na capital inglesa. Actualmente ainda é produzido, na região demarcada do Alentejo, um vinho denominado Charneco.²⁰

Em *As You Like It*, encontramos uma referência directa a Portugal, mais precisamente à “baía de Portugal”. Rosalind confessa a Celia:

“Ros. _____ My affection hath an unknown bottom, like **the Bay of Portugal**.”
(IV, i, 197-8, negrito meu)

Esta “baía” é, segundo Agnes Latham, “the sea off the coast of Portugal from Oporto to the headland of Cintra”.²¹ Sendo

vulcânicas que se deram quando da sua formação. Também o jovem Charles Darwin (1809-82) visita a Madeira e as ilhas Desertas quando de um cruzeiro pelo mundo em 1832, a bordo do *HMS Beagle*, observando, vinte e sete anos antes da publicação de *The Origin of Species*, a fauna e flora únicas do arquipélago.

¹⁷ Andrew S. Cairncross (ed.), *William Shakespeare. King Henry VI, Part II*, 1969, p. 55.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Cf. *O. E. D.*, Vol. III, 1989, p. 47.

²⁰ Cf. José A. Salvador e Luís Ramos, *O Livro do Vinho*, 1989, p. 74: “Ao oferecer um “copo de Charneco” a uma das personagens da sua peça *O Rei Henrique VI*, Shakespeare lançava, em 1594, uma polémica sobre a verdadeira identidade desse vinho e hoje os autores dividem-se atribuindo-o à região de Bucelas, na esteira de H. Warner, enquanto outros como Henrique Braga admitem que o Charneco possa ser de Setúbal. Esta polémica, como a que se trava acerca da origem da Casta Arinto de Bucelas, ilustra a importância deste néctar por muitos considerado como o “príncipe” dos vinhos brancos portugueses.”

²¹ Agnes Latham (ed.), *William Shakespeare. As You Like It*, 1975, p. 101. Latham refere na nota ao verso 198 uma carta de Raleigh que refere esta mesma baía de Portugal, expressão que Wright afirma ter sido utilizada por marinheiros até finais do século XIX.

Portugal um país distante, esta comparação hiperbólica confere à fala de Rosalind um tom profundamente poético, exótico e misterioso. Para além de Shakespeare, também Christopher Marlowe (1564-93) refere, em *I Tamburlaine*,²² a mesma “baía de Portugal”, bem como Veneza, o Oriente e o México, ao falar da expansão marítima:

“Tamburlaine. Where they shall meete,
and joine their force in one,
keeping in aw **the Bay of Portingale**:
And all the Ocean by the British shore.”
(III, iii, 257-59, negrito meu)

Quanto ao local em questão, a baía poderá ser formada pela reentrância da costa que vai desde a Foz do Douro até ao Cabo da Roca e que actualmente sabemos não ser tão profunda quanto Rosalind pensava. Esta extensão de costa²³ seria conhecida por todos os navegadores na Europa de Quinhentos, uma vez que Lisboa era um importante porto de comércio, como se pode verificar numa outra peça de Shakespeare.

Em *The Merchant of Venice*, Bassanio, ao falar com Salerio, enumera vários entrepostos comerciais importantes no século XVI:

“Bass. From Tripolis, from Mexico and England,
From Lisbon, Barbary²⁴, and **India**,
And not one vessel scape the dreadful touch
Of merchant-marring rocks?”
(III, ii, 267-269, negrito meu)

²² Fredson Bowers (ed.), *The Complete Works of Christopher Marlowe*, 1973, p. 120.

²³ Costa esta cuja água Raul Brandão afirma, em *Os Pescadores*, não ser suficiente para lavar as mãos de Lady Macbeth: “A ria [de Aveiro] é uma grande poça onde Lady Macbeth lava sem cessar as mãos há séculos (...)”. (*Os Pescadores*, 1973, p. 77).

²⁴ A Berbéria foi uma das terras pelas quais os portugueses tiveram que enfrentar os ingleses a partir de 1551. Em pleno século XVI mediam-se forças e possessões coloniais, repelindo-se intrusos a todo o custo. Richard Hakluyt afirmava: “**The Portugals** were much offended with this our new trade into **Barbary** (...) and gave out that if they took us in those parts, they would use us as their mortal enemies (...) [they] think to be Lords of half the world, envying that others should enjoy the commodities which they themselves cannot wholly possess.” [Richard Hakluyt, *The Principal Navigations*, IV, pp. 35-36 (Ap. A. L. Rowse, *The Expansion of Elizabethan England*, 1955, p. 173; negrito meu)]. Era esta a voz da era dos Descobrimentos, sendo curiosas as expressões utilizadas por Hakluyt para transmitir a sua mensagem.

Lisboa, metrópole do império português, é aqui referida como um porto de escala e comércio, tal como a própria Inglaterra. Curioso é o facto de Shakespeare não referir Portugal, mas sim Lisboa, quando esta cidade não era o único local de comércio no nosso país, apesar de ser o mais importante; Lisboa poderá assim funcionar como uma sinédoque. Quanto à Índia, era façanha bem conhecida de todos a de Vasco da Gama. O cenário desta peça é Veneza e todos os locais enumerados, excepto os do continente americano, mantinham relações comerciais directas com Veneza no século XVI.²⁵

Ainda em relação a *The Merchant of Venice*, inúmeros estudiosos de Shakespeare referem o julgamento de Roderigo Lopez²⁶ como influência directa na peça. Lopez, judeu português converso, médico de Isabel I desde 1586, foi acusado pelo conde de Essex e enforcado em 7 de Junho de 1594, por tentar envenenar a Rainha e o amigo português da mesma, D. António, Prior do Crato.²⁷ Este episódio originou, em Londres, sentimentos nada propícios à comunidade judaica, bem como o surgimento de inúmeras peças em torno de personagens judaicas.²⁸ No ano da morte do português, *The Jew of Malta*, de Marlowe regressa quinze vezes aos palcos londrinos,²⁹ sendo a caracterização de uma das suas personagens, Barabas, influenciada pelos traços

²⁵ Cf. M. M. Manhood (ed.), *William Shakespeare. The Merchant of Venice*, 1987, p. 13: “ (...) they [Venetians] venture also to India and to Mexico – from both of which they would in real life have been debarred by Iberian interests”. Também John R. Brown (ed.), *William Shakespeare. The Merchant of Venice*, 1955, p. 90, afirma que a referência ao México é uma imprecisão por parte de Shakespeare.

²⁶ M. M. Manhood afirma, na página sete da introdução da peça de Shakespeare anteriormente referida, que o judeu português se chamava Ruy Lopez e não Roderigo, baseando-se no estudo de Gustav Ungerer, *Anglo-Spanish Relations in Tudor England*, 1956, pp. 81-174. No entanto, a maioria dos investigadores concorda que esse mesmo judeu se chamava Roderigo. Este médico português foi levado para Inglaterra como prisioneiro por Sir Francis Drake, em 1574. Para notas biográficas sobre Roderigo Lopez e outros judeus portugueses exilados na Inglaterra vide Maria João da Rocha Afonso, *O Percurso de um Estereótipo – O Judeu em Scott, Dickens e Eliot*, 1985, p. 27ss e Cecil Roth, *A History of the Jews in England*, 1979, p. 140ss.

²⁷ Cf. J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, 1921, p. 419.

²⁸ Cf. Maria João da Rocha Afonso, *op. cit.*, p. 49: “Finalmente, com *The Jew of Malta* de Marlowe e *The Merchant of Venice* de Shakespeare, temos a figura do judeu definitivamente inserida na tradição literária inglesa. Da personagem que, no drama religioso medieval, era sobretudo o assassino de Cristo, o inimigo da verdadeira fé, chegamos, através da transição para o drama regular que as moralidades apresentam, àquele cujo traço dominante passa a ser a usura.”

²⁹ Cf. Russel Brown (ed.), *William Shakespeare. The Merchant of Venice*, 1979, p. xxiii.

biográficos de um outro judeu português³⁰, Miques, que se estabeleceu em Constantinopla por volta de 1555, assumindo o cargo de conselheiro do Sultão e recebendo, posteriormente, o título de Duque de Naxos e das Cíclades.

São inúmeros os estudiosos de Shakespeare que vêem na seguinte fala de Gratiano (*The Merchant of Venice*) uma alusão a Lopez:

“Governed by a **wolf**, who — hanged for human slaughter —
Even from the gallows did his fell soul fleet,”

(IV, i, 134-5, negrito meu)

O termo “wolf” seria então uma alusão, através de um *pun*, ao patronímico Lopez (Lopo/*lupus*), apelido do judeu português. Segundo Manhood, este *pun*, referido por outros estudiosos, não tem, porém, razão de ser, pois, no século XV, “usurers were often called wolves (...).”³¹ Poderemos assim estar perante um *double pun*: Shylock é um “usurer”, e “wolf” poderá também ser uma referência ao apelido “Lopes”.

Judeus e outros imigrantes do continente europeu na Inglaterra isabelina seriam, para o cidadão londrino, seres com hábitos exóticos.³² Esse mesmo exotismo, enquanto estética do diverso, encontra-se igualmente presente de uma forma recorrente em *The Tempest*.

A utilização de uma ilha como imagem central na apresentação de vários caminhos para o auto-conhecimento e para a perfeição³³ é um denominador comum nas obras de vários

³⁰ Cf. T. W. Craik (ed.), *Christopher Marlowe. The Jew of Malta*, 1983, p. ix.

³¹ Manhood, *op. cit.*, p. 140. Também Antônio J. Gonçalves Rodrigues, em *O Doutor Rodrigo Lopes protótipo de Shylock*, 1967, p. 47, afirma ser pouco provável a influência de Lopez na peça de Shakespeare.

³² G. K. Hunter, no seu artigo “Elizabethans and Foreigners” in Allardyce Nicoll (ed.), *Shakespeare in his Own Age*, 1974, pp. 43-4, refere a xenofobia dos londrinos isabelinos, mencionando uma comédia de William Haughton, *Englishmen for my money: or, a woman will have her will* (1598). Esta peça relata a história de Pisaro, um judeu mercador “Portingale” em Londres e das suas três filhas, cortejadas simultaneamente por três jovens ingleses e três jovens “do continente”: um francês, um holandês e um italiano. Se as jovens preferem os pretendentes ingleses, o pai prefere os estrangeiros, sendo que, no final, vencem os jovens ingleses, superiores. “Home-keeping youth have ever homely wits”, afirma Shakespeare em *The Two Gentlemen of Verona*, I, 1, 2. Preconceitos raciais reflectem-se na literatura isabelina em Londres, onde, de acordo com o censo de 1567, residiam 2730 “strangers” do continente (Cf. G. K. Hunter, *ibid.*, p. 45)

³³ Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (eds.), *Dictionnaire des Symboles*, 1993, p. 519: “L’île, à laquelle on ne parvient qu’à l’issue d’une navigation ou d’un vol, est par excellence le symbole d’un centre spirituel (...)”. (itálico meu).

autores, desde Homero e Virgílio a Camões, não esquecendo Thomas More, Francis Bacon, Daniel Defoe e o próprio Shakespeare. Na ilha de Caliban, um ambiente artificial, Prospero questiona sucessivamente o mundo em mudança, mudanças essas que o levam a reconhecer as identidades de todas as outras personagens, as suas acções e os seus respectivos lugares na Grande Cadeia do Ser. A ilha representa, tal como nas obras de More e Bacon, um “não lugar”, simbolizando o “lá longe”, tópico recorrente do exotismo literário, tal como o são as descrições do vestuário, da alimentação e dos hábitos dos nativos. Essa “pseudo-geographical identification”³⁴ representa um lugar de iniciação, um ideal de pureza; o paraíso perdido pela sociedade civilizada, também ela povoada por Calibans. Este “brave new world” (V, i, 183)³⁵ de Miranda simboliza a fuga à realidade, como muitas vezes o eram os assustadores relatos de perigosas viagens ao desconhecido. Os Descobrimentos tornam verosímil o facto de poderem existir terras ainda não descobertas, como a ilha habitada por Caliban e Ariel, cuja situação geográfica é incerta.

The Tempest apresenta-nos, através de Prospero e Caliban, uma relação *master-servant*, comum quer nas colónias portuguesas, quer nas inglesas, como o prova a história da expansão e da colonização dos impérios português e inglês. Nesta relação, tal como nos contactos iniciais entre navegadores e nativos — Prospero e Caliban — existe a necessidade de instaurar ou decifrar códigos de comunicação verbal.

Será Caliban apenas um estranho, um exótico estrangeiro, ou será um retrato negro do ser humano? É-o, sendo fruto da imaginação de Shakespeare, espelhando a atracção pelo exótico que os Descobrimentos portugueses e a expansão colonial trouxeram ao mundo ocidental. Tal como Montaigne³⁶ descreve os canibais como uma raça admirável, cujo único pecado é comer carne crua, também Shakespeare nos leva a crer que os únicos pecados de Caliban — um *bon sauvage* — são a sede de desordem e os instintos carnais, que nunca ninguém lhe ensinou a controlar. Na ilha todos os europeus vêm um solo virgem, que,

³⁴ Cf. Hans Biederman, *Dictionary of Symbolism*, 1996, p. 186.

³⁵ Como que através de um processo de *mise en abyme*, este “brave new world” emerge, por sua vez, num outro “new world”, a ilha de Caliban.

³⁶ Montaigne, “Des Cannibales”, in *Essais*, vol. I, xxxi, 1972, p. 307: “Ils sont sauvages, de même que nous appellons sauvages les fruits (...) ce sont ceux que nous avons altérés par notre artifice et détournés de l’ordre commun (...)” Este ensaio, considerado uma das fontes de *The Tempest*, foi traduzido para inglês por John Florio, em 1603.

segundo Gonzalo (II, i, 143-160), lhes daria a oportunidade de organizar uma *commonwealth* sem hierarquias e competição.³⁷

Figuras, temas, imagens, descrições e símbolos exóticos retratados pela literatura portuguesa de viagens renovaram-se constantemente, como o prova a referência a Setebos (V, i, 261), o deus de Sycorax, em *The Tempest*. A primeira referência a este deus encontra-se no relato da circum-navegação de Fernão de Magalhães (1519-22), durante a qual o navegador português capturou dois gigantes da Patagônia: "(...) when they saw how they were deceived they roared lyke bulles³⁸, and cryed uppon thyr greate devyll Setebos to helpe them."³⁹

O navegador consegue domar e converter Setebos ao cristianismo e dá a conhecer esta sua obra ao mundo civilizado.⁴⁰ O mito dos gigantes da Patagônia, de Fernão de Magalhães, serve o plano do maravilhoso pagão de *The Tempest*, persistindo até ao século XVIII, de acordo com Dan O'Sullivan:⁴¹

"Long after the Portuguese had proved that the Green Sea of Darkness was a myth and the equator not an impenetrable barrier, Magellan still believed in his Patagonian giants (...)"

O exotismo do Outro, aqui presente, será uma constante na ilha de Caliban, que Prospero tenta usurpar. Não é apenas o Outro a ser supersticioso, ao entrar em contacto com os europeus, encarando-os por vezes como deuses. O navegador-descobridor constrói, também ele, mitos e monstros que simbolizam o perigo que abunda nas narrativas de viagens, nos bestiários e na cartografia dos séculos XIV-XVII. Basiliscos de quatro pés,

³⁷ Cf. Vitor Aguiar e Silva, «O Exotismo e o Medievalismo», in *Teoria da Literatura*, 1988, p. 549: "A evasão no espaço conduz ao exotismo, ao gosto pelos costumes e paisagens de países novos e estranhos, e, por vezes, ao gosto pelo bárbaro e primitivo. Países de paisagens e costumes tão característicos, de contrastes violentos e de paixões exaltadas, representam as grandes fontes europeias do exotismo (...)"

³⁸ Tal como Caliban (IV, i, 188; I, ii, 365-366). Quem lhe terá dado este nome? A mãe? Se foi Sycorax, porque não saberia ele falar quando Prospero chegou à ilha? Terá sido Prospero? Ou apenas Shakespeare, tentando eternizar o encanto da ilha de Caliban?

³⁹ Marco Antonio Pigafetta, "A Briefe Declaration of the Voyage of the Spaniards round about the World", in Richard Eden (ed.), *History of the Travayle in the West and East Indies*, 1577, p. 434. (Ap. Geoffrey Bullough, *op. cit.*, vol.VIII, pp. 256-7).

⁴⁰ Cf. Pietro Martirio, "Decades of the New Worlde" (1555, p. 219), in *The First Three English Books on America*, 1895 (Ap. Geoffrey Bullough, *ibid.*).

⁴¹ Cf. Dan O'Sullivan, *The Age of Discovery 1400-1550*, 1984, p. 3.

garamantes e gimnosofitas marcam presença em diversos documentos portugueses que relatam a descoberta de novos mundos. Lado a lado com esta zoomitologia convive uma flora igualmente fantástica e as misteriosas músicas que Caliban tão bem compreende.

Uma outra referência que Shakespeare poderá ter retirado do relato da viagem de Fernão de Magalhães foi o nome das criaturas a que o *Bard* chama de “scamels” (II, ii, 172). Stephen Orgel⁴² afirma que o dramaturgo poderá não ter compreendido ou adaptado o termo que leu nesse relato. Os habitantes da Patagônia comiam pequenos peixes descritos como *fort scameaux* (muito escamados) e *squame*, termo este encontrado em diversos dicionários do século XVI.⁴³

Podemos assim observar que os críticos e estudiosos das obras de Shakespeare recorrem frequentemente às narrativas de viagem portuguesas, traduzidas ou narradas por navegadores-escritores europeus, consideradas fontes das peças do dramaturgo. Não só as Américas, mas também os Descobrimentos portugueses estavam na mente de Shakespeare quando este criou a sua ilha, os seus estereótipos de nativos, a sua fauna e flora, o *modus vivendi* dos europeus em locais inóspitos e toda uma panóplia de *topoi* relacionados com o novo mundo.

Em *The Tempest*, para além da utopia (o “golden world” de Gonzalo) e da alusão às “still vex’d Bermoothes” (V, i, 275), entre outras, existe ainda uma outra referência presente, não só mas também, no relato da viagem de Magalhães, um pouco antes do episódio de Setebos: o fogo de Sant’ Elmo.⁴⁴ Na peça de Shakespeare, Ariel afirma:

“ARIEL Now in the waist, the deck, in every cabin,
I **flamed amazement**. (...)
(...)
The yards and bowspirit would I **flame distinctly**,”
(*The Tempest*, I, ii, 197-8/200, negrito meu)

O dramaturgo pode também ter recolhido fontes ao longo das conversas que manteve com navegadores de regresso quer dos

⁴² Stephen Orgel (ed.), *William Shakespeare. The Tempest*, 1994, p. 151.

⁴³ De acordo com o *Oxford English Dictionary*, vol. XVI, 1989, p. 389, o termo “squame” foi também utilizado por Chaucer (“The Canon’s Yeoman’s Tale” in *The Canterbury Tales*, c.1386), entre outros autores.

⁴⁴ Cf. Stephen Orgel, *op. cit.*, p. 112 e Richard Eden, *op. cit.*, pp. 217-218. Este fenómeno é também referido em *Os Lusíadas*, V, 16-22.

novos mundos, quer de Portugal.⁴⁵ Caliban espelha algumas das características dos homens primitivos, descritos pelos navegadores portugueses. No primeiro livro inglês sobre a América, *Of the newe landes and of the people founde by the messengers of the kyng of portyngale*⁴⁶ named Emanuel, lêem-se descrições de povos “[that] goeth all naked... These folk lyve lyke beastes without any reasonables and the wymmen be also as comon (...) And they ete also one another.”⁴⁷

O canibalismo era então descrito como sendo prática comum de alguns povos recém descobertos. O próprio nome Caliban é, segundo inúmeros críticos,⁴⁸ um anagrama do termo “canibal”. Na tragédia *Othello*,⁴⁹ a personagem com o mesmo nome alude também aos canibais e povos antropófagos descritos pelas narrativas de viagem:

“Oth. And with all **my travel’s history**;

Wherein of antres vast, and desert idle,

(...)

It was my hint to speak, such was the process:

And of **Cannibals, that each other eat**;

The Antropophagi; and men whose heads

Do grow beneath their shoulders: (...)”

(I, iii, 139-40; 142-45, negrito meu)

Também Fernão de Magalhães encontrou canibais na América do Sul:

“certeyn Indians gatheringe shel fishes by the sea bankes: beyng men of very high stature, clothed with beastes skinnes. To whom, whereas certayne of the Spaniards went a land, and shewed them belles and paynted papers, they began to daunce and leape about

⁴⁵ De acordo com A. L. Rowse, *op. cit.*, p. 167 e p. 200 respectivamente, “(...) an Englishman, a Bristol man, was the gunner on board Magellan’s ship (...)”. “(...) [Sir James] Lancaster had lived for many years in Portugal as merchant and as soldier; after Philip’s annexation of the country he had come away with bitterness in his heart.”

⁴⁶ Negrito meu.

⁴⁷ Terceira carta de Americo Vespucci, in *The First Three English Books on America*, E. Arber, 1895, pp. xxv-vii (Ap. Geoffrey Bullough, *op. cit.*, vol. VIII, p. 255).

⁴⁸ Cf. Frank Kermode (ed.), *William Shakespeare. The Tempest*, 1961, p. xxxviii: “E. K. Chambers favours the derivation from Cauliban, a romany word meaning “blackness”. There is also the chalybeates, savage cannibals of the ancient world (...)”.

⁴⁹ M. R. Ridley (ed.), *William Shakespeare. Othello*, 1968, p. 29.

interteined their gestes after a barbarous and beastly maner, which nevertheles semed princelike.”⁵⁰

A personagem Caliban, o “deformed slave”, ecoa assim as inúmeras descrições de Fernão de Magalhães e de navegadores ingleses como Richard Hakluyt ou Samuel Purchas, que, “publicando as narrativas e descrições das nossas viagens, procuram estimular o espírito prático dos seus compatriotas, para a exploração do mundo que nós abrimos às suas iniciativas e onde muito ficava ainda para as aventuras e audácias.”⁵¹

Não só a literatura de viagens e feitos portugueses, bem como figuras portuguesas que viveram na Inglaterra isabelina e obras literárias de autores portugueses se apresentam como fontes para algumas peças de Shakespeare; também a nossa geografia, os nossos produtos, as nossas lendas e Descobertas povoam o imaginário de um dos maiores vultos da literatura mundial, referências estas que é importante sistematizar para que nos possamos conhecer um pouco melhor, também, através de Shakespeare. A leitura das várias fontes e influências portuguesas das suas obras proporcionam ao leitor uma visão diferente do processo criativo, do modo como Shakespeare adaptou, reescreveu e interpretou os referidos materiais.⁵²

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Activa:

ADAMS, Robert M. (ed.), *Thomas More. Utopia*, col. «A Norton Critical Edition», W. W. Norton & Company, Nova Iorque, 1975.

AFONSO, Maria João Da Rocha, «O Percurso de um Esterótipo — O Judeu em Scott, Dickens e Eliot», Trabalho policopiado, F.C.S.H, Universidade Nova de Lisboa, 1985.

⁵⁰ Pietro Martirio, *op. cit.*, pp. 32-3 (Ap. Bullough, *op. cit.*, p. 256).

⁵¹ Hernâni Cidade, “Portugal e as letras portuguesas nas literaturas estrangeiras”, in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 3, 1992, p. 856.

⁵² Cf. G. B. Harrison, *Introduction to Shakespeare*, 1966, p. 78: “The first consideration is to re-create the historical environment in which Shakespeare’s plays were written. A working dramatist is concerned with entertaining his audience, and all acted drama directly or indirectly reflects the interests, taste and ideas of the time of its first production. The events great and small that were happening around Shakespeare are therefore directly or indirectly part of his material (...). All these affected Shakespeare immediately; they passed through the filter of his personality and were largely the material of his drama; for he, no less than other dramatists, supplied his audience with thoughts that were immediately interesting and exciting.”

- AZEVEDO, José Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1921.
- BIEDERMAN, Hans, *The Wordsworth Dictionary of Symbolism*, col. «Wordsworth Reference», Wordsworth Editions Ltd, Hertfordshire, 1992.
- BOWERS, Fredson (ed.), *The Complete Works of Christopher Marlowe*, Vol. 1, Cambridge University Press, Londres, 1973.
- BOYCE, Charles, *The Wordsworth Dictionary of Shakespeare*, col. «Wordsworth Reference», Wordsworth Editions Ltd, Hertfordshire, 1996.
- BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Estúdios Cor, Lisboa, 1973.
- BROWN, John Russel (ed.), *William Shakespeare. The Merchant of Venice*, col. «The Arden Shakespeare», Methuen & Co Ltd, Londres, 1979.
- BULLOUGH, Geoffrey (ed.), *Narrative and Dramatic Sources of Shakespeare*, vol. 1, Routledge and Kegan Paul, Londres, 1977; vol. 3, 1985.
- CAIRNCROSS, Andrew S. (ed.), *William Shakespeare. King Henry VI, Part II*, col. «The Arden Shakespeare», Methuen & Co. Ltd, Londres, 1969.
- CHEVALIER, Jean e Alain Gheerbrandt (eds.), *Dictionnaire des Symboles*, Robert Laffont/Jupiter, Paris, 1993.
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura*, Vol. 3, Figueirinhas, Porto, 1992.
- CRAIK, T. W. (ed.), *Christopher Marlowe. The Jew of Malta*, Ernest Benn Limited, Londres, 1983.
- FARMHOUSE, Maria de Nazareth Borges da Costa, *"The Four Elements" e os Descobrimentos Portugueses*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Germânica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1959.
- HARRISON, G. B., *Introduction to Shakespeare*, Penguin Books, Harmondsworth, 1966.
- HUMPHREYS, A. R. (ed.), *William Shakespeare. King Henry IV, Part I*, col. «The Arden Shakespeare», Methuen & Co Ltd, Londres, 1978.
- JOHNSTON, Arthur (ed.), *Francis Bacon. The Advancement of Learning and New Atlantis*, Clarendon Press, Oxford, 1980.
- JOST, François, *Introduction to Comparative Literature*, The University of Illinois Pegasus, Nova Iorque, 1974.
- KERMODE, Frank (ed.), *William Shakespeare. The Tempest*, col. «The Arden Shakespeare», Methuen & Co Ltd, Londres, 1961.
- LATHAM, Agnes (ed.), *William Shakespeare. As You Like It*, col. «The Arden Shakespeare», Methuen & Co Ltd, Londres, 1975.
- LEWIS, C. S., *English Literature in the Sixteenth Century Excluding Drama*, col. «The Oxford History of English Literature», Oxford University Press, Londres, 1959.

- MANHOOD, M. M. (ed.), *William Shakespeare. The Merchant of Venice*, col. «The New Cambridge Shakespeare», Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- MONTAIGNE, *Essais*, vol. I, Le Livre de Poche, Paris, 1972.
- MOURA, Jean-Marc, *Lire l'Exotisme*, Dunod, Paris, 1992.
- MUIR, Kenneth, *The Sources of Shakespeare's Plays*, Methuen & Co Ltd, Londres, 1977.
- NICOLL, Allardyne (ed.), *Shakespeare in his Own Age*, Cambridge University Press, Cambridge, 1974.
- ORGEL, Stephen (ed.), *William Shakespeare. The Tempest*, col. «The World's Classics», Oxford University Press, Oxford, 1994.
- O'SULLIVAN, Dan, *The Age of Discovery 1400-1550*, Longman, Londres, 1984.
- QUILLER-COUCH, Sir Arthur e John Dover Wilson (eds.), *William Shakespeare. Much Ado About Nothing*, Cambridge University Press, Cambridge, 1975.
- RIDLEY, M. R. (ed.), *William Shakespeare. Othello*, col. «The Arden Shakespeare», Methuen & Co. Ltd, Londres, 1968.
- RODRIGUES, António J. Gonçalves, *O Doutor Rodrigo Lopes protótipo de "Shylock"*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Germânica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967.
- ROWSE, A. L., *The Expansion of Elizabethan England*, Macmillan & Co Ltd, Londres, 1955.
- SALVADOR, José A. e Luís Ramos, *O Livro dos Vinhos*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1989.
- SILVA, Vitor Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8.^a edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1988.
- SIMÕES, Manuel, *A Literatura de Viagens nos Séculos XVI e XVII*, col. «Textos Literários», Editorial Comunicação, Lisboa, 1985.
- TAVARES, António Augusto *et al.* (trad.), *Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, Lisboa, 1995.

Bibliografia Passiva:

- DUNCAN-JONES, Katherine (ed.), *Sir Philip Sidney — A Critical Edition of the Major Works*, Oxford University Press, Oxford, 1989.
- LAROQUE, François, *Shakespeare — Comme il vous plaira*, col. «Découvertes Gallimard», Gallimard, Évreux, 1991.

- LEY, Charles David (ed.), *Portuguese Voyages 1498 — 1663*, J. M. Dent & Sons, Londres, 1953.
- ROTH, Cecil, *A History of the Jews in England*, Clarendon Press, Oxford, 1979.
- SPENCER, Theodore, *Shakespeare and the Nature of Man*, Macmillan, Nova Iorque, 1961.
- SPURGEON, Caroline, F. E., *Shakespeare's Imagery and What It Tells Us*, Cambridge University Press, Cambridge, 1965.

'AN EPISODE IN THE LIFE OF DON SEBASTIAN OF PORTUGAL':
A FORTUNA DE UMA PERSONAGEM MÍTICA NA ENCRUZILHADA
DE DUAS TRADIÇÕES LITERÁRIAS

João Paulo Ascenso Pereira da Silva

A figura de D. Sebastião na Literatura Inglesa foi já alvo de um estudo sistemático na antologia de ensaios *D. Sebastião na Literatura Inglesa* (1985)¹, coordenada por Maria Leonor Machado de Sousa. Encontra-se analisada nesse volume a generalidade dos textos literários que versaram esta temática, nas letras inglesas, desde o século XVI até ao século XX. Para além de constituir um estudo exaustivo da personagem, este trabalho permite a compreensão dos múltiplos significados de que se revestiu, ao longo das várias fases das Letras e da História daquele país, desvelando os motivos subjacentes à sua abordagem na Grã-Bretanha e possibilitando paralelamente uma análise da fortuna literária desta figura mítica.

A redescoberta do periódico inglês *The Lusitanian*², publicado mensalmente no Porto, no século passado, de Outubro de 1844 a Junho de 1845, e o seu respectivo exame, inicialmente empreendido de modo fragmentário e mais recentemente de um modo sistemático e global na dissertação de doutoramento de nossa autoria, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal, numa Revista Inglesa do Porto: 'The Lusitanian' (1844-1845)*³, traria a lume a existência de um texto ainda desconhecido, versando a mesma temática e tomando como herói aquela personagem histórica. A narrativa em causa, o conto "An Episode in the Life of Don

¹ Lisboa, ICLP, Ministério da Educação, 1985.

² Porto, Tipografia da Revista, Oct. 1844-June 1845.

³ Dissertação de Doutoramento inédita, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1998.

Sebastian of Portugal”⁴, cuja autoria terá supostamente pertencido a William Henry Giles Kingston (que a assina com a inicial C.), data do período que em Portugal corresponde ao nosso primeiro Romantismo e nas letras inglesas ao *Early Victorian Period*.

Contudo, antes mesmo de procedermos à análise desta narrativa ficcional, importa compreender de que modo o tratamento daquela figura histórica num conto se enquadrava nos objectivos traçados pelos editores para a revista *The Lusitanian*, isto é, será fundamental entender o contexto mais generalizado em que se insere a publicação do texto literário, cuja análise nos propomos efectuar, bem como os propósitos que intentaram alcançar através do lançamento da revista.

O periódico supracitado, publicação mensal editada e redigida por ingleses residentes no Porto, foi, na prática, concebida como uma espécie de intermediário cultural, isto é, um veículo de divulgação da cultura portuguesa junto dos membros da comunidade britânica daquela cidade. Os editores não pretenderam, contudo, circunscrever o seu público aos cidadãos ingleses, desejando torná-la acessível à camada culta da população portuense, transformando-a num meio de aproximação entre ambas as comunidades e exortando-as a uma colaboração conjunta num projecto de natureza intercultural.

Entre os objectivos delineados pelos editores para este periódico destacaremos, pela sua efectiva relevância, o alargamento do interesse pela literatura e cultura portuguesas, a divulgação de alguns dos nossos mitos nacionais e de episódios da História de Portugal, mas principalmente a apreciação de facetas curiosas, mas pouco conhecidas, do nosso quotidiano e a descrição dos recantos mais sublimes da paisagem das regiões Centro e Norte do nosso país.

Será contudo curioso registar que a concretização do seu projecto de divulgação de Portugal viria, de algum modo, contrariar os padrões a que “tradicionalmente obedeciam” as obras de vulgarização, onde prevaleciam os ensaios e os textos doutrinários. Em *The Lusitanian* a descrição efectuada do quotidiano português e de múltiplos aspectos da nossa cultura será, por oposição, predominantemente realizada por via literária, designadamente:

— por intermédio de trabalhos literários originais, em língua inglesa, que tinham por tema (ou referiam) episódios ou personagens da nossa História;

⁴ *Op. cit.*, n.º 3, Jan. 1845, pp. 33-47.

— a propósito ou à margem de textos poéticos portugueses, traduzidos para inglês (nomeadamente alguns trechos de *Os Lusíadas*);

— e, finalmente, em relatos de viagem de recorte literário, onde se efectuava uma apreciação extremamente subjectiva da realidade portuguesa ou se alude esporadicamente a episódios históricos e às mais variadas facetas do nosso folclore.

Por outro lado, partindo do pressuposto de que a revista é produto da influência conjunta do periodismo britânico e da nossa imprensa literária oitocentista, fomos levados a considerar que *The Lusitanian* poderá ser classificado como publicação autenticamente “anglo-portuguesa”. Assim, não obstante se encontrar mais próxima dos modelos jornalísticos britânicos, ela é portuguesa a nível da escolha dos temas, dos motivos e dos conteúdos em geral.

Tratava-se obviamente de uma publicação anónima, de acordo com a tradição corrente na época na Grã-Bretanha, já que o modelo periodístico adoptado pelos editores da revista é o inglês. Como se sabe, a convenção do anonimato constituía uma regra essencial da política editorial adoptada pela maioria das publicações britânicas do século passado, através da qual se negava aos autores a possibilidade de identificarem os seus próprios textos, limitando-os, na melhor das hipóteses, ao recurso a pseudónimos e iniciais.

Tal regra, imposta desde o primeiro número e apenas esporadicamente desrespeitada por alguns articulistas, tem vindo, até aos nossos dias, a impedir a completa identificação de todos os seus redactores e colaboradores. Sabemos, porém, que os seus principais (e talvez únicos) mentores foram William Henry Giles Kingston (1814-1880) e William Richard Harris (1793?-?)⁵,

⁵ De acordo com os dados obtidos no curso da investigação realizada em arquivos portuenses, constatámos existirem, em 1844/1845, contemporaneamente, dois indivíduos com este mesmo nome, respectivamente pai e filho. Dada a ausência de qualquer esboço biográfico deste autor e tendo em conta a escassez de dados sobre o mesmo, não nos foi possível determinar qual dos dois, W. R. Harris Sr. ou Jr., terá sido efectivamente colaborador da revista *The Lusitanian* e autor do poema épico *Napoleon, An Epic Poem in Twelve Cantos*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, 1845. Sabemos, contudo, que a primeira destas duas figuras terá nascido no ano de 1793 (de acordo com outras fontes, em 1791), habitava na cidade do Porto, na Rua do Sol, n.º 96, e era comerciante. O seu homónimo e filho nasceu igualmente no Porto, no ano de 1813, residindo, em 1845, na Rua do Sol, n.º 95, e ocupava precisamente as mesmas funções, eventualmente na firma Quarles Harris & Co..

membros de influentes famílias de produtores e comerciantes de Vinho do Porto. É igualmente tido como provável que uma outra personalidade britânica (mas de origem irlandesa), residente naquela cidade, John Thomas Quillinan⁶, irmão do poeta romântico Edward Quillinan (1791-1851), tenha colaborado activamente no projecto, pelo menos no campo editorial. Desconhecemos, porém, qualquer texto de sua autoria.

Não pretendemos efectuar neste artigo uma descrição pormenorizada da revista e muito menos uma referência mais detalhada às biografias dos seus colaboradores e responsáveis editoriais. Importa, contudo, destacar que uma das características mais interessantes desta publicação é a hibridez. Queremos com isto dizer que ela apresenta traços que nos remetem, em simultâneo, para os modelos então correntes em Portugal e na Grã-Bretanha, no domínio do periodismo literário. Os seus editores produziram aquilo que, a vários níveis, — nomeadamente dos conteúdos, do aspecto material e até do número de páginas —, se aproxima do chamado *monthly magazine*, assim definido por Naomi Jacobs:

“The monthly magazines that provided entertainment and instruction for middle and upper-class Victorians were miscellaneous including fiction, poetry, and articles, on subjects such as travel, current affairs, biography and science, with the proportion of fiction increasing as the century aged. Individually they had relatively small circulations, rarely more than 15,000, but as a group, they would eventually claim some 450,000 subscribers and a literary and cultural influence disproportionate to their share of the reading market. At their height monthly magazines published the best writing of the era: the fiction of Dickens, Thackeray, Trollope, Eliot, Gaskell, Collins, Hardy, and Henry James. The poetry of Tennyson, the Brownings, Meredith and Swinburne; and the essays of Arnold, Ruskin, Symonds, Leslie Stephen, and Pater.”⁷

Todavia, o objectivo da revista era falar de Portugal e, nessa medida, os próprios temas escolhidos foram, em muitos casos,

⁶ Os escassos dados biográficos que possuímos para esta personalidade são inconclusivos e pouco creíveis, pelo que nos eximimos de os indicar.

⁷ “Periodicals: Monthly Magazines”, in Sally Mitchell; Michael Herr (eds.), *Victorian Britain an Encyclopaedia*, Chicago and London, St. James Press, 1988, pp. 590-591.

inspirados na nossa literatura romântica, tendo sido então versados por inúmeros autores portugueses, glosados em prosa e em verso e frequentemente tratados nas páginas das revistas literárias nacionais.

Na verdade, o aspecto que mais surpreende na revista é a variedade de temas nela abordados, tendo em consideração o seu curto período de existência (cerca de 9 meses). Mas não menos surpreendente é o facto de este periódico ter vindo a abordar a globalidade das temáticas habitualmente integradas no âmbito "anglo-português". *The Lusitanian* reúne, pela primeira vez na história da Literatura Inglesa e numa só publicação, toda a série de temas portugueses que, desde os séculos XVI e XVII, nalgumas épocas de forma esporádica, noutras de modo sistemático, despertou atenções e esforços de poetas, literatos e intelectuais britânicos.

Os velhos mitos nacionais portugueses, cuja divulgação em Inglaterra havia, ao longo de séculos, contribuído para a sedimentação no imaginário britânico de uma determinada visão de Portugal, são aqui retomados enquanto temas literários. Entre outros destacaremos naturalmente D. Sebastião, Inês de Castro e Luís de Camões. A par destes surgem agora outros, cuja presença é determinada pela própria evolução histórica da nação portuguesa e das relações luso-britânicas. Neste âmbito, o caso paradigmático parece-nos ser o do rei D. Pedro IV, objecto de várias composições poéticas de natureza elegíaca ou encomiástica.

Igualmente a considerar, no contexto de uma apreciação geral dos temas abordados no periódico, são vários momentos da História de Portugal, que, pelo seu carácter determinante na evolução da nossa sociedade e, noutros casos, pelo papel fundamental que a Grã-Bretanha neles desempenhou, não poderiam deixar de atrair este núcleo de literatos ingleses do Porto. Citaremos, a título de exemplo, por um lado, o reinado de D. João III, o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e a consequente perseguição movida aos cristãos-novos e, a outro nível, episódios históricos cronologicamente mais recentes, como a Guerra Peninsular, as lutas liberais e a instauração definitiva do liberalismo em 1834.

Importa ainda destacar que os dados até aqui sumariamente apresentados parecem, em maior ou menor grau, sugerir ter-se verificado uma forte influência do nosso Romantismo entre os colaboradores de *The Lusitanian*, patenteada, sobretudo, na abordagem de alguns dos seus modelos literários. Este fenómeno de assimilação, fortemente favorecido pela leitura da imprensa

periódica portuguesa do tempo, faz-se sobretudo sentir no tratamento de determinadas figuras históricas portuguesas, que faziam parte integrante dos nossos mitos de decadência e regeneração — uma das maiores obsessões da nossa intelectualidade romântica —, reflectindo uma eventual adopção da concepção herculaniana da História de Portugal. Recorremos neste caso a um conceito apresentado e desenvolvido quer por Álvaro Manuel Machado, em *Les Romantismes au Portugal, Modèles Étrangers et Orientations Nationales*⁸, quer por Fernando Catroga, em *História da História em Portugal, Séculos XIX e XX*⁹, mas que nos ajudou, de algum modo, a compreender o caso específico da sua abordagem em *The Lusitanian* e a razão para a sua ocorrência nesta revista inglesa. É ao ponto de vista deste último autor que recorreremos no intuito de confirmar tal hipótese:

“Quanto às causas dessa decadência, convém pormenorizá-las. Na interpretação herculaniana, parece óbvio que estas derivam da correlação de um conjunto de factores — políticos, culturais, económicos, morais —, mas em que dominavam as acusações contra o centralismo absolutista, o papel negativo da Inquisição, a interferência papal através das ordens religiosas (com particular destaque para os Jesuítas) e os efeitos moralmente dissolventes e economicamente negativos dos Descobrimientos e das conquistas. E a historiografia posterior quase se limitou a acrescentar outros aspectos (exemplo: a crescente influência inglesa) a esta interpretação. Mas, de entre todas, uma análise comparativa das várias posições mostra que a principal responsabilização recaiu sobre o absolutismo e os seus aliados (o Papado, a Inquisição, o jesuitismo), acusados de terem destruído as antigas liberdades medievais e causado o “desvio” do percurso que a sociedade portuguesa devia ter percorrido para, espontânea e naturalmente, objectivar a sua índole. [...]

Simultaneamente, não se deixava de sugerir que esse longo definhamento de três séculos estaria a ser ultra-

⁸ Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.

⁹ “7. Decadência e Regeneração Nacional: Os Dois Ciclos da História de Portugal”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *op. cit.*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, Vol. I, Cap. II (“Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”), pp. 93-98.

passado, finalmente, devido às possibilidades regeneradoras do liberalismo.”¹⁰

Esta dicotomia constituiu, sem dúvida, uma das preocupações centrais do nosso Romantismo e afinal de toda a sociedade portuguesa oitocentista¹¹, que aos mais variados níveis — cultural, social, político e económico —, procurava desesperadamente romper com séculos de decadência, repressão e obscurantismo e reconquistar o brilho, a opulência e a influência perdidas nos finais de Quinhentos e jamais recuperadas nos séculos seguintes, na ausência de líderes carismáticos e visionários que resgatassem a nação do estado de letargia e abatimento moral em que havia mergulhado.

Essas personagens míticas, que se inscrevem totalmente nessa dicotomia decadência-regeneração (encarnando quer um, quer outro destes princípios) recebem nas páginas de *The Lusitanian* um tratamento análogo àquele de que eram objecto em Portugal, nesse mesmo período. São elas o poeta Luís de Camões (tal como foi representado e entendido pelo Romantismo), personagens messiánicas como D. Sebastião, o Marquês de Pombal (a que se alude apenas muito brevemente numa das recensões publicadas no periódico) e D. Pedro IV. A este conjunto de figuras míticas haverá finalmente a acrescentar a personagem tipo do judeu-português, alvo da sanha persecutória do Santo Ofício.

Todas elas são, na verdade, figuras-chave, essenciais para uma correcta compreensão dos destinos de Portugal e da sua evolução histórica até à Época Contemporânea e que aparecem, assás curiosamente, agrupadas num conjunto e numa sequência à qual parece, até certo ponto, subjazer uma determinada lógica. Elas terão encarnado, nuns casos, a esperança na vinda de uma nova era de prosperidade, em tudo semelhante à mítica Idade de Ouro do Portugal Medieval e Renascentista, e, noutros ainda, a própria fase de degenerescência que se lhe seguiu e da qual o país só muito recentemente parecia querer despertar.

¹⁰ *Ibidem*, Vol. I, Cap. II, pp. 94-95.

¹¹ No mesmo texto e numa passagem subsequente à supracitada (*ibidem*, p. 95), Fernando Catroga acrescenta que a decadência de Portugal e, de um modo geral, dos povos peninsulares, se viria a transformar numa das maiores preocupações intelectuais das gerações finisseculares (nomeadamente em Antero de Quental, Teófilo Braga e Oliveira Martins). Consulte-se a este mesmo propósito o trabalho de Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração, O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

Procurámos, deste modo, buscar provas da influência exercida pelos modelos românticos portugueses em *The Lusitanian* e implicitamente do cunho eminentemente híbrido e dual desta publicação, verdadeira encruzilhada de influências culturais, literárias e estéticas bem distintas, que concorrem para lhe conferir um carácter poliédrico e multiforme. Pretendemos, de igual modo, perceber de que modo a publicação de uma narrativa ficcional sobre D. Sebastião, nas páginas da revista, se enquadrava nos objectivos traçados à partida pelos editores para o periódico. Começaremos, contudo, por aludir, ainda que sumariamente àquele que supomos ter sido o seu provável autor — William Henry Giles Kingston — e à sua carreira literária.

Embora o conto “An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal” surja publicado anonimamente nas páginas de *The Lusitanian* e enigmáticamente identificado com a inicial C., é sabido que a generalidade dos estudiosos, que até hoje se têm vindo a debruçar sobre a obra deste autor e mais precisamente sobre os textos identificados na revista com aquela sigla, são unânimes em considerar tratar-se de um dos numerosos disfarces literários usados por aquele escritor, ao longo da curta existência daquele periódico.

A primeira tentativa de descodificação desta inicial ocorre na tese de Miguel Nuno Alarcão e Silva, *Edward Quillinan e Portugal*¹², onde surge identificada com W. H. G. Kingston, sem que para tal se ofereça, porém, uma justificação cabal. Maria da Conceição Emiliano, que, por seu turno, produziu uma dissertação de Mestrado acerca de uma das narrativas de viagem sobre Portugal publicadas por Kingston — *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*¹³ — apenas alude no seu trabalho, intitulado *William Henry Giles Kingston, Percursos Lusitanos*¹⁴, aos excertos desta obra previamente editados em *The Lusitanian* e identificados com a inscrição “By the Author of the Prime Minister”. Esta autora não efectua, contudo, qualquer referência aos textos assinados na revista com a inicial C., cuja autoria pertencerá, muito provavelmente, àquele mesmo escritor.

Precisamente por acreditarmos nesta última hipótese, procurámos recentemente, na dissertação de Doutoramento supraci-

¹² Dissertação de Mestrado inédita, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1986, Cap. III, pp. 119-121.

¹³ 2 vols., London, John W. Parker, 1845.

¹⁴ Dissertação de Mestrado inédita, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1988, Cap. II, p. 29; Cap. IV, p. 143, 150; Cap. V, p. 271.

tada ¹⁵, encontrar uma justificação lógica para tal identificação. À partida, os únicos textos que sabíamos terem sido, sem qualquer dúvida, redigidos pelo próprio Kingston eram as versões resumidas de dois capítulos do relato de viagem *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, publicados, respectivamente, nos números 4 e 5 da revista *The Lusitanian* ¹⁶.

Para além dos extractos desta narrativa importa, todavia, assinalar a publicação por C. (nas páginas deste mesmo periódico) da série de artigos “Scenes and Sketches in Portugal”. Este conjunto de relatos de viagem (respectivamente editados nos números 1, 2, 3, e 6 de *The Lusitanian* ¹⁷) foi submetido a um confronto com alguns trechos da narrativa de Kingston, *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, publicada em Londres, em Setembro de 1845 ¹⁸.

Apercebemo-nos, de imediato, das enormes semelhanças existentes entre ambos os trabalhos, quer do ponto de vista estilístico, quer lexical, mas ainda e sobretudo ao nível das estruturas internas daquelas narrativas. Os próprios títulos — “Scenes and Sketches in Portugal” e *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, denotam inegáveis semelhanças. Um e outro remetem-nos implicitamente para o campo da representação pictórica ou gráfica, que surgiria em complemento ao texto das narrativas de viagem, objectivo, que, como se sabe, apenas se concretizaria em *Lusitanian Sketches*.

Mas a verdadeira prova de que Kingston poderá efectivamente ter sido o autor de ambas as narrativas reside mais precisamente na transcrição extensiva de passagens do relato de viagem “Scenes and Sketches in Portugal” (v. *The Lusitanian*) em *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, evidenciada sobretudo na descrição da cidade de Viseu ¹⁹. Tudo leva a crer que Kingston tenha realizado diversas viagens (pelo menos duas) em datas diferentes, seguindo em parte um itinerário semelhante, nomeadamente nos casos supracitados dos percursos pelo Minho e pela Beira, facto que lhe permitiu utilizar notas e apontamentos colhidos na primeira viagem (à qual corresponderia o relato de *The Lusitanian*) na elaboração da narrativa *Lusitanian Sketches*.

¹⁵ *Op. cit.*, Cap. IV, Secção 4.2., pp. 246-252.

¹⁶ *Ibidem*, Cap. IV, pp. 246-252.

¹⁷ *Op. cit.*, n.º 1, pp. 21-28; n.º 2, pp. 65-67; n.º 3, pp. 3-10; n.º 6, pp. 265-271.

¹⁸ *Op. cit.*, Vol. I, Sketches VI, VII, VIII, IX, X, XI, pp. 96-220; Vol. II, Sketches XVIII e XIX (pp. 1-44), XXIII e XXIV.

¹⁹ *Ibidem*, Vol. II, Sketch XXII, pp. 120-121, 122-123, 124-125, 126, 127, 129-130.

a devida atenção por parte dos críticos — a sua vasta obra lusófila, largamente representada em *The Lusitanian*, e que abrange os géneros mais variados, incluindo o relato de viagem, a ficção histórica, o ensaio, versões inglesas de narrativas populares portuguesas, ou, até mesmo, simples artigos jornalísticos de pendor eminentemente divulgatório, editados nalguns dos mais influentes periódicos literários vitorianos. Entre as obras publicadas por Kingston, exclusiva ou parcialmente dedicadas a Portugal, à sua História e cultura, contam-se: *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil* (1845)²³, *The Prime Minister* (1845)²⁴, *My Travels in Many Lands* (1862)²⁵, *Tales for Old and Young of All Classes, by Many Authors* (1862)²⁶, *Great African Travellers from Mungo Park to Livingstone and Stanley* (1874)²⁷ e *Notable Voyages from Columbus to Parry* (1880)²⁸.

Antes mesmo de descermos a uma análise detalhada do conto “An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal” importará, contudo, entender por que meio se virá a registar uma tão evidente influência do Ultra-Romantismo português e dos seus mitos, nomeadamente D. Sebastião (aquele que é tratado no texto que nos propomos analisar) entre os colaboradores de *The Lusitanian* e sobretudo em William Henry G. Kingston.

É sabido que o periódico em causa constituiu algo mais do que um simples repositório de narrativas de viagem e descrições paisagísticas, de esboços da História de Portugal ou de aspectos mais ou menos pitorescos do país visitado ou, finalmente, de uma antologia de traduções de textos literários portugueses. Embora começando por se constituir como intermediário cultural, enquanto meio de divulgação da nossa cultura a cidadãos britânicos residentes no nosso país, os seus responsáveis e colaboradores acabariam por se deixar contaminar por aspectos muito diversos da realidade cultural e civilizacional descrita, processo de aculturação que de algum modo se reflectirá no produto final que é o *corpus* textual de *The Lusitanian*.

Sabemos, aliás, por via do aturado estudo que dele efectuámos, que o periódico em análise constituiu, em termos de elaboração e concepção e até mesmo dos objectivos para ele delineados pelos seus mentores, algo de muito mais complexo e ambi-

²³ V. *supra*, nota 13.

²⁴ 3 vols., London, Richard Bentley, 1845.

²⁵ London, William Kent & Co., 1862.

²⁶ London, William Kent & Co., 1862.

²⁷ London and New York, G. Routledge, 1874.

²⁸ London and New York, G. Routledge & Sons, 1880.

cioso do que um simples órgão de divulgação. Tal como já foi sugerido anteriormente, poderemos eventualmente considerar estarmos realmente perante uma publicação de perfil editorial e concepção geral muito semelhantes aos da maioria dos periódicos britânicos contemporâneos (tendência que se reflecte na própria orientação estética subjacente à maior parte dos textos, sem dúvida tipicamente inglesa), mas que, ao nível dos conteúdos e nomeadamente em termos da escolha dos temas, dos mitos e das personagens históricas retratadas (e sobretudo no tratamento literário por estas recebido) denuncia uma forte influência do Romantismo português — com eventual destaque para a corrente ultra-romântica portuense, então na sua fase inicial e com a qual os colaboradores da revista poderiam facilmente ter contactado. *The Lusitanian* acaba, deste modo, por assumir paradoxalmente um carácter híbrido, fruto da confluência de duas tradições literárias distintas — a inglesa e a portuguesa — de um complexo jogo de influências literárias, estéticas, culturais e ideológicas, só possível tendo em conta o quadro específico e muito complexo em que ocorre a sua génese e o seu desenvolvimento posterior.

Para chegarmos a uma confirmação deste ponto de vista teremos, no entanto, de dar uma resposta cabal a três questões fundamentais, que qualquer observador atento se poderá logicamente colocar ao reflectir sobre os dados que viemos até aqui a apresentar:

a) Através de que meios se terá vindo a processar essa forte influência da literatura romântica portuguesa entre os colaboradores de *The Lusitanian*?

b) Que factores terão especificamente concorrido para originar tal fenómeno?

c) Quais serão especificamente os temas e os assuntos cuja abordagem em *The Lusitanian* reflecte inequivocamente uma colagem ao tratamento que recebiam contemporaneamente em textos literários portugueses ou resultam de uma imitação deliberada de determinado autor, do seu estilo, ou de uma qualquer tendência então corrente nas nossas letras?

Sabemos, em primeiro lugar, que os editores de *The Lusitanian* recebiam determinado número de publicações periódicas nacionais. Estas eram, de um modo geral, referenciadas na secção "Editor's Table", onde se anunciavam, entre outros factos, os

lançamentos mais recentes no mercado jornalístico e livreiro português. Nela ocorrem referências a periódicos tão importantes quanto *O Trovador*, *Anais Marítimos e Coloniais*, *Ilustração*, *O Panorama*, *Revista Literária*, *Revista Académica* e *Revista Universal Lisbonense*²⁹, sem dúvida alguns dos títulos mais sonantes da imprensa literária e cultural de Oitocentos; aqueles que, no dizer de Álvaro Manuel Machado, constituíram os mais importantes meios de difusão dos modelos e das ideias românticas em Portugal, aos quais imprimiram uma clara orientação nacional, aplicando-os à análise da realidade portuguesa e dos grandes mitos nacionais, sobretudo os de decadência e regeneração³⁰.

A este mesmo propósito importa ainda recordar que William Henry Giles Kingston alude, em *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*³¹, à situação geral da imprensa portuense em 1845 e a algumas das publicações periódicas mais influentes e interessantes daquela cidade, tecendo um breve juízo crítico ou meras considerações gerais sobre as mesmas, facto que demonstra um relativo conhecimento de cada uma delas. Afigura-se-nos, aliás, pouco plausível que figuras destacadas nos meios sociais portuenses e no seio da comunidade britânica, pertencentes a abastadas famílias de comerciantes, de há muito fixadas naquela cidade e tendo residido longos períodos em Portugal, não conhecessem e lessem a imprensa portuguesa.

Mas, se os periódicos constituíram, muito provavelmente, uma das fontes mais amplamente consultadas pelos nossos autores, importa recordar que outro importante meio de contacto com as nossas letras e, de um modo geral, com a realidade portuguesa foi, sem dúvida, a descoberta de textos literários portugueses³² e a sua leitura, que, em boa parte, se ficariam a dever ao esforço de investigação efectuado por alguns colaboradores em bibliotecas públicas e privadas da cidade do Porto. Sabemos até que William Kingston frequentava regularmente a Biblioteca Pública do Porto, hábito a que alude em *Lusitanian*

²⁹ V. João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *op. cit.*, Cap. III, Secção 3.3., p. 153.

³⁰ V. *op. cit.*, Paris, 1986, Cap. III, p. 137.

³¹ *Op. cit.*, Vol. I, Sketch XVI, p. 313.

³² Se Camões foi, entre os clássicos portugueses, aquele que recolheu entre os três colaboradores identificados do periódico, — W.R. Harris, Edward Quillinan e W.H.G. Kingston —, um unânime favoritismo, entre os autores contemporâneos as atenções dos nossos ingleses parecem ter sobretudo convergido para os primeiros românticos portugueses, com particular destaque para Alexandre Herculano.

*Sketches of the Pen and Pencil*³³ e no prefácio ao romance *The Prime Minister*³⁴. Em ambos os textos o nosso autor tece profusos elogios aos funcionários da referida instituição, a quem agradece os favores prestados e todo o auxílio que lhe havia sido concedido. É igualmente plausível que Kingston tenha recorrido à biblioteca da Feitoria Inglesa, que continha secções de História e Literatura de Viagens sobre Portugal e um determinado número de traduções de textos literários portugueses, realizadas por outros autores britânicos.

Outra eventual fonte para o conhecimento das nossas letras terá sido, muito possivelmente, a frequência dos teatros públicos, bem como das numerosas representações dramáticas realizadas a título privado em determinados meios da classe dominante, que poderiam, com alguma probabilidade, ter sido frequentadas pelos nossos autores. Atente-se, a tal propósito, no testemunho que Kingston nos legou, em *Lusitanian Sketches*, acerca de tais matérias:

“When there is no opera, Portuguese and Spanish plays are performed on the stage of the theatre of St. João. The first are chiefly translations from the French. There are few even tolerable actors among them: the women are the worst, for it is not considered a very creditable profession. [...] The Spanish actors who have appeared at Oporto were very superior in every respect, and always drew large audiences.

There are two minor theatres at Oporto. The Portuguese are passionately fond of private playacting, and for amateurs are admirable performers. There are numerous small private theatres in the city, and one of the largest companies has hired a theatre, and another acts frequently in that of St. João. The female parts are, however, on these public occasions taken by men, which of course spoils any tragic piece. A few years ago the English possessed a very elegant private theatre, where plays were acted by the young English residents, once a fortnight, to audiences amounting to seldom less than three hundred persons; all of whom understood the language of the performers.³⁵

³³ *Op. cit.*, Sketch XVI, p. 314.

³⁴ “Preface”, *op. cit.*, pp. V-VII.

³⁵ Vol. I, Sketch XVI, pp. 311-312.

A par dos factores anteriormente apontados será forçoso acrescentar uma referência à hipotética frequência de determinados círculos sociais elegantes, nomeadamente o eventual acesso aos salões literários portuenses e, finalmente, o possível convívio com figuras ligadas aos meios literários ultra-românticos daquela cidade.

Os dados que temos vindo a apresentar parecem-nos constituir justificação cabal para a hipótese anteriormente colocada, — de uma eventual influência exercida pelo nosso Romantismo junto dos colaboradores do periódico, que se traduziria, nomeadamente, na recepção de alguns dos seus grandes temas, mas, sobretudo, na sua abordagem em moldes muito semelhantes àqueles que então se haviam tornado correntes entre os poetas portugueses.

Deste modo, não nos deve causar qualquer tipo de admiração que em *The Lusitanian* sejam tratadas as três grandes figuras históricas que tradicionalmente fascinaram e despertaram o maior interesse entre os homens de letras britânicos e europeus, elevando-se à categoria de mitos literários — D. Sebastião, Camões e Inês de Castro. É bem sabido que todos eles granjearam um manifesto favoritismo entre os românticos ingleses e também entre os seus congéneres continentais.

No que respeita a representação e abordagem das duas últimas personagens, pouco haverá de invulgar ou inovador a apontar. Assim, tanto a apresentação do perfil biográfico de Camões como a apresentação crítica do mito de Inês de Castro nos parecem estar em perfeita consonância com os cânones estéticos do Romantismo e em total acordo com a tradição inglesa, no que se refere ao tratamento de ambas as figuras. Porém, no caso específico de D. Sebastião, somos colocados perante uma situação algo mais complexa. Assim, muito embora a análise do conto "An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal" e o seu confronto com trabalhos literários anteriores e contemporâneos, que versaram tal temática, tanto em Portugal como na Grã-Bretanha, nos tivessem, numa primeira análise, levado a crer que as fontes e os modelos escolhidos pelo seu autor seriam essencialmente ingleses, fomos, neste caso, forçados a reconsiderar tal hipótese e obrigados a tomar em consideração outros factores igualmente determinantes, nomeadamente a revivescência do Sebastianismo em Portugal, nas décadas de 30 e 40.

De facto, a narrativa surgida em 1844, em *The Lusitanian*, acaba naturalmente por se inscrever numa tradição de aborda-

gem do tema nas letras inglesas, fazendo parte de um conjunto de textos nos quais a personagem central — D. Sebastião — sobrevive após a batalha de Alcácer-Quibir³⁶. Esta série de trabalhos literários, que abarca os géneros mais diversos, teve início ainda em pleno século XVII (no período Carolino), com o drama de Philip Massinger, *Believe as You List* (1631)³⁷, e prossegue, já na Época da Restauração, com a tragédia *D. Sebastian* (1690)³⁸, da autoria de John Dryden. Inspirando-se, em larga medida, num romance anónimo francês³⁹, traduzido em 1683 por Ferrand Spence⁴⁰, o dramaturgo tornar-se-ia o primeiro autor a explorar, no seu país, a história lendária da paixão de D. Sebastião pela princesa moura.

Esta tradição prolongar-se-ia no drama inglês, ao longo da Época Augustana e do Romantismo, por via de sucessivas imitações da tragédia de Dryden, de que se conhecem as peças *The Captive* (1796), de Isaac Bickerstaffe⁴¹, e *The Renegade*, de Frederick Reynolds⁴².

Durante a Época Romântica, o tema em causa conhecerá igualmente algum sucesso nos domínios da ficção e da poesia, graças aos trabalhos literários realizados por Anna Maria Porter, autora do romance histórico *Don Sebastian; or The House of Braganza* (1809)⁴³; por Felicia Hemans, que, para além de traduzir uma ode de Fernando Herrera, alusiva à temática sebástica⁴⁴, publicaria em 1822 o poema dramático original *Sebastian of*

³⁶ Vejam-se a este propósito as seguintes obras de Maria Leonor Machado de Sousa: *D. Inês e D. Sebastião na Literatura Inglesa*, Lisboa, "Universidade", n.º 18, Editorial Vega, s.d. e *Mito e Criação Literária*, Lisboa, "Horizonte", n.º 46, Livros Horizonte, 1985. Consulte-se igualmente o trabalho colectivo supracitado (v. *supra*, nota 1).

³⁷ O original manuscrito só seria editado pela primeira vez no nosso século, pela Oxford University Press, The Malone Press, Great Britain, 1927.

³⁸ *Don Sebastian, King of Portugal: a tragedy, In five acts and in prose and verse*, London, printed for Jo. Hindmarsh, 1690.

³⁹ *Dom Sebastian, Roy de Portugal: nouvelle historique*, Paris, Chez Claude Barbin, 1679.

⁴⁰ *Dom Sebastian, King of Portugal, An Historical Novel, done out of French by —*, London, Printed for R. Bentley and S. Magnes, 1683.

⁴¹ *The Captive. A Comic Opera*, as it is perform'd at the Theatre-Royal in the Hay-market. Based on scenes from Dryden's *Don Sebastian*, London, W. Griffin, 1769.

⁴² *The Renegade, a grand historical drama*, in three acts and in prose. Founded on Dryden's *Don Sebastian*, London, C. Chapple, 1812.

⁴³ [...] An historical romance. In four volumes, London, Printed for Longman, Hurst, Rees and Orme, Paternoster Row, 1809.

⁴⁴ "Herrera's Ode on the defeat of King Sebastian of Portugal and his army in Africa", in *The Edinburgh Magazine and Literary Miscellany*, being a new series of the Scots Magazine, April 1822, pp. 428-429.

Portugal⁴⁵; mas igualmente por Terence Hughes, autor do poema-balada *The Ocean Flower; A Poem*, publicado em 1845.

Assim, é possível que Kingston, o suposto autor do conto "An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal", tenha consultado, lido, ou eventualmente assistido à representação de algum dos textos acima referidos, nos quais teria colhido inspiração para a elaboração da sua narrativa. Esta possui, sem dúvida, numerosos pontos de contacto com a generalidade dos textos poéticos, narrativos e dramáticos supracitados, contendo dados que nos remetem, aparentemente, para a tradição inglesa. Citaremos entre outros:

- a sobrevivência do Rei após a batalha de Alcácer-Quibir;
- o salvamento do monarca pelo servo árabe Abdallah e a sua família;
- a paixão funesta de D. Sebastião por uma jovem moura (a irmã de Abdallah, Xarifa), que, ao despertar o ciúme e a sede de vingança do seu "legítimo" pretendente, terá por consequência o aniquilamento de todos os adjuvantes do monarca;
- o destino indeterminado do rei (de novo um sobrevivente solitário, rodeado de cadáveres), que partirá sem rumo definido, embrenhando-se na vastidão do deserto.

Mas o factor que mais o aproxima da tradição inglesa é a escolha deliberada, pelo autor, do período subsequente ao final da batalha como ponto de partida da acção⁴⁶. De facto, a narrativa tem o seu preciso início no momento em que o rei, saído do estado de inconsciência e choque, causado pelos ferimentos, desperta para a realidade e descobre que todos os seus companheiros haviam perecido na refrega ou sido aprisionados pelos mouros.

Tal estratégia ofereceu a Kingston a hipótese de escapar a uma estrita submissão aos factos históricos conhecidos, conquistando um espaço de liberdade que lhe permitiu efabular e engendrar um destino fictício para o monarca português⁴⁷.

⁴⁵ "Sebastian of Portugal (From an unpublished dramatic poem)", in *The Edinburgh Magazine*, May, 1822, pp. 625-632

⁴⁶ V. Maria Leonor Machado de Sousa, "Apresentação", in *D. Sebastião na Literatura Inglesa*, pp. 11-12, mas igualmente outros dois trabalhos da mesma autora, a que aludimos anteriormente (cf. *supra*, nota 74): *Mito e Criação Literária*, pp. 38-39 e *D. Inês e D. Sebastião na Literatura Inglesa*, pp. 22-23.

⁴⁷ Ainda que em contextos históricos diferentes e por razões naturalmente distintas, tal estratégia fora anteriormente utilizada por outros autores ingleses,

Contudo, ao pretendermos empreender a análise deste texto, seremos obrigados a ter em conta outros factores de considerável importância, nomeadamente o sensível recrudescimento do fascínio exercido pelo mito sebastianista em Portugal, ao longo de toda a primeira metade do século passado, e as sucessivas actualizações a que esteve sujeito durante os três grandes momentos de crise atravessados pelo país nesse mesmo período — as guerras napoleónicas, as lutas liberais e a crise política dos anos 40⁴⁸.

Importa, sobretudo, lembrar que o culto do Sebastianismo foi exaustivamente explorado por ambas as facções em confronto na sociedade portuguesa, durante a Guerra Civil, com óbvios intentos políticos, até à vitória liberal de 1834, tendo os seus respectivos líderes — D. Miguel e D. Pedro — sido sistemática e deliberadamente associados à figura do rei D. Sebastião. Contudo, a situação de conflito social a que se irá quase permanentemente assistir, durante os dezassete anos seguintes, até à Regeneração, e particularmente o clima repressivo e de confrontação que acompanha a subida de Costa Cabral ao poder, na década de 40, irão mergulhar boa parte da intelectualidade romântica num novo período de profundo pessimismo, que será sistematicamente acompanhado da publicação de numerosos textos literários alusivos à temática em questão, incluindo, sobretudo, romances, folhetins e textos dramáticos, mas igualmente de artigos e trabalhos historiográficos sobre D. Sebastião e o seu reinado, alguns dos quais admitiam a hipotética sobrevivência do monarca após a batalha.

Ecos deste retorno ao mito sebastianista chegam-nos, em larga medida, através da imprensa literária e cultural do nosso Romantismo, onde boa parte desses trabalhos se encontra publicada.

Um levantamento parcial dos textos originais e traduzidos alusivos ao tema permitiu-nos descobrir que entre as obras então lançadas no nosso país se encontravam o romance *Lúis de*

que efectuaram a abordagem deste tema. Veja-se o que nos dizem, a tal propósito, Maria Teresa Pinto Coelho em "John Dryden: D. Sebastião, Herói Clássico", in *D. Sebastião na Literatura Inglesa*, pp. 161-163, e Maria de Lurdes Coelho Gomes, em "Uma Personagem Marginal: O Prior do Crato", *ibidem*, pp. 262-263.

⁴⁸ A tal fenómeno aludem, entre outros estudiosos do mito sebastianista, José Van de Besselaar, *O Sebastianismo — História Sumária*, Lisboa, "Biblioteca Breve", n.º 110, ICALP-MEC, 1987, Cap. VIII, pp. 161-185 e António Quadros, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, 2 vols., Lisboa, Guimarães e C.^a, 1982-1983.

Sousa (1835)⁴⁹, da autoria do lusófilo francês Ferdinand Denis (do qual sairia logo no ano seguinte um capítulo na revista francófona *L'Abeille*⁵⁰), uma versão portuguesa da novela anónima francesa de 1679⁵¹, lançada em 1837 sob o título de *Novela Histórica de D. Sebastião, Rei de Portugal*⁵², e, ainda no mesmo ano, uma reedição da *Crónica de elrei D. Sebastião* de Frei Bernardo da Cruz, da responsabilidade de Alexandre Herculanano⁵³. Seguem-se, por ordem cronológica, em 1839, o romance-poema *D. Sebastião — O Encoberto*⁵⁴ de António Augusto Correia de Lacerda; a recensão crítica homónima de A. de Lacerda, surgida em 1840 no *Cosmorama Literário*⁵⁵, o texto “Manuel de Sousa Coutinho” de Paulo Midosi (1842)⁵⁶; o artigo histórico “A Batalha de Alcacer-Quivir, e a Invencível Armada” (1842), de A. de Oliveira Marreca⁵⁷, e a novela “D. Sebastião o Desejado, Lenda Nacional” de Francisco Maria Bordalo (1844)⁵⁸; igualmente em 1844 surgiria a tragédia *Frei Luís de Sousa*⁵⁹ de Almeida Garrett e, finalmente, já em 1845, a versão portuguesa do libreto do drama lírico de Donizetti, *Don Sebastiano, Re di Portogallo* (Paris, 1834)⁶⁰, da autoria de Eugène Scribe.

⁴⁹ 2 vols., Paris, Librairie de Charles Gosselin, 1835.

⁵⁰ “Une Journée du Roi D. Sébastien”, in *L'Abeille, Journal Encyclopédique*, 1ère Année, n.º 13, Samedi, 23 Juillet, Lisboa, Imprensa de C. A. S. Carvalho, 1836. É notória a semelhança deste último título com o do conto publicado por Kingston em Janeiro de 1845, em *The Lusitanian* (“An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal”). Embora seja impossível prová-lo, não deixa de constituir uma ideia aliciante a hipótese de o autor inglês ter decidido imitar ou parafrasear o título daquele fragmento do romance de Ferdinand Denis.

⁵¹ V. *supra*, nota 39. Trata-se da mesma novela que Ferrand Spence traduzira para língua inglesa, no ano de 1683.

⁵² [...], traduzida de hum antigo Author Francez por D.A.d'A.C.R.T., Lisboa, na Impressão de Alcobia, 1837.

⁵³ [...], por fr. Bernardo da Cruz, publicada por Alexandre Herculanano, e o dr. A.C. Payva, Lisboa, Impressão de Galhardo e Irmãos, 1837.

⁵⁴ Lisboa, Tip. J. S. Sampaio, 1839.

⁵⁵ *Op. cit.*, n.º 3, 1.º de Janeiro, 1840, p. 21.

⁵⁶ *O Panorama*, Vol. I, 2.ª Série, n.º 30, 23 de Julho; n.º 31, 30 de Julho; n.º 32, 6 de Agosto, 1842.

⁵⁷ *Ibidem*, Vol. I, 2.ª Série, n.º 38, 17 de Setembro; n.º 39, 24 de Setembro, 1842.

⁵⁸ A 1.ª versão saiu na *Revista Universal Lisbonense*, entre o n.º 39, 16 de Maio, 1844, Vol. III, Série IV, pp. 469-472 e o n.º 3, 8 de Agosto, 1844, Vol. IV, Série IV, pp. 29-30.

A esta seguir-se-ia, dez anos mais tarde, uma segunda versão surgida em *O Panorama*, entre o n.º 48, 2 de Dez., 1854, Vol. XI [Vol. III, 3.ª Série], pp. 380-383 e o n.º 2, 13 de Janeiro, 1855, Vol. XII [Vol. IV, 3.ª Série], pp. 2-4.

⁵⁹ Lisboa, Imprensa Nacional, 1844 (1.ª edição).

⁶⁰ *D. Sebastião Rei de Portugal*, drama lírico em 5 actos para se representar no Real Teatro de São Carlos [...], música de Donizetti, Lisboa, Tipografia do Borges, 1845. São os seguintes os dados relativos à 17.ª edição italiana: *Don*

Dois anos mais tarde voltamos a assistir ao lançamento de novos trabalhos alusivos ao tema, desta feita o drama histórico *Rei ou Impostor*, de Francisco Maria Bordalo⁶¹, e um romance anónimo intitulado *Dom Sebastião, Romance Histórico em Seis Cantos e Outras Poesias*⁶².

Como mais adiante teremos oportunidade de constatar, foi precisamente este clima de generalizado interesse pela figura do monarca então verificado em Portugal, aliado à tendência para um constante retorno ao mito sebastianista, que viria a motivar e impelir William Kingston a explorar tal assunto num texto de sua própria autoria, que segue de muito perto os moldes em que aquela figura mítica foi então tratada em obras literárias portuguesas. A confirmação deste facto reveste-se da maior importância visto constituir uma prova inequívoca da permeabilidade deste grupo de ingleses às tendências gerais da literatura portuguesa romântica, mas simultaneamente da atenção e sensibilidade por ele demonstradas a todos os fenómenos sociais e culturais então registados no nosso país.

Conquanto esteja longe de constituir um elemento imprescindível a uma correcta leitura do conto “An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal”, seria sem dúvida uma grave omissão ignorar o trecho do relato de viagem *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, da autoria do próprio Kingston, dedicado à abordagem das tradições, costumes, credences e superstições características do Norte de Portugal, que constitui, na nossa perspectiva, um claro indício do interesse e da sensibilidade reveladas por aquele autor (e, segundo cremos, pelos restantes colaboradores do periódico) em relação ao fenómeno sebastianista. Assim, nesta passagem da narrativa o autor não só alude à figura do rei D. Sebastião e ao seu trágico desfecho, mas igualmente discorre sobre o fenómeno sebastianista, cujas origens e posterior evolução são sucintamente analisadas e apresentadas aos leitores ingleses.

“I believe if we were to wander throughout the country we should find few Sebastianites remaining. Theirs is a curious creed — an odd tradition to be believed is it, that

Sebastiano, Re di Portogallo, drama in 5 atti di E. Scribe, tradotto in italiano da G. Ruffini, Posto in musica da Gaetano Donizetti, Milano, G. Ricordi & C., s.d. [1843].

⁶¹ [...] Drama original em cinco jornadas, Lisboa, Tipografia do Panorama, 1847.

⁶² [...] Por um anónimo, Porto, Tip. Comercial, 1847.

the young and gallant king Don Sebastian had escaped from the fatal field of Alcacer-Quiver, where fell the bravest and last of Portugal's chivalry, and that confined by some fell magic in an enchanted island among the unbelieving Moors, he will one day break his bonds, and return to restore his beloved country to the state of prosperity she once enjoyed. [...]

It was reported that King Sebastian would return on some morning when the sky was overcast with clouds and mists — that suddenly a bright light would appear, driving away fog and darkness, and that his heaven-directed bark would be seen gliding swiftly up the majestic Tagus, the harbinger of peace and happiness in the Kingdom! On many a misty morning have his faithful subjects flocked in crowds to the quays of Belem, at the entrance of the river, and there have watched with anxious eyes, in the full and confident expectation of his coming. Morning after morning, constant to their faith, they have waited patiently for the destined advent; no doubts rising in their minds of the ultimate realization of their hopes.”⁶³

Contudo, Kingston vai mais longe, apercebendo-se da importância que este mito adquire no contexto da Cultura Portuguesa e da evolução histórica do nosso país, bem como das suas múltiplas implicações e amplo leque de significados:

“Looking deeply into the matter this creed is not a senseless one — it is one not to be despised and ridiculed, as might be supposed on first hearing of it.

In truth, this belief arose from a reality — from a necessity. The people felt that each day they were sinking lower and lower in the scale of nations, and that they required some one to save them. It was reported, perhaps not without foundation, that their gallant young sovereign, on whom their fondest affections were set, had escaped the slaughter of his army. ‘Then he will surely return!’ they exclaimed; ‘he will restore our nation to greatness.’ This was their fondest hope, their cherished wish, till it grew into a faith. Though years passed by, and

⁶³ “Traits and Traditions of the North of Portugal”, *op. cit.*, Vol. I, Sketch XVII, pp. 320, 321-322.

he came not, still they believed he would ultimately come.[...] This their fathers believed, and taught their children — those children believed it, for the necessity still existed — they felt that they required a great man. I scarcely know why all their descendants do not profess the same creed, for surely such an one has not yet appeared.”⁶⁴

No trecho que em seguida passamos a citar, é notória a consciência de que a figura mítica em questão sofrera até ao século XIX sucessivas actualizações, adquirindo em cada época histórica um sentido específico. A leitura desta passagem da narrativa permite inclusivamente depreender que o autor estaria consciente do relevante papel que o mito sebastianista desempenhara ao longo das sucessivas crises que marcaram a primeira metade do século passado e da importância de que se continuava a revestir em plena década de 40:

“Years ago one third of the nation were of this belief. they have, as was to be expected, gradually decreased in numbers, but those who still hold to it are as firm in their faith as their predecessors. It is said that there was an ancient prophecy that many events were first to take place, and which it appears their fathers overlooked. First there was to be a severe and cruel despotism; then a civil war and bloodshed, plague, famine, and pestilence; then a hero, but inferior to Don Sebastian; afterwards a queen should rule the land; and then the illustrious hero, the regenerator of his country, should appear! Most of these events have already occurred, they say — the greatest of all — the final one, only has to be accomplished. At one time not a class of the social body was without numerous believers in this creed: it warred against no other — it contradicted no article of their religious faith; but it became incorporated into it — part and parcel of it. It weakened not their allegiance to the reigning powers, for of course they would gladly yield to their heaven-directed sovereign. Prelates, priests, judges, soldiers, sailors, lawyers, merchants and husbandmen — the highest, the lowest — were to be found among the number of the faithful.

⁶⁴ *Ibidem*, Vol. I, Sketch XVII, pp. 320-321.

I never met any of those Sebastianites; I should also like to know what sort of men they are — honest, good men, I doubt not; thinking also, though credulous who felt that there was something rotten in the state which required amendment, and who piously prayed for some one to perform the office, knowing that they were themselves unfitted for the work.”⁶⁵

Merecedora de particular destaque, pela sua singularidade, é finalmente a forma como Kingston remata este passo do seu discurso, quando declara peremptoriamente sentir-se, até certo ponto, identificado com a tradição sebastianista, desejando que a nação portuguesa, após vários séculos de decadência e estagnação, encontre finalmente o líder forte e carismático capaz de restaurar a prosperidade e a grandeza outrora alcançadas:

“I must confess myself almost a Sebastianite — I look for some one to save Portugal, for she requires such aid.”⁶⁶

Repare-se como para Kingston o mito sebastianista se reveste de um claro sentido messiânico, perspectiva que se encontra, não só, em perfeita consonância com a concepção providencialista da História revelada por boa parte da intelectualidade britânica do período Vitoriano, como poderá, até certo ponto, reflectir alguma influência da própria historiografia portuguesa do Romantismo, a que aludimos em parágrafos anteriores, nomeadamente à concepção herculiana da História de Portugal.

Procurámos, deste modo, reforçar a hipótese anteriormente colocada de uma significativa permeabilidade deste grupo de ingleses (entre os quais se incluía obviamente o próprio Kingston) às tendências gerais da cultura e da literatura portuguesas na primeira metade de Oitocentos. A insistência no tratamento literário de determinados temas caros ao nosso Ultra-Romantismo parecia sugerir, como vimos, uma forte influência das nossas letras entre os colaboradores de *The Lusitanian*, patenteada, sobretudo, na abordagem de alguns dos seus grandes mitos, mas igualmente na adopção mais ou menos consciente de alguns dos seus modelos.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 322-323.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 323.

Ao emprendermos a análise do conto “An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal” decidimos por isso confrontar esta narrativa com a generalidade dos textos de temática sebástica publicados em Portugal ao longo da década de 30 e até 1845. Procedemos então à leitura exaustiva destas obras, entre as quais se contava o romance-poema anónimo, atribuído a António Augusto Correia de Lacerda, *D. Sebastião, O Encoberto*, datado de 1839⁶⁷, trabalho literário que se destacava entre os demais pelas suas notáveis semelhanças com o conto de Kingston.

Numa tentativa de apreciação sumária desta obra, poderemos afirmar tratar-se de uma narrativa ficcional em forma poética, um tipo de composição híbrida que revela, em simultâneo, semelhanças com a Balada e a Epopeia (repare-se, nomeadamente, na divisão interna do texto em cinco cantos). Somos, assim, confrontados com um exemplar bem característico da literatura romântica, resultado de um esbatimento das fronteiras (até aí estanques) entre os diferentes géneros, conducente à sua fusão e ao subsequente surgimento de múltiplas variantes, fruto de um tipo de actividade literária experimental.

⁶⁷ Lisboa, Tipografia de J. F. Sampaio, 1839.

A propósito da autoria deste trabalho literário será imprescindível efectuar algumas observações prévias, que se nos afiguram de todo pertinentes.

Do romance-poema *D. Sebastião, O Encoberto* saíram no ano de 1839 duas tiragens diferentes, ambas anónimas, mas absolutamente idênticas, excepção feita à lista de assinantes aposta no final do texto, ainda incompleta na primeira e actualizada na seguinte. Do texto em questão existem na Biblioteca Nacional de Lisboa três exemplares — um da primeira tiragem (cota: L. 3463 P./ F. 7577) e dois da segunda (respectivamente L. 24947 P./ F. 7582, que, de acordo com a informação contida no catálogo daquela instituição, terá pertencido a Pedro de Moura e Sá, e L. 45273 P.). No verso do frontispício destas duas últimas cotas foi registado em manuscrito o nome do presumível autor, atribuindo-se em ambos os casos a composição a António Augusto Correia de Lacerda:

a) L. 24947 P. — “Por Ant. Augusto Correa de Lacerda”

b) L. 45273 P. — “Autor: Antonio Augusto Correa de Lacerda.”

Baseados com alguma probabilidade na informação contida nas cópias supracitadas, tanto Inocêncio Francisco da Silva, em *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 91, como Martinho da Fonseca, em *Subsídios Para um Dicionário de Pseudónimos, Iniciais e Obras Anónimas de Escritores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional 1896, p. 267, decidem atribuir, sem qualquer hesitação àquele autor o referido romance-poema.

A respeito desta obra haverá ainda a acrescentar que, no preciso ano em que foi publicada, saiu no periódico *Revista Literária*, Tomo IV, 2.º Ano, n.º 19, Porto, Tipografia Comercial Portuense, 1839, pp. 39-60, uma longa recensão crítica sobre a mesma, onde, a par de algumas observações menos favoráveis aos talentos literários e a determinadas liberdades estilísticas de Correia de Lacerda, se efectua uma apreciação globalmente elogiosa do seu trabalho poético. Este artigo nada adianta, porém, acerca da autoria do texto, não aventando a tal propósito qualquer hipótese.

Assás curiosa acaba por ser a forma como Correia de Lacerda procura, no “Discurso Preliminar” que antecede *D. Sebastião, O Encoberto*, caracterizar esta composição, situando-a a meio caminho entre o clássico e o romântico, sendo notória a dificuldade experimentada pelo autor em enquadrar o seu texto entre os diferentes géneros literários, nomeadamente ao tentar explicar o que entende por “romance-poema”, por sentir haver algo de verdadeiramente inovador no seu trabalho literário:

“Tão indeterminadas são as raias do chamado — *romântico*; tanto abuzo se tem feito d’esta palavra, e do que ella exprime, que é bem fácil a qualquer adaptal-a ao sujeito, que tracta; mas por isso mesmo bem difficil empregal-a com propriedade. — Não é este um *poema classico*; a falta de alguma das *unidades*, as digressões extensas, e um certo vago contemplativo, e apaixonado, o excluem da comunhão classica. — Para romântico é muito historico, e appresenta muitas feições classicas; tâes são as descripções dos combates etc. de maneira que, similhante ao *Drama* (na acepção restricta do termo) o qual toma na *Tragedia* e na *Comedia*, pôde dizer-se, que esta producção está entre o *classico*, e o *romântico*. Não lhe chamei simplesmente Poema; porque este titulo persi, dá a entender, que é um poema *classico*. — Não lhe chamei *Poema-Romântico*, porque tal o não reputo rigorosamente. — Não o intitulei *Romance-Poetico* por ter pouca analogia com as producções, a que *Sir W. Scott* deu esse titulo. — Finalmente dei-lhe o de *Romance-Poema* na falta de outro melhor.”⁶⁸

Uma leitura cuidada de ambos os textos e um exaustivo esforço comparativista levar-nos-iam então a concluir que, muito mais que meras similitudes, o dito romance-poema havia sido a principal fonte de inspiração escolhida por Kingston na elaboração do seu próprio texto.

Aquilo que o nosso autor produz é, na verdade, uma autêntica imitação do original português, cujo argumento resume e adapta, num processo que hoje em dia classificariamos, sem qualquer dúvida, de mero plágio. De facto, Kingston não se limita a colher inspiração no texto *D. Sebastião, O Encoberto*, nem

⁶⁸ *Op. cit.*, pp. II-IV.

simplesmente a imitar. Aquilo que o autor obviamente faz é parafrasear em larga medida um original português, depurando-o de alguns pormenores que esteticamente menos lhe agradavam, nomeadamente a forte componente gótica, tendo igualmente alterado os nomes das personagens e o desfecho da narrativa, aproximando-a muito mais da tradição inglesa na abordagem da figura do rei português⁶⁹. Assim, muito embora D. Sebastião sobreviva após a batalha em ambos os textos, enquanto no romance-poema português o monarca morre no final, esgotado e ferido mortalmente no combate aos seus oponentes, no texto de Kingston o rei resiste e sobrevive, conquanto solitário e desgostado, por haver perdido de uma só vez todos aqueles que amava, decidindo por isso partir para local indeterminado, embrenhando-se na vastidão do deserto africano.

Salvaguardadas as respectivas diferenças, os paralelos entre as duas narrativas são por demais evidentes. Começando pela própria estrutura dos textos, verificamos que, à imagem do romance-poema português, dividido em cinco cantos, o conto de Kingston se encontra de igual modo estruturado em cinco partes. O curso da acção e a sua respectiva evolução denotam igualmente um óbvio paralelismo, ao qual aludiremos mais adiante.

O espaço escolhido como cenário é praticamente o mesmo em ambas as narrativas, decorrendo quase toda a acção no interior da habitação dos novos protectores e adjuvantes do rei português. Também no âmbito temporal se registam notórias coincidências, sendo traço comum aos dois textos a preferência pelo período subsequente à refrega e nomeadamente pelos dias seguintes, que irão marcar o destino do jovem monarca.

As maiores semelhanças entre as narrativas em estudo registam-se, todavia, ao nível das personagens, verificando-se existir

⁶⁹ Importa, a tal propósito, aludir à notória semelhança patente entre os textos de Dryden e Kingston sobre D. Sebastião. Em ambos os casos os autores imitaram obras preexistentes, tendo pretendido iludir o leitor menos atento e informado através de uma substituição dos nomes das personagens.

Aquilo que Kingston faz em "An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal" é, como vimos, seguir, a par e passo, o argumento do romance-poema *D. Sebastião, O Encoberto*, de António Augusto Correia de Lacerda, alterando os nomes das personagens, no intuito de tornar a semelhança entre os dois textos menos óbvia. Contudo, sabemos que tal táctica havia já sido adoptada pelo dramaturgo britânico John Dryden, na *Época da Restauração*, ao proceder, na tragédia *D. Sebastian, King of Portugal* (Londres, 1690), à imitação do romance anónimo original francês *Dom Sebastian, Roy de Portugal: nouvelle historique* (Paris, 1679), obra traduzida em 1683, para língua inglesa por Ferrand Spence (cf. *supra*, notas 39 e 40). Veja-se a tal propósito o trabalho de Maria Teresa Pinto Coelho, "John Dryden: D. Sebastião, Herói Clássico", in *D. Sebastião na Literatura Inglesa*, pp. 147-190.

uma quase perfeita correspondência entre os protagonistas do romance-poema e as figuras do texto de Kingston. O romancista inglês mantém para cada uma das figuras o mesmo tipo de caracterização efectuado no original português, registando-se um quase perfeito paralelismo, quer ao nível da sua descrição quer no modo como evoluem ao longo dos dois textos ficcionais. Exceptuando o caso particular do herói, D. Sebastião, o desfecho de todos eles é em ambos o mesmo — a morte.

A mais significativa discrepância entre as duas narrativas reside precisamente na sua dimensão. Assim, enquanto o romance-poema é um texto consideravelmente longo e, nalgumas passagens, algo retórico e arrastado, o conto de Kingston acaba, em boa medida, por constituir, uma versão resumida da narrativa portuguesa. O autor britânico demonstra neste caso um invulgar poder de síntese, ao conseguir condensar a totalidade dos episódios e das etapas incluídas na narrativa de Correia de Lacerda em apenas 18 páginas, alcançando algum sucesso na sua tentativa de transposição do trecho do romance para o género mais curto que é o conto e que naturalmente exige do escritor uma excepcional concisão.

Outro aspecto em que as obras claramente diferem diz respeito às respectivas orientações estéticas. Na verdade, não obstante o fundo histórico do texto português, nele detectamos traços, que, sem dúvida, evidenciam uma maior proximidade de géneros como a balada e o romance góticos, dada a abundância de elementos terríficos, sobrenaturais ou fantásticos, patenteada sobretudo na descrição da paisagem agreste e selvagem das montanhas do Atlas, na obsessiva presença da morte e no carácter violento do destino das personagens, mas igualmente nas abundantes referências à actividade onírica do monarca, nomeadamente aos sonhos premonitórios, carregados de aparições fantasmagóricas.

Duas passagens que nos parecem constituir a este título casos verdadeiramente paradigmáticos são, respectivamente (a) a descrição do percurso do mouro Ali pelo coração do maciço do Atlas (com particular destaque para a caracterização da paisagem que o circunda, conforme se vai aproximando do seu destino — a horrível e misteriosa gruta habitada pelo seu pai, o feiticeiro ou Renegado do Atlas) bem como a conclusão do próprio romance (b), em que o narrador, dando voz à superstição popular, introduz no texto o elemento sobrenatural, sugerindo, de acordo com o testemunho de camponeses árabes, que embora D. Sebas-

tião tivesse morrido, o seu espírito continuava a deambular sem repouso pelo fatídico local onde tombara. Passamos, por esse motivo, a citá-las:

a) Canto II, Estrofes IX e X.

Bastas horas sem fôlego voando
Pelo cançado plaino o Cavalleiro,
Alfim por curtas sêndas descortina
A ossada do Athlas, que se estende, e avulta;
Como nuvem phantastica d'outono,
Que multi-moda, e vasta se incastella
No horisonte, e a quem fogos derradeiros
Do sol tingem de côres suavissimas.
Era cerca do ocaso: — a rédea toda
Sôlta ao nobre Ginete o Sarracêno;
E da noite ao cerrar ás abas chêga
Dessa suberba magestosa sérra,
A quem um rei astrólogo deu nome.
Desde os altivos pincaros á baze
Ondêa o vênto na implumada veste
De teixos, e florésta vêrde-negra;
E ao rez uma choupana bruxulêa:
Antes gruta cavada n'agra roca
Per philosopho, ou pio anachorêta.
— Approxima-se o moiro, e em vez do crébro
Ladrar de vigilante alão amigo,
Dispartiam da sélva atros rugídos
Das crúas alimarias que o povôam.
— Deixa o corcél, e a ténue impulso a porta
Da cavérna se abriu misteriosa.”

“Outro, que não Ali retrocedêra
Á scena que a seus olhos se devolve;
É-lhe familiar ao moiro: — entrou!...
— Vermêlhas labarêdas desenrolam-se
D'ampla fornalha, crepitando em ondas;
E ante ella um vulto humano se agiganta!
Devoto adorador do fogo o crêreis,
Tão recolhido está! — mas vêde-o attento:
Que te dirão seu rosto vêrde-pálido,
As rugas afumeádas, ôlho extincto?
Bruxo, que philtros urde, e se recrea

Em conversas nocturnas co'os demónios!
Tal o parece: não errareis muito.”⁷⁰

b) Canto V, Estrofe XVII.

“Tudo é socêgo funebre, e sombrio!
Aves fugiram spavoridas todas!
E os sicomóros quêdos, qual si foram
Desenhados no éther, se revêstem
De rubescente côr, que a flama ondeia!...
— Mas, revolutos dias, gente placida
Das campinas a Fez léva, que viram
Destroços nesse prado, onde branqueára
Mansão — piedoso timbre hospitaleiro!
E que figura estranha, lampêjando
Loucura, e desvario ante elles fôra
Tão veloz, que préal'a era impossivel!...
— Annos alem quando nas fustes raras,
E pedras estalladas ja pendia
Verde enrediça, e os goivos odoravam;
Té ás praias dêsde o Athlas corrêra,
Que, bastas vezes com assômbro, e mêdo
A espreitaram vaguear pelas ruínas!
E alguem, que o vira no solar paterno,
Affirmou ser o rei dos portuguezes!...
— Esta voz, que vôou á patria, esp'ranças,
Saudosos amor, desejos, lealdade
Em seita numerosa a converteram:
E na cinérea bruma, ha inda agôra
Quem, afferando as vistas anhelantes,
Espére, como a heróe da Caledonia,
Vêr-lhe surgir do nebuloso alcaçar
A egregia magestade, apregoando:
— Sou DOM SEBASTIÃO O ENCOBERTO!...⁷¹

Por seu turno, o texto de Kingston encontra-se, como já dissemos, depurado de toda esta carga, afastando-se por completo da tradição gótica. Tão significativa divergência encontra, porém, uma óbvia explicação no manifesto desfaseamento cronológico entre os dois movimentos românticos — inglês e português

⁷⁰ Antônio Augusto Correia de Lacerda, *op. cit.*, pp. 54-56.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 161-162.

— patente no atraso estético em que se encontrava ainda mergulhado o nosso universo literário. Assim, enquanto em Portugal a ficção gótica (e, de um modo geral, a literatura negra e de terror) atingem nas décadas de 30 e 40 e, sobretudo, com o Ultra-Romantismo, o auge do seu desenvolvimento ⁷², na Grã-Bretanha este género narrativo, embora tendo sobrevivido e evoluído para outras formas, havia há muito ultrapassado o seu momento áureo, estando longe de despertar o interesse e o furor alcançados durante o Pré-Romantismo e a fase inicial do período romântico.

Kingston, como veremos, evita tais tendências, não seguindo, neste particular aspecto, os modelos literários portugueses, preferindo, nomeadamente, explorar o drama interior do monarca, dilacerado pelo remorso e obrigado a suportar o peso de uma derrota que comprometia o futuro do seu próprio país, cuja independência se encontrava agora gravemente ameaçada:

“When he recovered his senses, he was alone — all his gallant friends were slain, or captive, and the infidel foe was far away pursuing with unabated ferocity the miserable relics of the christian host. Slowly he rose from the earth, and with feelings of bitter regret saw near him the body of his faithful friend and counsellor, the conde de Vimioso, who had throughout been opposed to the expedition, and even in Arzilla had made a last vain effort to turn Don Sebastian from his determination of marching by land to Larache, yet had nevertheless followed his young king to the field, and together with his gallant son, had been slain in his defence. [...] As he gazed around, his looks rested more than once on the body of some well known follower, and he cursed the future which had preserved his life, when so many had perished through his fault. [...]

Sometimes he would form plans for returning to Portugal — again calling his faithful vassals around him — and once more landing in Africa with a Force that nothing could oppose, to take vengeance for his defeat; but in the midst of these proud hopes, the fatal plains of Alcacer-Quibir, drenched in the blood of his noblest, and

⁷² V. Maria Leonor Machado de Sousa, *A Literatura Negra ou de Terror em Portugal* (séculos XVIII e XIX), pp. 195-281.

bravest subjects would rush across his sight! Such of his peers who had escaped the slaughter, were captives — and even should he succeed in reaching his own dominions in safety, where could he now find the means of again equipping such a gallant army as that which he had already so vainly led? — When these sad recollections crossed his mind, the proud monarch would resolve never to return to his kingdom, on which his rashness had brought such ruin; but to finish his days in some cloister, where under another name, the unfortunate Don Sebastian might live, forgetting, and forgotten by the world.”⁷³

D. Sebastião surge aqui retratado como o jovem inexperiente, mal aconselhado, aventureiro e insensato, que conduz a sua pátria ao desastre, sendo por isso forçado a experimentar o sentimento de culpa que a tomada de consciência de tal facto acarreta e a expiar a pena ou o castigo sem remissão, que consequentemente o destino lhe impõe. Na verdade, ao lançar-se numa arriscada e mal planeada expedição militar, o jovem rei estava, de facto, a pôr em risco a segurança e a integridade do seu país, que se deveria ter, acima de tudo, preocupado em defender e proteger. Por via da sua actuação, o monarca português virá implicitamente a cometer um crime contra o seu povo, subvertendo a ordem natural e desafiando como tal a própria divindade, de quem dimanava o seu poder enquanto rei absoluto.

O castigo de D. Sebastião será afinal regressar *ad infinitum* ao ponto de partida, à situação em que se encontrava após o desfecho da batalha — só, abandonado e rodeado pelos cadáveres dos seus companheiros de armas, conduzindo repetida mas involuntariamente à destruição todos aqueles que o apoiam, veneram e amam. A personagem apercebe-se, de facto, de que será esse o seu trágico destino — trazer ciclicamente a morte a todos os seus adjuvantes, àqueles que dele se aproximam, procurando resgatá-lo. Exausto e desenganado, mas lúcido, decide, num derradeiro gesto, abandonar por completo a civilização e a companhia dos homens, preferindo morrer para o mundo e viver uma vida de eremita no imenso deserto africano, temendo obviamente tornar-se o causador da repetida destruição de outras vidas humanas. O monarca acaba, deste modo, por escolher algo

⁷³ C. [William Henry Giles Kingston], “An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal”, *op. cit.*, n.º 3, Jan. 1845, pp. 34, 39-40.

de semelhante à “morte em vida”, preferindo-a ao cruel destino que presente estar-lhe reservado. Veja-se a tal propósito a seguinte passagem da narrativa, que nos parece, de algum modo, dar justificação à nossa leitura do texto:

“As the grasp of his foe was relaxed by death, Don Sebastian arose and cast his eyes on the scene around him — but alas nothing but corpses met his view. — With desperate energy one by one he raised the bodies of the friends who had fallen to protect him. — It seemed as if his doom was to bring destruction on all that loved him. Maddened by his misfortunes he rushed away from the fatal cottage into the desert, and from that time forth his fate is a mystery.”⁷⁴

Embora tal facto seja simplesmente sugerido, não estando de todo claramente expresso no texto, o carácter cíclico do destino da personagem, associado ao seu rumo errático e incerto (que de algum modo recorda uma personagem literária como o “Ancient Mariner” de Coleridge ou o destino de uma figura mítica como Ashaverus, o Judeu Errante), poderá ser obviamente intuído pelo leitor, nomeadamente tendo em conta a própria estrutura circular da narrativa, em que o herói termina o seu percurso tal como o havia iniciado.

É igualmente possível que a associação do motivo da errância à figura de D. Sebastião, que obviamente ressalta da leitura do texto em análise, não tenha ocorrido de forma acidental ou fortuita a Kingston. A insistência do autor no carácter errático da personagem poderá hipoteticamente revestir-se de um significado pessoal ou autobiográfico, para um autor dividido entre duas nações (Portugal e a Grã-Bretanha) e dois universos culturais distintos e que foi, por opção, durante boa parte da sua vida, um “ser errante” e literalmente um “eterno” viajante. Assim, é provável que esta sua condição nele gerasse momentos de profunda introspecção e angústia e que, em determinadas fases da sua existência, Kingston tenha efectivamente desejado encontrar um porto de abrigo, onde se pudesse fixar. O sentimento temporário de ausência de um rumo definido ou de um local de residência permanente acabaria, deste modo, por se reflectir na forma como o nosso autor delinea o perfil do monarca português e, sobretudo, no próprio desfecho incerto ou indeterminado que para ele

⁷⁴ *Ibidem*, n.º 3, Jan. 1844, pp. 46-47.

engendra em "An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal".

Na sequência desta breve tentativa de análise do romance-poema de António Augusto Correia de Lacerda, texto representativo da visão ultra-romântica do mito sebastianista, e da imitação que dele pretendeu efectuar W. H. G. Kingston, no conto publicado em *The Lusitanian*, procuraremos, através do quadro-síntese em anexo, evidenciar as alegadas semelhanças entre as duas narrativas, atribuindo especial destaque às significativas analogias patenteadas pelas respectivas personagens (designadamente através de um esboço dos seus perfis). Com ele daremos igualmente por terminado o nosso estudo.

<p>A</p> <p>António Augusto Correia de Lacerda, <i>D. Sebastião o Encoberto, Romance-Poema</i>, Lisboa, 1839</p>	<p>B</p> <p>C. [W. H. G. Kingston], «An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal», in <i>The Lusitanian</i>, n.º 3, Dez. 1844, pp. 33-47</p>
<p>As Personagens - sua listagem e descrição sumária</p>	<p>As Personagens - sua listagem e descrição sumária</p>
<p>D. Sebastião, Rei de Portugal</p> <p>Sobrevive após a Batalha de Alcácer-Quibir. Recolhido quando deambulava ferido no local da refrega, entre destroços e cadáveres, por Selim, a quem salvara a vida. Morre vítima de ferimentos e exaustão no final da narrativa. O seu fantasma irá para sempre assombrar o local onde falecera. Acaba involuntariamente por causar a morte dos seus três adjuvantes: Ismael, Selim e Zilla.</p>	<p>D. Sebastian, King of Portugal</p> <p>Sobrevive após a Batalha de Alcácer, recolhido por entre cadáveres e despojos pelo servo árabe, Abdallah, a quem salvara a vida no curso da refrega. Sobrevive no final, embora volte a ficar totalmente só, tal como se encontrava no início da narrativa quando todos os seus adjuvantes (Cidi-Hamet, Abdallah e Xarifa) morreram em sua defesa.</p>
<p>Selim</p> <p>Filho do nobre Ismael e irmão de Zilla. Jovem aristocrata marroquino, que fora salvo no curso da Batalha por D. Sebastião e decide, como prova de gratidão, recolher o monarca no campo de batalha, levando-o consigo para casa de seu pai. Morre no final em defesa da família e do rei português, lutando contra o traidor Ali, seu primo e companheiro de armas.</p>	<p>Abdallah</p> <p>Servo mouro de D. Sebastião, mas de origem nobre. Filho de Cidi-Hamet, irmão de Xarifa e primo de Ismael. Salvo na Batalha de Alcácer por D. Sebastião, virá a recolher o monarca, quando este deambulava só e ferido no local da refrega, conduzindo-o a casa dos seus familiares, onde será recebido com a maior hospitalidade. Morre no final do conto, ao procurar defender o rei português e os seus parentes do agressor Ismael e seus adjuvantes.</p>
<p>Ismael</p> <p>Um nobre árabe, pai de Zilla e de Selim e protector de Ali, seu sobrinho. Membro da aristocracia, antigo ministro do Xerife e seu grão-vaivado. Gozava de grande crédito junto do monarca marroquino. A lei da hospitalidade leva-o a acolher com respeito e carinho o rei português, por quem lutará até morte, procurando defendê-lo dos seus perseguidores.</p>	<p>Cidi-Hamet</p> <p>Pai de Abdallah e Xarifa e tio de Ismael. Figura cimeira da aristocracia marroquina, havia sido durante largo tempo o favorito de Muley-Moloch. A lei da hospitalidade obriga-o a recolher em sua casa o rei D. Sebastião, em cuja defesa acabará por sucumbir.</p>
<p>Zilla</p> <p>Filha de Ismael e irmã de Selim. Embora estivesse noiva do seu primo Ali, acaba, contudo, por se apaixonar pelo jovem rei português, que tratará com o maior desvelo, rodeando-o de cuidados e atenções. A sua paixão pelo rei português ser-lhe-á fatal, pois despertará a ira de Ali. Morre, ao procurar defender o pai, interpondo-se com o seu corpo entre Ismael e o seu agressor (um dos satélites de Ali).</p>	<p>Xarifa</p> <p>Irmã de Abdallah e filha de Cidi-Hamet e de uma cativa cristã. Noiva de Ismael, seu primo, acabará, contudo, por se enamorar de D. Sebastião, despertando a ira e o ciúme do seu prometido, que a conduzirá involuntariamente a morte. A sua paixão pelo rei português ser-lhe-á fatal. Morre, ao procurar proteger com o seu corpo o irmão, no preciso momento em que este era agredido por um dos companheiros de Ali.</p>
<p>Ali</p> <p>Sobrinho de Ismael, noivo de Zilla e companheiro de armas de Selim. É o guerreiro árabe, feroz e violento, e seguidor fanático da religião islâmica. É filho de Zara, irmã de Ismael e do renegado português (o Renegado do Atlas). Personagem traiçoeira e sombria, dilacerada pelo ciúme causado pela natural aproximação entre D. Sebastião e Zilla, denunciará as autoridades do rei português. Ao procurar capturá-la com o apoio de um grupo de amigos, virá a causar a morte de todos os seus familiares, acabando por morrer às mãos do monarca lusitano. É o oponente de D. Sebastião e um joguete habilmente manipulado pelo Renegado do Atlas.</p>	<p>Ismael</p> <p>Sobrinho de Cidi-Hamet e noivo da sua prima, a jovem Xarifa. É o companheiro de armas de Abdallah. De carácter violento e impenoso, é um seguidor fanático do Islamismo. O ciúme leva-o a trair a sagrada regra da hospitalidade, a denunciar D. Sebastião e a rebelar-se contra os seus familiares, de cuja morte será o único responsável. Ao procurar capturar D. Sebastião, coadjuvado pelos seus sequazes, irá desencadear um trágico processo que culminará na morte de todos os seus familiares e na sua própria destruição às mãos do rei português.</p>
<p>Os companheiros e adjuvantes de Ali</p>	<p>Os companheiros de Ismael, seus sequazes</p>
<p>O Renegado do Atlas</p> <p>Traidor português, que há muito havia abandonado o seu país, onde cometera um crime de sangue, assassinando a noiva e um cavaleiro por quem esta o deixara. Acollido na corte de Marrocos com todas as honras e a maior hospitalidade, acabará por se converter ao Islamismo, abjurando a fé cristã. Enamora-se de Zara, irmã de Ismael, de quem terá o filho Ali, mas a quem causará deliberadamente os maiores desgostos, provocando a sua morte prematura. É adjuvante de Ali, que rapidamente se transformará no instrumento da sua vingança contra os portugueses. Enlouquecido pela morte do filho e pelo falhanço dos seus diabólicos projectos acabará por suicidar-se. É a personagem que mais aproxima a narrativa do gótico, pelo seu convívio com as forças do além e as entidades demoníacas.</p>	<p>O Derviche</p> <p>Personagem meramente secundária e de pouco relevo na evolução da própria narrativa. Ismael encontra-o na estrada entre Fez e Velez Gomer. Trata-se de um monge muçulmano que o informa da morte de Muley-Moloch, das celebrações realizadas em Fez em honra do seu sucessor e da gloriosa vitória alcançada pelos marroquinos na Batalha de Alcácer-Quibir. Conta ainda a Ismael que o novo monarca oferecia uma vultuosa recompensa que ele lhe entregasse com vida o rei português, que, de acordo com várias testemunhas, sobrevivera à batalha.</p>

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

a) Activa

C.[KINGSTON, William Henry Giles], "An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal", in *The Lusitanian*, Porto, Tipografia da Revista, n.º 3, Jan. 1845, pp. 33-47.

_____, *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, 2 vols., London, John W. Parker, 1845.

LACERDA, António Augusto Correia de, *D. Sebastião, O Encoberto, Romance-Poema*, Lisboa, Tip. J. S. Sampaio, 1839.

b) Passiva

ALBUQUERQUE, Martim de, *O Valor Politológico do Sebastianismo*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica, Editora de A. M. Teixeira, 1918.

_____, *O Messianismo na História de Portugal*, Porto, "Estudos Peninsulares", Editorial Cultura, s.d..

BESSELAAR, José Van De, *O Sebastianismo — História Sumária*, Lisboa, "Biblioteca Breve", n.º 110, ICLP/Ministério da Educação e Cultura, 1987.

BRUNO, Sampaio, *O Encoberto*, Porto, Livraria Moreira, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1904.

EMILIANO, Maria da Conceição Albuquerque, *William Henry Giles Kingston, Percursos Lusitanos*, dissertação de Mestrado inédita, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, U.N.L., 1988.

KINGSFORD, Maurice Rooke, *The Life, Work and Influence of William Henry Giles Kingston*, Toronto, Ryerson Press, 1947.

MACHADO, Álvaro Manuel, *Les Romantismes au Portugal, Modèles Étrangers et Orientations Nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.

MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 9.ª ed., 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

PIRES, António Machado, *D. Sebastião e o Encoberto*, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

QUADROS, António, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista, O Sebastianismo em Portugal e no Brasil*, 2 vols., Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1982-1983.

SILVA, João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto: 'The Lusitanian' (1844-1845)*,

dissertação de Doutoramento inédita, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, U.N.L., 1998.

SILVA, Miguel Nuno de Alarcão e, *Edward Quillinan e Portugal*, dissertação de Mestrado inédita, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, U.N.L., 1986.

SOUSA, Maria Leonor Machado de, *A Literatura 'Negra' ou de Terror em Portugal (séculos XVIII e XIX)*, Lisboa, Editorial Novaera, 1978.

_____, *D. Sebastião na Literatura Inglesa*, Lisboa, ICLP/Ministério da Educação, 1985.

_____, *D. Inês e D. Sebastião na Literatura Inglesa*, Lisboa, "Universidade", n.º 18, Editorial Vega, s.d..

_____, *Mito e Criação Literária*, Lisboa, "Colecção Horizonte", n.º 46, Livros Horizonte, 1985.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal, Séculos XIX e XX*, Vol. I (*A História Através da História*), Lisboa, Temas e Debates, 1998.

AARON LOPEZ – UM PIONEIRO PORTUGUÊS NA AMÉRICA COLONIAL

Teresa Botelho

O estudo da presença portuguesa nos Estados Unidos tem-se centrado, de uma maneira geral, na análise de movimentos emigratórios, oferecendo observações do comportamento de grupos anónimos.

Assumindo como ponto de partida a idade de ouro da pesca baleeira americana (1830-1860), a investigação tende a concentrar-se na análise das motivações e comportamentos colectivos dos açoreanos e cabo-verdianos contratados pelas frotas pesqueiras de Massachussets que viriam a constituir o núcleo fundador em torno do qual se viriam a aglutinar as comunidades da costa leste.¹

A análise dos relatórios anuais dos serviços de emigração e naturalização americanos, publicados a partir de 1820, tem sido tomada como base para este tipo de abordagem. A multiplicação por trinta do número de portugueses entrados no país entre 1820 (35) e 1860 (1.055) e a sua origem geográfica — S. Jorge, Faial e Flores, conta a história da mão de obra não diferenciada que, na procura de oportunidades económicas e na fuga ao serviço militar obrigatório, vê na contratação pelas grandes frotas baleeiras uma porta de saída dos horizontes limitados impostos pela insularidade. Do mesmo modo, a grande vaga de entradas entre 1830 e 1920 pode ser lida à luz não só das dificuldades económicas das ilhas como da expansão das ligações marítimas entre Boston e o porto da Horta e, no fim dos

¹ Ver Leo Pap, *The Portuguese in the United States: a Bibliography*, New York: Center for Migration Studies 1976, para uma lista exautiva de estudos publicados nos Estados Unidos e Portugal até 1975.

anos 90, da crescente importância económica de Ponta Delgada, confirmada pela transferência para S. Miguel do consulado americano, e mesmo do descontentamento político de sectores da opinião pública continental após a implantação da república.²

A emigração para o Hawai e para a área da baía de S. Francisco tem sido estudada em termos do seu processo histórico, nomeadamente dos acordos luso-americanos que incentivaram, a partir de 1878, a contratação de madeirenses como mão de obra para as plantações da cana de açúcar das ilhas e da sua gradual substituição por emigrantes asiáticos, especialmente por japoneses, na origem do seu recuo para a costa californiana no final do século XIX.

A focalização quase exclusiva neste tipo de abordagem, reconhecidamente fundamental para compreender os movimentos dos grupos étnicos nos Estados Unidos, tende no entanto a negligenciar duas áreas igualmente importantes — a experiência colonial e pré-revolucionária e a história individual de portugueses que, pela proeminência alcançada na sociedade de adopção, representaram, aos olhos dos seus contemporâneos, um complexo de referências que necessariamente incluem traços da sua primeira nacionalidade.³

Um olhar sobre o período colonial sugere necessariamente a investigação da primeira vaga de emigrantes/refugiados portugueses e do mais influente de entre eles, Aaron Lopez, que, vinte anos após a sua saída de Lisboa, se contava entre os vinte mais prósperos cidadãos da colónia de Rhode Island, e de quem se diz simbolizar “the commercial history of Newport in its golden age, just before the American revolution” (BIGELOW 1931: 757)

² Esta é a explicação sugerida para o anormal crescimento das entradas entre 1911 e 1920 (90.000) pela Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups: 814.

³ Pap (1964) refere-se brevemente a Lopez no seu estudo de pioneiros portugueses, bem como a José Dias, um açoreano que teria chegado a Martha's Vineyard por volta de 1770, e que viria a morrer durante a guerra revolucionária enquanto prisioneiro do exército inglês, e ao famoso Pedro Francisco que, trazido de Portugal em criança em circunstâncias pouco claras, viria a ser adoptado por uma família originária de Nova Iorque, residente na Virginia. Francisco vir-se-ia a distinguir na campanha da Virginia contra o exército inglês. Após a sua morte, em 1831, viria a ser sepultado com honras militares em Richmond, e em sua honra, o Commonwealth of Massachusetts viria, em 1974, a instituir um Pedro Francisco Day (15 de Março), comemorado pela comunidade luso-americana do estado.

Cardoso (1976) indica Matias de Sousa como o primeiro português não associado com expedições espanholas ou com navegação a fixar-se numa colónia americana, Maryland, em 1635. Refere ainda uma católica portuguesa, de nome desconhecido, casada com um militar holandês residente em Nova Amsterdão, em 1640.

A história de Lopez faculta várias leituras simultâneas. Pode ser lida como uma narrativa exemplar das oportunidades que a América colonial oferecia a refugiados das tensões da velha Europa. Pode também ser analisada como palco das ambiguidades e desafios da actividade marítima comercial no período pré-revolucionário, em que tanto dependeu da percepção de injustiças impostas pela coroa inglesa a esse mesmo comércio. Uma terceira abordagem relaciona-se com os dilemas de lealdade impostos pela condição de refugiado e pelas circunstâncias de um período revolucionário que desautorizou qualquer tentativa de neutralidade, impondo escolhas que acarretaram custos imprevisíveis.

No quadro deste mosaico de leituras procurar-se-á esboçar os contornos da imagem de um português que foi, inteiramente, um homem do seu tempo. Lopez faz já parte, pela sua complexa teia de identidades e circunstâncias, na narrativa revolucionária da cidade de Newport e do estado de Rhode Island, dos anais da história comercial colonial e da experiência judaico-americana. É tempo de tomar o seu lugar devido na herança histórica luso-americana.

A MERCHANT OF THE FIRST EMINENCE

Duarte Lopez, que chega à cidade de Newport, Rhode Island, em 1752, não é o primeiro nem talvez o mais eminente de um grupo disperso de refugiados da inquisição portuguesa que se fixa nas colónias inglesas da América no século XVIII. Clãs que viriam a marcar a vida política e cultural americana até ao século XX como os Mendes Seixas⁴, de Nova Iorque, tinham antecedido os Lopez em várias décadas. (STERN 1992: 155-157)

O que torna Aaron Lopez um objecto fascinante de estudo é, para além da sua proeminência económica e social na colónia de Rhode Island, o vasto espólio documental que deixou, nomeadamente sob a forma de correspondência pessoal e comercial, preservada nos arquivos da Newport Historical Society e pela variedade de documentação compilada também pela

⁴ Isaac Mendes Seixas chega de Portugal em 1730. Um dos seus filhos, Benjamim Mendes Seixas, viria a ser membro fundador da Bolsa de Valores de Nova Iorque; outro filho, Gershom Mendes Seixas, rabino da congregação nova iorquina Shearith Israel, viria a assumir o cargo de curador da Universidade de Columbia. Um neto de Benjamim Mendes Seixas, o juís Benjamin Nathan Cardoso, seria nomeado para o Supremo Tribunal Federal em 1832.

Massachussets Historical Society na série Commerce of Rhode Island 1720-1800.

Se o rasto documental deixado por Lopez permite reconstituir, em traços gerais, aspectos da sua vida profissional e social, as cuidadosas e regulares observações pessoais de Ezra Stiles, o ministro da Segunda Igreja Congregacionista de Newport, que viria a ser presidente da universidade de Yale, proporcionam uma imagem mais humanizada da sua vida e carreira. Os volumes do Literary Diary de Stiles oferecem um manancial de impressões sobre a personalidade e carreira daquele a quem viria a chamar, depois da sua morte, "a merchant of the first eminence." (STILES 1901, Vol. III: 24-25)

Aaron Lopez nascera em 1737, de uma respeitada família lisboeta que professava nominalmente a religião católica. D. Diogo José Lopez, seu pai, provinha de uma vasta família que tinha, no século XVII, sido proprietária de uma oficina de impressão, e é provável (mas impossível confirmar), que o Dr. Duarte Lopez condenado pela Inquisição em 1723 pertencesse ao mesmo ramo da família. O que é sabido é que o jovem Lopez fora batizado com o nome de Duarte e fora instruído na religião católica, tal como o seu primo, Jaime Lucena, que também escolheria o caminho da emigração para as colónias americanas, embora com outro destino e outro percurso.

O sucesso de Duarte na América colonial deve-se muito ao desbravar de caminhos e oportunidades levado a cabo pelo seu meio irmão mais velho, José, que abandona Portugal, por razão não especificada mas facilmente entrevista, em 1739 e se fixa na América colonial. Aí muda o seu nome para Moses, identifica-se publicamente com o Judaísmo, e enceta um processo de associação com o mundo comercial de Newport.

Este renascer religioso nas colónias é típico de quase todos os emigrantes sefarditas deste período, mas não deixa de ter excepções. Os Lucenas, por exemplo, que saíam de Portugal em 1750 e se viriam a fixar na Geórgia, depois de um curta estada em Newport, não mostraram qualquer inclinação para abraçar o Judaísmo. Renegaram o Catolicismo para se tornarem anglicanos, e surgem em Savannah, como pilares da sociedade sulista, plantadores, comerciantes e Tories.⁵ (MARCUS 1970: 1240-1242)

⁵ Depois da revolução, os Lucenas são proscritos como lealistas e regressam à Europa. James Lucena volta a Portugal onde se reconverte ao Catolicismo, e seu filho, John Charles, vem a fixar-se em Londres, onde se tornará consul-geral do governo Português.

A Newport, onde Moses Lopez dá os seus primeiros passos comerciais, estava em pleno crescimento demográfico e económico. Entre 1710 e 1742, a população residente tinha crescido em cerca de 65%, totalizando 6.200 habitantes. Como cidade portuária, dependia essencialmente de actividades marítimas que sustentavam, no início do século XVIII, cerca de doze estaleiros de construção naval empregando um grande número de carpinteiros, marceneiros e outros artesãos, bem como cordoarias, tanoarias e oficinas de curtumes. Desde a segunda metade do século XVII que muitos dos barcos construídos eram já de grande porte, capazes de navegar em longo curso, e a frota de Newport estava envolvida num próspero comércio de importação e exportação, numa rota que incluía os portos costeiros de Boston, Nova Iorque, Filadélfia e Charleston, as Caraíbas e a costa de África. (JEFFREYS 1992: 10-11)

Na década da chegada de Moses Lopez a Newport, a população da cidade incluía 18% de Africanos, na sua quase totalidade escravos. O senso tributário de 1774 revelaria, anos mais tarde, que cerca de um terço das famílias contribuintes tinham pelo menos um escravo, e que muitas registavam vários. (JEFFREYS *ibid*: 10)

Do ponto de vista religioso, Newport mantinha a tradição de tolerância religiosa que tinha presidido à sua fundação, manifesta no Newport Compact de 1639. Em 1739 a cidade possuía sete locais de culto — três da Igreja Batista, dois da Igreja Congregacionalista, um Anglicano e um da Sociedade dos Amigos (Quaker). Desde a segunda metade do século anterior Newport contava também com um cemitério judaico, adquirido por dois portugueses, Moses Pacheco e Mordecai Campanal, atestando a antiguidade da presença sefardita na colónia.

Não é sabido quando Moses Lopez terá rumado a Newport, mas devê-lo-á ter feito depois de um período de residência em Nova Iorque, onde adquire a nacionalidade inglesa. A naturalização nas colónias inglesas podia ser obtida por protestantes e judeus (católicos não eram abrangidos) ao abrigo da lei de naturalização de 1740. Bastava para isso que um estrangeiro residisse nas colónias americanas durante sete anos e que fizesse um juramento de lealdade à Coroa. Os candidatos judeus eram expressamente dispensados pela lei do formulário “upon the true faith of a Christian”, no acto de juramento.⁶

⁶ Esta medida era exclusivamente aplicada nas colónias americanas. Só em 1753 foi passada no Parlamento legislação semelhante relativa ao judeus residentes em Inglaterra, que foi no entanto retirada por pressões da opinião pública.

As vantagens da naturalização eram várias, mas o que conduzia a maioria de estrangeiros associados ao comércio colonial a procurá-la era a pressão dos Navigation Acts de 1660 e seus aditamentos, que proibiam o exercício de actividades comerciais marítimas a estrangeiros.

Assim sendo, passados sete anos de residência em Nova Iorque, Moses Lopez torna-se um cidadão inglês. O seu certificado de naturalização, um dos mais antigos concedidos a judeus, proclama:

“Know ye that it appears unto us by good Testimony that Moses Lopez, of the City of New York, Merchant, being a Person professing the Jewish Religion, hath resided and inhabited for the Space of seven Years and upwards in some of our Colonies in America, and that the sayd Moses Lopez (...) before our Judges of the sayd Court, did take and subscribe the oaths of Alligiance and Supremacy and the Abjuration oath, pursuant to the directions of an Act of our Parliament (...) and that the sayd Moses Lopez’s name is registered as a natural born Subject of Great Britain (...)”⁷

Um segundo passo dado por Moses viria a ser igualmente importante para a sua integração na vida económica e social de Newport. Moses casa com Rebecca Rivera, filha do espanhol Abraham Rodrigues Rivera, cuja experiência (era cidadão da cidade de Nova Iorque desde 1726) e capital seriam fundamentais no lançamento da carreira do seu jovem genro.

Dos primeiros anos da carreira de Moses em Newport pouco se sabe. A sua situação financeira parece, no entanto, ter sido relativamente desafogada. Em 1750 é-lhe concedida uma isenção de pagamento de impostos pessoais como recompensa pelos serviços prestados graciosamente ao tribunal do Almirantado e a outras autoridades coloniais durante vários anos, como ele próprio comprova na petição que nesse sentido dirige à “Honourable the General Assembly of his Majesty’s Colony of Rhode Island”, onde alega ter “for several years past translated divers letters and papers from the Spanish into English for the use of the government, for which he declined being paid for inasmuch as it was for the use aforesaid.” (repr. MARCUS 1959: 206)

⁷ Documento conservado na Coleção Nathan Kraus-Van Praag dos American Jewish Archives, reproduzido em MARCUS 1959: 201.

Esta recusa de pagamento por serviços prestados atesta um certo desafogo financeiro, que é corroborado, por exemplo, pela sua adesão à Biblioteca Redwood, fundada em 1748 por um grupo de intelectuais e dirigentes cívicos de Newport, a partir da Philosophical Society, formada em torno do filósofo George Berkeley que vivera na cidade durante três anos. A biblioteca, cuja colecção se perdeu durante a Revolução, mas que ainda hoje funciona no edifício original, era, na época, a terceira existente nas colónias.

O ponto mais alto da carreira de Moses antes da chegada de seu irmão terá sido muito provavelmente o monopólio por dez anos que lhe é concedido para a maufactura de potassa, químico indispensável para o fabrico de vidro e sabão, produtos cujas vendas para a Inglaterra ajudavam a equilibrar a balança comercial da colónia, carregada pesadamente a favor das importações inglesas. Durante os estudos preliminares de técnicas de fabrico, Moses estabeleceu contactos com homens de negócios de outras colónias, que viriam a ser indispensáveis a seu irmão. O mais importante terá sido com Henry Lloyd, de Boston, que generosamente faculta a fórmula usada por seu cunhado e ainda sugere: "if you should fail in any part when you come to put his directions into practice, (...) you may then come to town or send any person you can confide in, to see every part performed at his works." ⁸

Quando Duarte Lopez chega a Newport, em 1752, encontra portanto uma situação particularmente favorável — laços familiares com uma das mais importantes famílias de armadores e comerciantes da cidade, contactos com respeitados membros do mundo dos negócios em várias colónias e uma base económica e social a partir da qual o seu talento se poderá expandir.

Da saída de Duarte de Lisboa sabe-se a data, a companhia e pouco mais. Duarte, que tinha à altura vinte e um anos, era casado, e chega a Newport acompanhado pela sua mulher Ana e sua filha Catarina; seu irmão adolescente, Gabriel, também faz parte do grupo. Não há informações sobre qualquer outro acompanhante. Em que circunstâncias essa saída se processou, sob que pressões concretas, só é possível especular. Alguma pressa parece ser sugerida pelo seguinte facto: durante toda a sua vida Lopez foi um assíduo patrono da biblioteca Redwood, e, não tendo de modo algum o perfil de um intelectual, era um homem lido e culto, como é sugerido pela pequena biblioteca que deixou

⁸ Henry Lloyd Letter Book 1765-67: 34. Baker Library, Harvard University.

após a sua morte. O seu inventário inclui livros de Oliver Goldsmith, Goethe, Rabelais, Rousseau, Lawrence Sterne e Jonathan Swift, mas nenhum título em língua portuguesa.⁹

Sendo que Lopez é frequentemente identificado pelos seus correspondentes como “a Portuguese gentleman”, que continuou a escrever em português não só cartas como balanços comerciais e assinou como Duarte Lopez durante muito tempo, mesmo após a mudança de nome, não terá sido qualquer antipatia pela língua que terá excluído livros portugueses da sua biblioteca. Esta ausência parece atestar ou um desenvolvimento intelectual tardio, ou uma partida precipitada, em que a quantidade de haveres a transportar teve de ser racionalizada.

À chegada a Newport, toda a família alterou o nome e optou por reassumir publicamente a sua identidade judaica. Crê-se que os homens se terão submetido ao ritual da circuncisão, como sucederá mais tarde ao seu último irmão, que chega de Lisboa em 1767 e de cuja circuncisão existe registo escrito. Certo é que, um ano após a sua chegada, Aaron e Abigail (Ana) têm o seu primeiro filho e que contactam Benjamin Gomez, primo de Abigail, no sentido de officiar no ritual. Gomez era nativo de Nova Iorque, de origem espanhola, e um homem solícito, embora ocupado, como transparece na seguinte carta a Lopez:

“Dear Sir

I have received your esteemed letter, in which you so kindly inform me that our Lord has given you a son. For this I extend the due felicitations to you, to your wife, my cousin, and to the rest of the family. May God permit you to rear him in great joy, together with the rest of your dear ones.

I am very grateful for the favour that you do me in offering me a part in the circumcision ceremony. I would accept most willingly, were it not that my business affairs do not permit it. I have no doubt that my brother Daniel will try to send someone who can (...)”¹⁰

Estas dificuldades são evidência da inexistência de vida religiosa judaica em Newport. O número de judeus na cidade,

⁹ Inventory, estate of Aaron Lopez, Registry of Deeds, Worcester, Mass. Ser. A Case 37718 (1783). O inventário inclui também um violino e uma coleção de partituras.

¹⁰ Original em espanhol. Benjamin Gomez to Aaron Lopez, 28 May 1753. Lopez Letters. Case I. Newport Historical Society.

que inclui não só sefarditas mas também anglo-alemães, não excederia na época 12 famílias, e só em 1754, dois anos após a chegada de Aaron, é constituída formalmente uma congregação, que terá de esperar até 1763 pela construção e dedicação de uma sinagoga na cidade.

Aaron chega a Newport nas vésperas da guerra franco-inglesa, que viria a proporcionar uma vigorosa expansão económica das colónias, que o seu talento comercial saberia aproveitar. Na primeira fase da sua carreira, enquanto decorriam os sete anos de residência necessários à sua naturalização, Aaron parece ter-se dedicado à importação e exportação em pequena escala, entre portos costeiros no Norte. A correspondência comercial de Lopez com Henry Lloyd de Boston e Hayman Levy, de Nova Iorque, sugerem a generalidade das suas cargas, característica do comércio colonial. Levy acusa a recepção de machados, chocolate, velas de cera, têxteis, enquanto Lloyd discute a chegada a Boston de melaço e óleo de espermacete.

Como a maioria dos comerciantes coloniais, Lopez não tinha escrúpulos em se dedicar ao contrabando de produtos cuja importação a Inglaterra proibia, como chá proveniente da Holanda (proibido desde 1720).

Em 1756, Lloyd sugere a Lopez que não envie chá holandês num único carregamento, já que "the difficulty of importation is very great" e avisa que os comerciantes locais de chá inglês estariam a utilizar vigilantes para detectar os movimentos ilegais de importação: "the Gentlemen here in fair trade are determined to prevent the importation of Hollands good at all adventures and tis probable may employ people to be on the look out." (COMMERCE OF RHODE ISLAND Vol. I: 65)

Este recurso ao contrabando para circundar as restrições ao comércio colonial, tão características da visão mercantilista inglesa e que se agravariam depois da paz de Paris, não implicava necessariamente um acto de deslealdade política à Coroa, parecendo, aos olhos de quem o cometia, uma estratégia lícita de engenho comercial. Com efeito, Lloyd era um Tory convicto, que seria forçado a abandonar a América acusado de lealismo, durante o período revolucionário.

A ubiquidade desta prática e a regularidade do envolvimento de Lopez e seus associados são também sugeridos pelo solícito aviso da presença de inspectores de alfândegas, que envia, em 1764, à firma Nicholas Brown and Company, de Providence, com quem tem negócios. A breve nota parece ser indicativa de que esta era a prática regular entre "gentlemen of business":

"This only serves to advise that our men of warr's tender is this day to visit your river. The business she goes upon are not known to the trading part of this town, therefore, I have not thought it improper to trouble you with my insinuating you to be upon your gard."¹¹

Apesar destas fugas à lei colonial e da sua constante actividade, parece não haver dúvidas sobre o carácter limitado do sucesso económico de Lopez durante os anos de espera pré-naturalização. Esta modéstia de meios poderá explicar, por exemplo, a ausência do seu nome da lista dos sócios fundadores do que foi o primeiro club social judaico na América colonial, que incluía o seu irmão Moses.

Newport contava na altura com pelo menos três importantes clubes sociais que serviam a elite local, o Fellowship Club, a Artillery Company e a Maçonaria. O Fellowship Club, estabelecido em 1752, era constituído essencialmente por capitães de marinha mercante, no activo ou reformados, e funcionava como ponto de encontro, centro de informações marítimas e também como sociedade de socorro mútuo, estendendo a sua protecção a viúvas e descendentes de membros. A Artillery Company era mais antiga, datando a sua fundação de 1742. Não sendo propriamente um clube social, era a associação mais elitista de Newport, fixando um máximo de cem membros. A aceitação na Artillery Company traduzia-se em certos privilégios, já que oferecia aos seus membros treino em armas, em troca do qual estes eram dispensados do serviço militar nas várias companhias coloniais. (RUDOLPH 1978a: 35). A Maçonaria estava organizada em Newport desde 1749. A loja de St. John, ao contrário das associações acima indicadas, estava aberta a judeus, havendo registos da participação de vários dos mais conceituados membros da comunidade, incluindo Moses Lopez. (GUTSTEIN 1936: 168)

O Clube fundado em 1761 era fundamentalmente um *gentlemen's club*, dedicado ao cultivo dos prazeres da mesa e das cartas durante os longos meses de inverno. Reunia todas as quartas feiras, durante essa estação, e através das regras que estipulavam a ordem de entretenimento é possível entrever o carácter jovial das suas actividades:

¹¹ Aaron Lopez to Nicholas Brown 16 Janeiro 1764, Brown Papers, The John Carter Brown Library, repr. MARCUS 1959: 393.

Para uma narrativa exaustiva das aventuras comerciais de Lopez, ver Chyet, Stanley *Lopez of Newport: Colonial Merchant Prince*, Detroit: Wayne University Press 1976.

"Fifth. The hour of Club to be from 5 to 10, in the manner following: From 5 to 8 each member is at liberty to divert at cards, and in order to avoid the name of a gaming club, the following restrictions shall be strictly observed, viz: that no member shall presume or offer to play for more than twenty shillings at wrist, picquet or any other game (...). On proof of gaming for more, the member or members so offending shall pay the value of four bottles good wines for the use and benefit of the ensuing club night.

Sixth. At eight of the clock the supper (if ready) to be brought in. At ten the club to be adjusted and paid, and no cards or any other game shall be allowed after supper."

As regras excluía também a discussão de religião, bem como demonstrações de exuberância:

"Eighth. That none of the members shall [say anything] during conversation relating to synagogue affairs, on the forfeit of the value of four bottles good wine for the use aforesaid.

Ninth. If any of the members should behave unruly, curse, swear, or offer to fight, the chairman shall lay such fine as he sees fit, not exceeding, for each offence, four bottles of wine for the use aforesaid".¹²

O aparente alheamento de Lopez das actividades do clube poderá indiciar, como foi sugerido, uma relativa escassez de meios, ou alguma relutância em participar em actividades sociais que as regras e multas sugerem ser robustas. Pode, por outro lado, ser explicada pela complicada situação em que o seu processo de naturalização se encontrava.

Passados os sete anos exigidos pela lei, Aaron apresentara às autoridades de Rhode Island o seu pedido de naturalização, e este fora sumariamente recusado. Esta decisão dos legisladores da colónia parece resultar de uma interpretação peculiarmente subjectiva da lei de naturalização de 1740. Com efeito, o supremo tribunal da colónia, a quem Lopez apelara, explica, ao justificar a sua corroboração da decisão da assembleia, a sua

¹² *Notes Necessary to be Observed at the Club*, 25 Novembro 1761, rprd. MARCUS 1996: 80-81.

leitura idiossincrática da lei, que sugere ter sido “wisely designed for increasing the plantations,” mas não aplicável na situação de Lopez, já que “this colony being already so full of people that many of His Majesty’s good subjects, born within the same, have removed and settled in Nova Scotia and other [it] cannot come within the intention of the said act. Further, by the charter granted to this colony, it appears that the full and quiet enjoyment of the Christian religion and a desire of propagating the same were the principal view with which the colony was settled.” (STILLES 1916: 16)

Os argumentos usados nesta decisão são não só absurdos (alegar problemas de espaço para negar a nacionalidade de quem já reside nesse espaço há sete anos) como abusivos, na medida em que distorcem o sentido e a letra do foral concedido a Rhode Island por Charles II. Ao contrário dos concedidos por outros monarcas, este foral é notável pelo seu espírito de tolerância e abertura, declarando especificamente que “noe Person within the sayd Colonye, at any Tyme hereafter, shall bee in any wise molested, punished, disquieted or called in question, for any Differences in Opiniõne in matters of religion, and doe not actually disturb the civill Peace of sayd Colonye.”¹³ (STILES *ibid*: 16)

Graças aos contactos intercoloniais de Lopez foi possível, no entanto, contornar esta recusa de Rhode Island. O sempre solícito Henry Lloyd de Boston oferece uma solução ao seu associado, depois de recolher informações junto às autoridades de Boston:

“Through my kinsman, the surveyor general, I apply’d to the governor and Chief Justice in behalf of your naturalization and have for answer that you have only to produce a certificate under the seal of the Colony of Rhode Island of your having resided there for seven years and you will be admitted to take the oath of alliegence to this Province (...) it will be necessary you must reside some short time in this government before the oaths be administered.”¹⁴

E assim acontece que, depois de uma breve permanência na cidade de Swansee, Aron Lopez se torna, em Massachussets, em

¹³ ver *The Federal and State Constitutions*, ed. Francis Newton Thorpe, Washington D.C., 1909.

¹⁴ Henry Lloyd to Aaron Lopez, March 29, 1762, rpr. RUDOLPH 1978b: 51.

1762, um “natural born subject of the Kingdom of Great Britain to all intents as if he had been born within the said kingdom”, e pode regressar a Newport em pleno gozo dos seus direitos nacionais, senão dos seus direitos políticos.¹⁵

A naturalização abriu novos horizontes à carreira de Lopez que foram potencializados, em 1763, pela aliança com o clan Rivera. Após a morte de sua primeira mulher, Aaron casa com Sarah, filha de Jacob Rivera, o patriarca da família, e lança-se, em associação com o sogro, num conjunto de actividades comerciais conjuntas que o seu capital individual não comportaria. Nesse mesmo ano Aaron surge como co-proprietário em duas chalupas, a *Fairlady* e a *Thrusher*, inaugurando as suas aventuras em rotas internacionais. Esta última é inclusivamente enviada a Lisboa, no mesmo ano, com um carregamento destinado à firma inglesa Mayne, Bourne and Mayne. Esta firma e este contacto regular com Lisboa viriam a ser instrumentais para a organização da saída de Portugal, em 1767, do último irmão de Aaron, Miguel Lopez, como é atestado pela carta de Jeremiah Osborne, um dos seus capitães, enviada de Lisboa em 17 de Abril 1767:

“I arrived her(e) in ten days from London. Expect my last in board next Wednesday and hope to sail from hence in ten days from this date at furthest, if not before. I understand per Mr. Mayn your friend out of the country wrote him sometime past respecting a passage to your place. We shall endeavour to conduct that affair with discretion”¹⁶

Presume-se que a discrição mencionada pelo Capitão Osborne foi recompensada, já que pouco tempo depois Miguel Lopez e a família chegavam a Newport sem sobressalto.

A primeira grande aventura empresarial de Lopez após a naturalização esteve, no entanto, associada não ao comércio,

¹⁵ A naturalização não implicava a inclusão no eleitorado. Em Rhode Island, na década em questão cerca de 60% dos adultos do sexo masculino tinham direito a voto, e os eleitores eram cerca de 800. No entanto o número de eleitores que participava nas eleições anuais para a Assembleia era, em média, cerca de 300. O direito a voto dependia do volume de propriedade individual (£40 de bens imobiliários ou arrendamento por 40 xelins por ano). Mesmo que pudessem ser incluídos no eleitorado por razões económicas, porque Rhode Island não concedia o estatuto de cidadão a judeus, estes, mesmo depois na naturalização, não tinham direito de voto. (RUDOLPH *ibid*: 49-50).

¹⁶ Jeremiah Osborne to Aaron Lopez, 17 Abril 1767, Lopez Account Book, Newport Historical Society.

mas à indústria. Há muito empenhado na produção de óleo e velas de espermacete (extraído de baleias), produtos indispensáveis na iluminação colonial, aparece associado à organização do que se considera hoje ter sido um dos primeiros *trusts* em território americano, a United Company of Spermaceti Candles. O problema que este *trust* tentava resolver era o da instabilidade dos preços da matéria prima, estabelecidos pelos baleeiros do Atlântico. A Companhia, que inicia actividades em 1761, é na verdade uma associação de produtores independentes que procuram agir em conjunto no sentido de fixar e baixar os preços. A iniciativa partira de uma companhia de Boston (Obidiah Brown and Company), e o *trust* propunha, para além do estabelecimento anual do preço máximo que os seus membros pagariam pela matéria prima, equipar e financiar navios baleeiros para uso exclusivo dos seus membros. (COMMERCE OF RHODE ISLAND Vol. I: 68)

O *trust* tem uma vida atribulada, e vários produtores e comerciantes como Lopez decidem construir frotas baleeiras próprias, cortando a sua dependência dos pesqueiros independentes. A partir da primeira metade dos anos 60 Lopez inicia um programa de construção nos estaleiros de Newport de uma frota de navios baleiros e de transporte que servirão de base para a sua progressivamente alargada rede de intercâmbio comercial que virá a incluir a Inglaterra (Bristol, onde as mercadorias desejadas pelos mercados coloniais eram menos caras do que em Londres), Holanda, Suécia, Espanha, Portugal continental e Açores, as Canárias e as Caraíbas, nomeadamente a Jamaica, o Haiti e Barbados, para além dos portos das colónias do Sul, especialmente da Carolina do Norte, para onde entre meados dos anos 60 e 1775 foram realizadas pelo menos 37 viagens (PLATT 1971: 4-5). Em 1775 a frota de Lopez, que incluía chalupas, bergantins, escunas e navios, somava pelo menos 30 embarcações. (BIGELLOW 1931: 772)

Esta vasta rede de interesses compreendia também aquilo a que eufemisticamente se chamava "the Guinea traffic", ou seja, o comércio de escravos, em que Lopez, de parceria com Jacob Rivera, se envolve a partir de 1762.

A situação legal de Rhode Island em relação ao comércio de escravos era peculiar. A colónia tinha oficialmente proibido esta actividade em 1652, e, no entanto, todas as estimativas apontam para que todos os anos a colónia despachasse para a costa africana pelo menos 18 navios carregados de rum que regressavam com carga humana. (RUDOLPH 1978a: 29)

Só a cidade de Newport possuía mais de vinte destilarias de rum, e calcula-se que pelo menos metade dos seus armadores se envolvessem de forma assistemática com as rotas da escravatura.

A participação de Lopez neste comércio parece ter sido esporádica. Os seus documentos (Shipping Books) indicam só 14 viagens a África entre a sua naturalização e a sua morte, enquanto registam, por exemplo, cerca de cinquenta às Caraíbas. (THOMAS 1997: 271) Qualquer que fosse o volume do comércio de escravos na globalidade das suas actividades, não há qualquer indício de que Lopez se distinguisse dos seus contemporâneos por qualquer má consciência em relação aos seus horrores. Mesmo Erza Stiles, que condenava o comércio como iníquo, era proprietário de escravos, e as vozes que clamavam pela abolição da prática (essencialmente em círculos Quaker) eram ainda extremamente isoladas.

A VERY RESPECTABLE GENTLEMAN

Enquanto prosperava economicamente, Lopez cimentava também o seu papel como membro respeitado da elite de Newport, tanto através das responsabilidades que assume dentro da sua congregação, como pelas actividades em prol da comunidade no sentido mais lato.

Lopez distingue-se pelos serviços prestados à sua religião através do seu trabalho como *parnas* (presidente da congregação) no período de construção da sinagoga da cidade, a segunda mais antiga da América colonial.

O objectivo da congregação era criar um centro polivalente, que servisse como local de culto, escola e centro de actividades sociais e caridosas, e a angariação de fundos para a compra do terreno e construção vai ocupar Lopez durante os anos da sua presidência. O seu nome surge na primeira carta solicitando ajuda, enviada significativamente à mais antiga sinagoga anglo-portuguesa, Bevis Marks, em Londres.

Lopez também assina o apelo dirigido à comunidade de Nova Iorque, onde esclarece os objectivos sociais planeados para a sinagoga:

“When we reflect on how much it is our duty to instruct children in the path of vertuos religion, and how unhappy the portion must be of those children and their

parents who are thro' necessity educated in a place where they must remain almost totally unistructed in our most holy and divine law our rites and cerimonies (...); when we farther reflect on how much it is our duty to assist the distressed and when we consider the extensive usefullness of a charity, like this for which we now supplicate assistance; we can entertain no doubt of your zeal to promote this good work." ¹⁷

Os nova-iorquinos foram particularmente generosos, e nesse mesmo ano o terreno foi adquirido. Quatro anos mais tarde a sinagoga estava pronta a ser dedicada.

O elegante edificio, hoje monumento nacional federalmente protegido, foi projectado por Peter Harrison, o mesmo architecto que desenhara a Biblioteca Redwood e a Christ Church de Cambridge, Massachussets e a King's Chapel de Boston, e que ofereceu o seu trabalho graciosamente. Um dos habitantes de Newport convidados para a sua dedicação foi Ezra Stiles, que deixou um relato particularmente sugestivo da ocasião:

"In the afternoon was the dedication of the new synagogue in this town. It began by a handsome procession in which was carried a Book of the Law, to be deposited in the Ark.

Several portions of Scripture and of their service, with a prayer for the royal family were read and finely sung by the priests and the people. There were present many gentlemen and ladies. The order and decorum, the harmony and solemnity of the music, together with a handsome assembly of people, in an edifice the most perfect of the temple kind perhaps in America, and splendidly illuminated, could not but raise in the mind a faint idea of the majesty and grandeur of the ancient Jewish worship mentioned in Scripture." (STILES *ibid*: 225)

Apesar da variedade lingu stica da congrega o e da nacionalidade do primeiro rabino, Isaac Touro, de origem espanhola, a língua portuguesa estava presente na liturgia da sinagoga de Newport, como o estava têm em na sinagoga de Nova Iorque, atestando a influência dos judeus portugueses nestas comunida-

¹⁷ Aaron Lopez et al. To the Parnassim of the Congregation Sheherit Israel, New York, March 21 1759, rprd. MARCUS 1996: 85-86.

des coloniais. O ritual em hebraico estava salpicado de termos portugueses. “Levantar” era o termo usado para indicar o retirar da Arca e erguer da Torah, e “levantador” descrevia aquele que o fazia; “acompanhar” era o termo usado para a procissão inicial e final do Livro; “banca” era o nome dado aos lugares de honra, onde se sentavam o presidente e o vice-presidente da congregação, e um dos hinos cantados durante o serviço recebia o nome de “Bendigamos”. As obras de caridade eram registadas e referidas como “Obras Pias.” Durante o período colonial, tudo indica que as orações pela família real fossem em português, como o eram na sinagoga em Nova Iorque, onde só depois da independência se passou a rezar em inglês pelo presidente e Vice Presidente, substituindo a velha fórmula portuguesa:

“A Sua Real Majestad nosso Senhor Rey Georgue o Terceyro e a Senhora nossa Reyna Charlotta, a Sua Real Alteza a Princesa Douger de Veles y a toda a Real famillia, a sua Excellensia o Honrado Senhor Governador y todos os Senhores de Seo Conselho o Magistrado desta cidade de Nova Iorque e todos os seus devedores.” (POOL 1955: 87)

O interesse de Lopez pela vida social de Newport não se confina, no entanto, às fronteiras do grupo religioso. Pelo menos duas importantes instituições da colônia beneficiaram do seu apoio material, a Biblioteca Redwood e o Rhode Island College (a futura Universidade de Brown). Os anais da biblioteca registam repetidas contribuições de Lopez, que era seu membro/leitor, para a aquisição de novos livros ao longo dos anos.¹⁸

O mesmo interesse pela vida cultural de Rhode Island é evidente na sua contribuição para o Rhode Island College, uma instituição de ensino superior de inspiração baptista, dinamizada pela iniciativa de Nicholas e Joseph Brown de Providence, com quem Aaron tinha regulares contactos comerciais.¹⁹ Há registos de uma doação específica de madeira no valor de £ 400 em resposta a um apelo dos Brown, em dificuldades para terminarem a construção do primeiro edifício (hoje o University Hall). (MARCUS 1959: 223)

¹⁸ Mason, George C. *Annals of the Redwood Library and Atheneum*, Philadelphia 1891.

¹⁹ São os mesmos Brown que Lopez avisa da presença de patrulhas alfandegárias em 1764.

Lopez virá a ajudar de novo uma instituição baptista, novamente a pedido dos Brown. Desta vez trata-se de uma "Baptist Meeting Hall Lotery" para a qual contribui, alegando a sua "great inclination to promote and forward every publick building." (MARCUS *ibid*: 224)

Esta predisposição em auxiliar causas públicas, mesmo as que não viessem trazer benefícios directos, era parte do ethos cívico da elite de Newport. Podendo ser lidos como um traço de particular generosidade pessoal, parecem ser essencialmente indicativos do grau de integração de Lopez no grupo de famílias que dominava a vida da cidade. Não há elementos que permitam indicar o grau de aceitação dos Lopez na actividade social concreta desse grupo, mas sabe-se que visitantes ilustres da cidade e autoridades coloniais visitavam frequentemente a sua mansão de Thames Street, o que parece ser indicativo de ausência de qualquer segregação, pelo menos ostensiva. Em todo o caso, Lopez rodeia-se de todos os símbolos de prestígio e prosperidade, deixando, como os seus contemporâneos da mesma classe, imagens para a posteridade. Sobreviveram dois retratos a óleo de Aaron Lopez, um deles uma miniatura, de autor desconhecido. Para pintar Sarah Lopez e os filhos, foi contratado Gilbert Stuart, um prestigiado e muito requisitado pintor académico, que mais tarde virá a pintar o mais famoso retrato de George Washington.²⁰

No auge do seu império comercial e prestígio social em 1775, o casulo de segurança tão laboriosamente construído por Aaron Lopez virá a ser abalado pelos dilemas impostos pelo período revolucionário que virá a devastar Newport.

A MELANCHOLY SITUATION

As posições políticas de Aaron Lopez no período pré-revolucionário parecem sugerir o mesmo conflicto de lealdades e as mesmas ambiguidades que angustiavam a maioria dos seus contemporâneos. É sabido que cultivava a amizade de representantes da Coroa, e é facilmente explicável que a Inglaterra que lhe oferecera segurança, aceitação social e prosperidade depois dos sobressaltos de Lisboa, fosse por si encarada mais como um

²⁰ Os dois retratos de Aaron Lopez podem ser vistos na Biblioteca da American Jewish Historical Society. O Gilbert Stuart de Sarah Lopez e filho está em exibição no Detroit Institute of the Arts.

poder benévolo do que como um inimigo. Por outro lado, como os seus concidadãos, sobretudo os que, porque mais abastados mais tinham a perder, não podiam certamente ver com bons olhos as restrições impostas pelo Parlamento inglês à sua liberdade de manobra comercial. Lopez não hesitava em violar as leis de importação, quando elas lhe tolhiam os movimentos, e não deixava de defender os interesses da colônia contra ameaças inglesas. Em 1773, por exemplo, é nomeado pela assembleia da colônia para uma comissão de três, cuja tarefa é elaborar e apresentar um protesto contra os planos do Parlamento de declarar as águas canadianas da pesca bacalhoeira um monopólio inglês, proibindo-as aos pescueiros coloniais.

Por outro lado, Lopez parece ter oferecido grande resistência aos vários pactos de boicote de importação de produtos ingleses do período pré-revolucionário. Ezra Stiles, num claro momento de indignação e irritação contra o seu amigo, regista no seu diário essa recusa:

“In the late combinations of the American merchants against importations (...) and against the exorbitant fees of the customhouses — some merchants kept themselves from the combination. Mr. Aaron Lopez, a Jew merchant in this town is one. For this, the collector, etc. shew him all lenity and favor. He has above twenty sail of vessels, and his captains are all exempted from swearing at the customhouse and make their entries (...) without oath. But the oath is stricktly exacted of all who were concerned in the non-importation agreement.” (STILES *ibid*: 270-71)

A correspondência de Lopez sugere que, já anteriormente, pelo menos aos olhos dos seus associados, a sua posição era, senão lealista, pelo menos crítica das tentativas de responder à Coroa com a arma do boicote às importações. Em 1770, por exemplo, recebera numa carta de Samuel Nightingale, de Providence, aviso da chegada iminente a Newport de um comité dos Sons of Liberty de Boston, cujo o objectivo seria “inflame the inhabbitance to oblidge the importers to countermand there orders for goods and if any goods does come, to oblidge them reship it.” Nightingale pede a Lopez que mantenha o seu nome “and letter an intire secrett” e sugere que Aaron trate a delegação “as they deserve.”²¹

²¹ Samuel Nightingale to Aaron Lopez, August 8 1770, Lopez Letter Book 28: 632. Newport Historical Society.

Quando e como se alterou o posicionamento de Lopez não é sabido. Da sequência dos acontecimentos na primeira metade da década de 70 — os acontecimentos no porto de Boston em 73, o Continental Congress em 74 a passagem dos Intolerable Acts no mesmo ano, a aplicação do Restraining Act de 75, que proibia primeiro a Nova Inglaterra, depois todas as colónias que se juntassem à Continental Association, de comerciarem com outro país que não a Inglaterra, poderá ter sido o catalizador na decisão de Lopez em associar o seu destino ao da revolta anti-inglesa.

Que a esse processo terá faltado sério entusiasmo parece ser comprovado não só pelo facto de a adesão ter sido tardia, como pelo tom dos comentários que lhe são dirigidos, em 1777, por um dos seus capitães, Benjamin Wright:

“Happy am I to find yo are still on this side of your grave, altho’ deeply affected with the unnatural reverse of days. I sincerely condole with yo on the melancholly situation of that once happy country and redily admit there is no real happpiness to be expected in this frail world whose vicissitudes as yo very justly observe, must be encountered with a becoming resignation.”²²

Quando esta carta foi enviada a Lopez, este já não residia em Rhode Island. Um ano após ter sido considerado o homem mais rico de Newport, ou pelo menos o seu maior contribuinte, ultrapassando as velhas famílias tradicionais da cidade como os Ayrault (descendentes de Huguenotes franceses), os Ward e os Wanton,²³ Lopez, e muitos outros dos seus concidadãos que se tinham incompatibilizado de alguma forma com a Coroa, são forçados a fugir perante a ocupação inglesa.

O alarme com que essa ocupação foi vista, pelo menos por alguns habitantes da cidade, é descrito pelo Dr. Stiles nas vésperas da chegada dos ingleses:

“This evening we are alarmed (...) with certain news, that a fleet of about eleven men o’war and perhaps seventy transports arrived at Newport this day about noon (...) and that the town is in great consternation and

²² Benjamin Wright to Aaron Lopez, June 18 1777, Lopez Letters, Case 3. Newport Historical Society.

²³ Newport Tax List August 26 1775.

distress. Many are removing from Newport and Bristol. The good Lord prepare us for, and carry us thro all the tribulations in which it may please him that we are involved! How soon the aspect of public affairs may be changed? I expect that tomorrow Newport will be in the hands of the enemy, who doubtless intend to winter here.” (STILES *ibid* Vol. 2: 93)²⁴

A ocupação de Newport viria a durar cerca de três anos, durante os quais mais de dois mil dos seus habitantes a deixaram, levando consigo os seus dias de glória. Lopez, em particular, nunca mais regressaria à sua casa de Thames Street. Depois de vários refúgios temporários, a família instala-se no interior de Massachussets, na cidade de Leicester, a partir da qual Aaron procura recuperar parte da sua frota confiscada. Da sua estada em Leicester ficaram imagens dispersas, recolhidas anos mais tarde por historiadores da cidade, e as cartas que trocou com os seus muitos amigos de Newport, agora dispersos.

Do clã Lopez, os cidadãos de Leicester, então uma pequena cidade rural, parecem ter conservado uma imagem em que se mistura um fascínio velado pelo seu exotismo e o respeito pela sua postura profissional: “They were prudent, industrious, and enterprising and many of them were elegant in their address and deportment and possessed an extensive knowledge of the world.” Apesar de apresentar “an air of magnificence among his less endowed neighbors,” Aaron Lopez é lembrado pela “cordiality of his manners and his liberal hospitality.” (WASHBURN 1860: 123)

A Joseph Anthony, outro exilado de Newport, Lopez oferece um relato das tentativas de reconstruir a sua segurança e passa informações sobre os acontecimentos da cidade ocupada:

“(…) Permit me to tell you, that I am extremely happy to learn, that the Almighty has been pleased to guide you and your good Family to so safe an Asylum, and that he has blest you with health, peace and plenty around you, during these times of publick and almost universal Callamity; (...)

Since we left our Island, my principal object was to look out for a Spot, where I could place my Family,

²⁴ A ocupação de Newport foi feita por tropas inglesas e mercenários hessianos. Há relatos de destruição de propriedade, incluindo de navios no porto, mas não há quantificação rigorosa nem do número de soldados envolvidos (estima-se que vários milhares) nem do volume de propriedade danificada.

secured from sudden Allarms and the Cruel ravages of an enraged Enemy; Such a one I have hitherto found in the small inland township of Leicester in the Massachussets Bay, where I pitch'd my tent, erecting a proportionable one to the extent of my numerous Family on the Summit of a high healthy Hill, where we have experience'd the civilities and hospitality of a kind Neighbourhood; and moved in the same Sphere of Business I have been used to follow (...) altho much more contracted.

(...) Mrs Lee informed Mrs. Lopez that the poor Inhabitants of that Town [Newport] have been very much distress'd this Winter for the want of fewell and provisions, those Individuals of my Society in particular, who she said has not tasted any meat, but once in two months. Fish there was none at this Season of the Year, and they were reduced to the alternative of living upon Chocolate and Coffe. These and many other Callamities and Insults the wretched Inhabitants experience. (...) You Dwelling house I understand has sufr'd much. Your Neighbour Augustus Johson was found dead at his house. My Neighbour Gideon Sesson's wife is crazy, and what I lament most, is, that the vertue of several of our Reputable Ladys has been attacked and sullied by our destructive Enemys, — so much for poor Newport." (COMMERCE OF RHODE ISLAND, Vol. II: 50-51)

Lopez manteve-se em Leicester durante os anos de guerra, mas assim que uma resolução negociada do conflicto se adivinha, mostra sinais de desejar regressar. Em 1783, quando Benjamin Franklin, John Adams e John Jay se encontram em Paris com os representantes da Coroa, Lopez enceta uma viagem que o levará a passar por Newport, onde planeia permanecer um dia, provavelmente para avaliar com os seus próprios olhos a situação. É durante essa viagem que sobre um acidente e morre afogado, com 51 anos de idade.

Ao seu velho amigo, agora presidente da Universidade de Yale, é pedido que componha o epitáfio para a sua pedra tumular. O resultado, que ainda hoje se pode ler no cemitério judaico de Newport, sumariza, embora de forma convencional, a impressão deixada pela vida de Lopez

He was a merchant of eminence,
Of polite and amiable manners,

Hospitality, liberality and benevolence
Were his true characteristics
An ornament and valuable pillar to
the Jewish society, of which he was a
member. His knowledge of commerce
was unbounded and his integrity irreproachable;
Thus he lived and died, much regretted,
Esteemed and loved by all.

Mais sincera e tocante porque pessoal e privada é a homenagem que Stiles presta ao pioneiro português que construiu um império comercial na colônia de Newport e reuniu a estima e respeito dos seus associados e concidadãos. No dia da sua morte, Stiles escreveu:

“On 28th May died that amiable, benevolent, most hospitable and very respectable Gentleman, Mr Aaron Lopez, Merchant (...) He was a merchant of the first Eminence; for Honor and Extent of Commerce probably surpassed by no Merchant in America. He did Business with the greatest Ease & Clearness — always carried about with him a Sweetness of behaviour, a calm Urbanity, an agreeable and unaffected Politness of manners.

Without a single Enemy & and the most universally beloved by an extensive Acquaintance of any man I ever knew. His beneficence to his family & connections, to his nation and to all the world is almost without a Parallel.”

Bibliografia

- Bigelow, Bruce M., 1931 “Aaron Lopez: Colonial Merchant of Newport” *The New England Quarterly*. Vol. IV nr 4 October 1931 pp. 757-776
- Cardoso, Manoel da Silveira, 1976 *The Portuguese in America: a Chronology and Fact Book*. Dobbs Ferry, New York: Oceana Publications
- Chyet, Stanley F., 1970 *Lopez of Newport; Colonial American Merchant Prince*. Detroit: Wayne State University Press
- Commerce of Rhode Island: 1726-1800* 1914 (coCollections of the massachussets Historical Society, Ser. 7, Vol. 9-10) 2 vol. Boston
- Gutstein, Morris A., 1936 *The Story of the Jews of Newport: Two and a half Centuries of Judaism*. New York: Block Publishing Co.
- Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups*. 1981 Cambridge: Harvard University Press

- Jeffreys, C.P.B., 1992 *Newport: a Short History*. Newport: Newport Historical Society
- Lewis, Theodore, 1975 "Touro Synagogue-National Historic Site." *Newport History* Vol. 48, Part 3 nr 159 pp. 281-321
- Marcus, Jacob Rader, (Ed.) 1959 *American Jewry: Documents — Eighteenth Century*. Cincinnati: The Hebrew University Press
- _____ 1970 *The Colonial American Jew 1492-1776* Vol. III. Detroit: Wayne State University Press
- _____ (Ed.) 1996 *The Jew in the American World: a Source Book*. Detroit: Wayne State University Press
- Platt, Virginia Bever 1971 "Tar, Staves and New England Rum: the Trade of Aaron Lopez of Newport, Rhode Island with Colonial North Carolina." *The North Carolina Historical Review*, Vol. XLVIII No 1 pp. 1-22
- Pap, Leo, 1963 "Portuguese Pioneers and Early Immigrants in North America" *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros*, Vol. I Vcoimbra, pp. 401-411
- Pool, David de Sola/ Tamar de Sola Pool, 1955 *An Old Faith in the New World*. New York: Columbia University Press
- Rudolph, Richard H., 1978a "Eighteenth Century Newport and its Merchants (part I) *Newport History* Vol. 51 Nr 170 pp. 21-38
- _____ 1978b "Eighteenth Century Newport and its Merchants (part II) *Newport History* Vol. 51 Nr 171 pp. 45-60
- Stern, Malcolm 1992 "Portuguese Sephardim in the Americas". *American Jewish Archives* Vol. XLIV No 1 pp. 141-178
- Stiles, Erza 1901 *The Literary Diary*. Ed. F. B. Dexter. (vol. I, II, III). New York: Charles Scribner's Sons
- Thomas, Hugh, 1997 *The Slave Trade: the History of the Atlantic Slave Trade 1440-1870*. London: Papermac
- Washburn, Emory 1860 *Historical Sketches of the Town of Leicester, Massachussets During the First Century from its Settlement*. Boston: John Wilson and Son

*On the Road with Wellington
The Diary of a War Commissary in the Peninsular Campaigns
by August Ludolf Friedrich Schaumann
Deputy Assistant Commissary-General
in the English Army*

AS TROPAS ALIADAS ANGLO-PORTUGUESAS VISTAS
POR UM ALEMÃO

Maria Teresa Real Byrne



A. L. F. SCHAU-MANN.

Em 1924 é publicada em Londres mais uma obra que tem como pano de fundo a Guerra Peninsular. O seu autor é um alemão, de nome August Ludolf Friedrich Schaumann¹, que, como muitos que o precederam, guardou as suas experiências nas páginas de um diário. Este é, hoje, quase dois séculos passados sobre o conflito, mais um documento que nos permite conhecer melhor o período, testemunha que é do quotidiano de uma guerra já sobejamente descrita e estudada. A edição alemã precedera a

inglesa em dois anos, e tinha consideravelmente mais páginas, pois era constituída por dois volumes, o dobro da edição inglesa. Esta é levada a cabo por Anthony M. Ludovici, o tradutor das

¹ Schaumann nasceu em Hannover a 19 de Maio de 1778 e ali morreu a 19 de Outubro de 1840. Dele não há notícia como autor no *Dictionary of National Biography*, nem o seu nome é mencionado nas principais enciclopédias a que temos acesso.

páginas do comissário alemão, sobre as quais faz também um largo trabalho de adaptação, cortando os aspectos considerados menos relevantes:

In coming to a decision concerning those passages which it was necessary to curtail or to omit altogether, I was always guided — apart from considerations of propriety — by the principle that historical matter, or details concerning campaigning life in the Peninsula, must take precedence of mere descriptions of scenery and of personal adventures having only a purely human interest.²

Qual é, então, a originalidade desta obra? Ela reside no facto de Schaumann descrever não os aspectos políticos que opuseram os dois exércitos, ou tão pouco os hábitos e costumes das populações que ia conhecendo no seu trajecto, mas sim no facto de o autor dar uma visão única da vida de campanha do exército aliado inglês, espanhol e português, no seu aspecto mais simples: o dia-a-dia³. Como comissário do exército inglês a sua função era preparar acampamentos e acantonamentos, prover pela alimentação de centenas de homens, estabelecendo, deste modo, ligações muito estreitas com as populações que os recebiam. Tendo uma posição privilegiada para conhecer as necessidades mais básicas das tropas, do pão e da aguardente, ao local seco onde dormir, Schaumann descreve-as pormenorizadamente referindo-se também às relações entre ingleses e portugueses, ao mesmo tempo que desenha a traços mais fortes as suas características individuais. Nas páginas desta obra, a par da coragem que cada um demonstra em batalha, está o cansaço do fim da campanha e a atitude de uns, na terra estranha que defendem, e de outros, cuja terra têm de defender. Estes “uns” e “outros” referem-se, respectivamente, a ingleses e portugueses, embora o autor elabore também muitas imagens do exército espanhol e da sua organização. A obra constitui um notável registo peninsular

² *On the Road with Wellington, The Diary of a War Commissary in the Peninsular Campaigns*, Edited and translated by Anthony M. Ludovici, London, William Heinemann Ltd., 1924, p. ix.

³ À semelhança desta obra, existe uma outra que foca, muito provavelmente, os mesmos aspectos. Esta obra, à qual não tivemos acesso e cuja existência conhecemos através do dicionário bibliográfico de Manuel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira Editor, 1879, tem como título: *The Commissary. Or Comprising Adventures and Events During the Peninsular War*, e é da autoria de Ned Clinton; sendo constituída por três volumes, publicados em Londres em 1825.

começado em 28 de Agosto de 1808, com o desembarque na baía de Maceira, e só terminado em 4 de Julho de 1814, quando o comissário Schaumann embarca em Pauillac, França, a caminho de Londres. Pelas páginas do seu diário desfilam muitos regimentos, ingleses, portugueses e espanhóis; mas a estas páginas interessa somente a visão dada por um alemão do inglês e do português, núcleos que são das investigações decorrentes no âmbito dos estudos anglo-portugueses.

É de realçar que desta obra não haja qualquer referência nos catálogos da Biblioteca Nacional ou da British Library, assim como não se encontra notícia de Schaumann ou de Anthony Ludovici na obra de Cristovão Aires *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*⁴.

O prefácio que Ludovici, o tradutor, faz à obra é muito elucidativo em relação a Schaumann, enquanto homem, militar e autor, além de definir claramente quais os seus objectivos com a publicação de mais um relato da Guerra Peninsular. É nas suas palavras iniciais que colhemos informações importantes para esta análise. Sabemos que os diários de August Schaumann, enquanto *Deputy Assistant Commissary — General* no exército britânico, preenchem as folhas de quatro volumes manuscritos, de duzentas páginas cada um, cuja experiência de vida que testemunham está ainda enriquecida por uma enorme quantidade de ilustrações, aguarelas pintadas pelo próprio Schaumann, e das quais daremos alguns exemplos relevantes neste artigo. A sua carreira junto dos militares ingleses dura até 1815, precisamente até Waterloo, embora Schaumann não participe neste importante marco da História Europeia. Uma vez terminadas as campanhas contra Napoleão, o exército inglês não tinha mais necessidade de ter regimentos estrangeiros nas suas fileiras, e, conseqüentemente, a famosa *King's German Legion*⁵ é dispensada, e Schaumann, como tantos outros, regressa a casa, neste caso a Hannover.

⁴ Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1930. Nem como obra anónima *On the Road with Wellington* figura nas listagens de Cristovão Aires cujo dicionário pretende «[conter] a indicação de obras impressas e manuscritas em português, espanhol, catalão, francês, inglês, italiano, alemão, latim, etc.». Se as datas de edição podiam ser uma das causas para a omissão da obra no referido dicionário, muitas outras lá figuram da mesma época. Reconhecemos, claro, que nenhum dicionário bibliográfico se assume como conclusivo, embora tenha a pretensão a ser exaustivo.

⁵ Este regimento é amplamente estudado pelo Major Ludlow Beamish em *History of the King's German Legion*, 2 vols., London, Thomas and William Boone, 1832.

O seu ingresso na carreira militar deu-se de forma algo forçada, pois August Friedrich Schaumann era mais um filho numa família pobre e numerosa que se vê privada da mãe muito cedo, em 1791, quando o autor contava apenas treze anos. A solução para o seu caso foi a carreira militar, para a qual entrou obrigado por seu pai, três anos mais tarde ocupando, a partir de então, a posição de cadete no 13.º Regimento da Infantaria Alemã. Os anos que se seguiram foram mais difíceis ainda devido à falta dos meios económicos que lhe poderiam ter permitido melhores oportunidades no exército. Quando estas não surgiram, foi mais uma vez a vontade do pai de Schaumann que imperou, desta vez para transferir o filho de uma carreira militar muito mal sucedida, para uma carreira nos serviços postais, na qual Schaumann não encontrou realização pessoal ou profissional, abandonando-a pouco depois. Esta realização, que efêmera lhe parecia já, procura-a, então, nos negócios, estudando para isso numa escola comercial em Hannover. Em 1803, a meio dos seus estudos, Schaumann abandona a casa de seu pai e o seu país para ocupar um lugar de *clerk* em Newcastle, Inglaterra, onde permaneceu durante alguns anos. Após algumas viagens entre a Rússia e a Suécia, Schaumann regressa a Inglaterra para ingressar na *King's German Legion*, recrutada, na sua maior parte, em Hannover. A ela existem muitas e variadas referências na obra monumental de Sir William Napier, *History of the War of the Peninsula*⁶, embora também aqui o nome de Schaumann não seja registado. Por seu lado, Schaumann regista bem o regimento não só por meio das suas palavras, como também com as suas tintas:



OFFICER OF THE KING'S GERMAN LEGION

⁶ Cf. *History of the War of the Peninsula and in the South of France From the Year 1807 to the Year 1814*, 6 vols., London, Frederick Warne, 1850.

Como autor Schaumann é caracterizado por Ludovici como “garrulous” e “coarse”, justificando, deste modo, os cortes para os quais sente necessidade, advertindo também para a pouca relevância que encontrou nas divagações familiares que naturalmente surgiram nos diários, os quais se destinavam, antes de mais à família do comissário alemão. Mas no texto que ficou havia a realçar o especial mérito da obra já referido:

The singularly graphic and vivid account which it gives of campaigning life in Spain, Portugal and France [...] and as it gives an enormous amount of detail that could not possibly be included in any official work on the subject, and throws much light upon the men and methods of the British Army in those far — off days, as also upon many matters not usually overlooked or suppressed in military histories, it cannot fail to be of interest to English readers in general, and in particular to all students of the memorable campaigns which it describes.⁷

Realçamos nós a chamada de atenção feita pelo tradutor para o grande interesse do diário numa altura em que uma forte curiosidade se fazia sentir pelo tema. De facto, este insiste em permanecer actual, uma vez que continua presente nas estantes da secção de História das livrarias em Inglaterra, enquanto que, ainda hoje, os principais trajectos procurados por turistas ingleses são, entre outros, os locais históricos onde se travaram as mais famosas batalhas entre 1808 e 1812, destacando-se, claro está, as Linhas de Torres. Mas mesmo os ingleses residentes em Portugal os procuram: a British Historical Society of Portugal inclui, anualmente, nos seus programas visitas a estes locais.

Ludovici, no seu trabalho de adaptação, confirma, sempre que possível, as passagens que considera históricas no relato de Schaumann. Para isso recorre frequentemente às obras de Sir Charles Oman, *History of the Peninsular War* e *Wellington's Army*, ou à já mencionada obra de Sir William Napier, assim como a *A History of the British Army* de J.W. Fortescue. Também são traçados alguns paralelos com *A Boy in the Peninsular War* de Robert Blakeney, obra que parece partilhar do carácter de relato, mais pessoal portanto, com o diário de Schaumann, como se o tradutor quisesse comparar experiências: exemplo disso é o caso que ambos descrevem a propósito do estado de total

⁷ *On the Road with Wellington*, pp. v-vi.

embriaguês das tropas quando estacionadas em Vila Velha de Ródão. Ao chegar a qualquer local onde fosse necessário pernoitar, cabia ao comissário a organização do acantonamento. Schaumann tinha, assim, de negociar com as populações, representadas pelo “Juiz de Fora”, os mantimentos e alojamentos para centenas de homens, serviço pelo qual as populações não recebiam nada para além de uma promissória que todos sabiam pouco valer. Frequente era, por isso mesmo, que todos os bens, alimentícios ou de outra espécie, fossem escondidos mal chegasse a notícia da aproximação das tropas. Os apelos do comissário tinham depois como resposta que os franceses haviam saqueado tudo. A chegada a Vila Velha de Ródão não é excepção neste panorama: os homens, famintos e cansados das longas caminhadas que marcavam os seus dias em trânsito, desejavam, com a comida, alguma aguardente cuja existência foi imediatamente negada:

The Juiz de Fora was very severely rebuked about this [o facto de não haver *brandy*] both by the colonel and myself; but like all the portuguese, when they are apologizing, he shrugged his shoulders until his ears rested on them, and assured us that the French had plundered and consumed all the brandy, and consequently there was none to be had in the whole neighbourhood. ⁸

No entanto, os homens, ao prepararem a refeição com o pouco que lhes foi fornecido, descobriram o esconderijo das pipas de aguardente que fizeram, naturalmente, as delícias do 32.º regimento.

A passagem tem ainda outro aspecto interessante a focar que é o da crítica latente aos irlandeses. Eis as palavras do autor sobre o desfecho deste “acidente”:

From that day forward the regiment became lifeless and insubordinate. But that is the fate of all English regiments, particularly when there are many Irishmen in their ranks, as there were in the 32nd. ⁹

O tom que Schaumann incute nos seus relatos é, como se pode ver pelas passagens transcritas, de jovialidade, anedótico

⁸ *Ibid.*, pp. 59-60.

⁹ *Ibid.*, p. 61.

umas vezes, dramático outras, mas sempre muito atento ao dever, numa atitude muito defensiva, consciente de que o seu cargo não suscita admiração a terceiros. No Prefácio que faz à obra em 1827 esta posição é muito clara:

As a commissary, and therefore as a non-combatant, I received neither honours nor orders of any kind, despite the fact that often enough I risked both my life and my health in the discharge of my duties; nevertheless, I maintain that I deserved them much more than many a combatant who strutted proudly about with his medals on his breast; for the zeal which we of the war commissariat showed was always multiplied in accordance with the difficulties we encountered.¹⁰

Para reforçar o seu ponto de vista, Shaumann vai mantendo a ironia que dedica aos “verdadeiros combatentes”, os “officers of the line”, descrevendo ainda sob este objectivo, o papel do comissário, acrescentando:

Their lot [do comissariado] was to sacrifice their health through bodily and mental strain, to expose themselves on their various raids to the danger of meeting enemy forces, to shoulder the greatest responsibilities, to keep the most complicated accounts, to be constantly threatened with assassination at the hands of the outraged natives, and to be treated shabbily by the generals, who either made the most preposterous demands upon them, or else were only too ready to ascribe to them the blame for any unsuccessful or blunged undertaking.¹¹

On the Road With Wellington, obra que pode considerar-se sem pretensões literárias ou mesmo históricas, uma vez que o seu autor não pretende mais do que relatar as suas experiências tendo em mente “the entertainment and edification” da sua própria família, é, em última análise, uma longa e divertida apologia da classe que o autor representa: o comissário de guerra. Suas são a mais evidente coragem, assim como a mais forte perseverança nos piores momentos da campanha. Nem Schaumann se poupa quando é altura de valorizar os perigos

¹⁰ *Ibid.*, p. xiii.

¹¹ *Ibid.*, p. xv.

vários a que estava sujeito. Ainda no seu prefácio, nas palavras que introduzem o leitor à obra, a par da imagem dada dos generais ingleses na última citação, está a imagem que Schaumann elabora sobre os “povos do Sul”:

But on this very account the life of a war commissary was constantly in danger. At any moment he might be assassinated by the natives whom he had despoiled, or otherwise fall a victim to the peculiar vindictiveness of the southern peoples. True, nothing was ever taken except in exchange for cash or receipt notes payable by the Commissary-General; but as the Spaniards and Portuguese ingenuously declared, in the event of a total lack of supplies, and in the face of the quantities absorbed by the armies, they could not eat our money or our receipt notes, neither could they purchase anything with them for miles round. ¹²

O prefácio é terminado com a satisfação do dever cumprido, sentimento que dá a Schaumann mais alegria e honra espiritual do que qualquer medalha de prata, fiel à quadra com que descreve a sua vida:

I thrust life's worries all aside,
And had no fears nor sorrow;
I rode towards my Fate with pride,
And trusted in the morrow.

Neste mesmo dever, que o autor diz ser feito em nome do seu rei, Schaumann considera-se exemplar. A alta estima com que se auto-caracteriza é marcante, no que diz respeito à sua atitude para com o *Outro*, português ou inglês, pois o alemão considera-se muito acima de ambos no aspecto civilizacional. Os portugueses são, de uma forma geral, descritos com muita simplicidade, caracterizados como camponeses, como algo primitivos, enquanto que aos ingleses estão reservadas as palavras de maior crítica, quer no aspecto cultural, quer no aspecto militar. Dirá dos portugueses que acompanham o exército:

I pitied these poor devils with all my heart. In the midst of the harvest they had been torn away from their

¹² *Ibid.*, p. xiii.

homes, or pressed into our service, and were forced with their beasts of burden to follow the army night and day along highways and byways, without knowing when they would behold their families again. We gave them a piastre a day; from the French they had got nothing.¹³

É de notar como Schaumann precisa de sentir que, de alguma forma, compensa os portugueses. Frequentes são as referências a refeições para as quais Schaumann convidava estes *carters*, procurando dar-lhes algum conforto, assim como chama muitas vezes a atenção para a sua atitude defensiva em situações que considerava injustas, como a requisição demasiada de alimentos, uma das suas principais funções. Sobre estas traça o autor o seguinte auto-elogio que tem na sua base uma severa crítica aos ingleses:

It is strange but true, that Englishmen would rather starve then trouble themselves about cooking; that is why it is so hard to be an English war commissary; for the men, together with their officers, are like young ravens — they only know how to open their mouths to be fed. Not so the German. [...] No one could understand where I got all my things from, for not one of the Englishmen had either a pot or a spoon, nor the genius to procure this or that *brevi manu*. Gentlemen, I declared, if a commissary is expected to starve in the midst of all his stores, then the devil take the whole business. As soon, however, as I took command, we had tea, milk, butter, eggs and beefsteaks in the morning, and marrow soup, roast beef, cauliflower and salad for luncheon. We also had glasses and spoons, and I collected a dinner service by borrowing in the neighbourhood.¹⁴

E, se no que se refere ao aspecto político e militar, Schaumann elogia os seus oficiais ingleses, principalmente em momentos vitoriosos, a eles tece também duras críticas, como, por exemplo, em relação aos tipos de castigos praticados. Um dos seguimentos habituais de um *court martial* era, segundo Schaumann, na

¹³ *Ibid.*, p. 24.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 38-39. Notar como Schaumann faz referência a produtos tipicamente ingleses, começando pelo chá; na continuação do capítulo, a ideia transmitida é de que os ingleses não teriam sobrevivido tão bem se não fossem os “excelentes” serviços do comissário alemão.

maioria dos casos, de chicotear o infractor até que este sangrasse. Wellington é um dos criticados no que toca a este tipo de justiça. Num período já mais tardio da campanha, quando as tropas estão a retirar, Wellington é caracterizado como severo e implacável quando, ao descobrir que soldados do seu exército se aproveitam da situação difícil para roubar, ordena a sua imediata execução:

In the midst of the tumult, however, Lord Wellington had arrived, and had immediately imposed the severest measure of justice; and, indeed, the first objects he saw hanging from an olive tree before the gates of the town [Leiria] were the bodies of two soldiers, one English and the other Portuguese. The place was completely deserted by its inhabitants and offered to the troops passing through the greatest temptation to plunder. But, as I have mentioned already, Lord Wellington had, on this very account, issued the most barbarous orders.¹⁵

Dos portugueses, a imagem transmitida é colorida com alguma lamentação. Do princípio ao fim do seu diário Schaumann comenta a situação de um povo que se vê invadido não por um, mas por dois países: um que o ataca e outro que o defende. Não obstante, é com um certo orgulho que o comissário relata como, ao passarem por algumas povoações, os regimentos ingleses são bem acolhidos, como os verdadeiros salvadores. E a este orgulho não fica indiferente o facto de, por todo o lado, se manifestar uma enorme curiosidade por tudo o que é inglês, desde os hábitos do pequeno almoço até às tácticas militares. Eis um exemplo deste tipo de situação:

We were billeted in a rather attractive house, and presented ourselves before our landlady and her son, who was a cavalry officer. They were very polite, asked a number of questions about a thousand and one things — chiefly political — and examined us *ad nauseam* about England.¹⁶

Notáveis são as descrições das vilas por onde passa, embora não pelo seu valor literário, pois, como já referimos, Schaumann

¹⁵ *Ibid.*, p. 259. A descrição da execução de todos aqueles que foram apanhados a roubar continua ao longo do capítulo. Schaumann, embora crítico da severidade da punição, não gasta palavras na defesa dos criminosos.

¹⁶ *Ibid.*, p. 30.

não é um homem de letras, apesar de ser um militar evidentemente culto, que sabe francês e latim, cita Shakespeare¹⁷, conhece a obra de Daniel Defoe, *Robinson Crusoe*, e designa o exército inglês pelo cognome *John Bull* mais de uma vez, invocando esta forma ainda invulgar da obra de John Arbuthnot, *The History of John Bull*. O valor destas descrições está na possibilidade que abre de um interessante trabalho de comparação, visto que muitas delas surgem não uma mas duas vezes, no princípio da campanha e outra já no fim desta, testemunhando a destruição de dois países, Espanha e Portugal. O seu percurso desenha-se no mapa com ponto de partida em Maceira, passando pelo Vimeiro, por Torres Vedras, por Mafra, por Sintra, por Oeiras, por Queluz, por Lisboa, de onde parte para Espanha. Quando regressa ao nosso país percorre Vila Franca, Abrantes, seguindo sempre pela margem esquerda do Tejo. No Norte passa pelo Porto, por Penafiel, por Braga descendo depois para Coimbra e Tomar. Rara é a localidade que não é mencionada pelo comissário alemão¹⁸, acompanhada sempre de um pequeno comentário. Assim, Torres Vedras, descrita num primeiro momento, em 1808, como “pitoresca”, torna-se uma “wretched village” em 1811.

A esse ano estão reservadas as descrições mais realistas, como a que Schaumann faz de Portugal num momento de fuga das populações:

Old people, lame and sick people, women just risen from childbed, children and whole families with all their belongings, packed either on bullock carts, mules, horses or donkeys, were to be seen mixed up with all kinds of beasts, among which pigs, owing to their unruliness and

¹⁷ Surgem no texto ocasionais citações de Shakespeare, autor que é muito representado em momentos de campanha mais calmos que permitem esse tipo de organização lúdica. A título de exemplo, as tropas limpam e arranjam um celeiro na Quinta da Agila, em Espanha, onde Schaumann arranja guarida para o seu regimento. Durante este período, quando as forças francesas se preparam para atacar Ciudad Rodrigo, os militares divertem-se representando peças do dramaturgo inglês e muitas comédias inglesas.

¹⁸ O tradutor, sempre que efectua cortes no texto original, refere, em nota, quais os locais cuja menção já não surgira, para que, desta forma, não se perca nenhum ponto da passagem do 52.º regimento pela Península. Por razões de economia do texto, omitimos muitos dos nomes das localidades mais pequenas e menos conhecidas das quais Schaumann fala no seu diário. A listagem seria interminável de outra forma. Não queríamos, porém, deixar de notar como se pode traçar num mapa, de forma muito pormenorizada, todo o percurso que o autor fez com os seus regimentos.

horrible cries, were most conspicuous. And this throng, marching to the wailing and lamentation of the fugitives both from town and country, presented a scene which I shall never forget.¹⁹

Schaumann não poupa o seu leitor aos detalhes mais negativos da campanha, ilustrando o seu texto com várias imagens, que só acrescentam forma e cor às suas palavras²⁰:



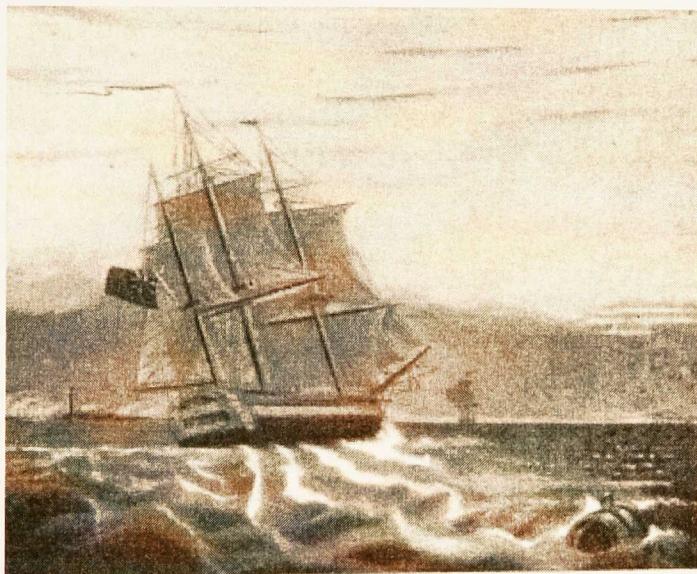
AN INCIDENT ON THE RETREAT.

Mas não é o dramatismo que marca as linhas do diário do comissário alemão, pois mesmo nestes momentos em que se impunha alguma seriedade no tom, Schaumann interrompe uma batalha ou uma retirada estratégica confusa para contar como encontrou o seu primo com quem divide um bom almoço, ou das suas conquistas amorosas nas povoações onde se instalam. E algumas passagens divertidas, quase picarescas, estão reservadas ao “faithfull valet and cook” Manoel, que o acompanha praticamente desde o início da sua estadia na Península, cúmplice de várias aventuras e um verdadeiro amigo, de quem Schaumann se despede oferecendo-lhe muitas das suas aquisições feitas durante a campanha e “chorando como um bebé”. Ao

¹⁹ *On the Road With Wellington*, p. 255.

²⁰ Apesar de não estar tão nítida como no original, a figura representa o terror da retirada das tropas e da fuga das populações. É possível distinguir na aguarela o corpo de uma mulher morta, agarrada ao seu filho que, segundo Schaumann, ainda estava vivo. A cena impressionou o autor o suficiente para a inserir na obra.

dizer adeus a Manoel, diz também adeus à comida portuguesa que elogia, ao fandango que o diverte e, por outro lado, às imagens de um país devassado que já não queria ver.



BACK TO ENGLAND

A sua carreira na Guerra Peninsular é recompensada quando, ao retirar-se das suas funções, o seu superior o elogia, dando Schaumann como um bom exemplo para todos os comissários.

As tropas aliadas anglo-portuguesas, às quais dedicou quatro anos da sua vida, caracteriza-as Schaumann da seguinte forma, elogiando, sem dúvida, as forças militares portuguesas daquela que lhe parecia ser a melhor forma:

The Portuguese fought with conspicuous courage, and did great credit to Marshal Beresford, who had trained them. They also proved a tribute to the masterly soundness of Lord Wellington's military policy, for he had attached a couple of Portuguese regiments to every English division, and brought them into a position where, for the first time, they could prove their mettle and stand the test of battle. He had thus inspired them with confidence in themselves, which always leads to deeds of daring. They behaved just like English troops, and, indeed, fought

with such valour that the French believed them to be Englishmen disguised in Portuguese uniforms.²¹

Inconsciente estava Schaumann, ao compor este elogio, que as suas palavras se referiam à figura que mais polémica levantou no período, pois se Beresford era popular e querido junto de alguns, que o intitularam 1.º Marquês de Campo Maior e 1.º Conde de Trancoso, também era detestado junto de outros que viram na sua regência a causa para a forte crise na qual o país mergulhara, e que tudo fizeram para expulsar o Marechal do país²². Há, assim, alguma ironia nas palavras do comissário alemão, ironia esta que só contribui algo mais para o carácter original da obra. A sua visão é de um europeu, de um homem de um centro civilizacional e cultural muito diferente, que se sente mais identificado com os militares ingleses do que com os companheiros de armas portugueses com os quais eventualmente se cruzou. Os portugueses são os *carters*, são o *Manoel*, são aquelas pessoas em fuga desesperada que têm o país destruído, mas que, apesar disso, honraram o Marechal Beresford.

Historicamente as páginas do comissário Schaumann nada acrescentam sobre a Guerra Peninsular, ou tão pouco o pretende o autor. O seu mérito está no novo ponto de vista que inaugura ao ter como objectivo principal não a estratégia militar mas a vivência do dia-a-dia. Claro que o mesmo se podia dizer de qualquer diário — e estes existem em abundância dentro do tema da Guerra Peninsular — mas poucos poderão reclamar um estatuto de autoridade sobre o dia-a-dia de todo um regimento como o faz Schaumann que, entre vitórias e retiradas descreve também a maneira mais fácil para encontrar manteiga fresca, boa carne e a melhor aguardente, ou como convencer uma família a albergar vinte soldados ... outra vez.

²¹ *Ibid.*, p. 249

²² Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Palas Editores, 1981.

RECENSÕES CRÍTICAS

CAMÕES, Luís Vaz de (1997): *The Lusiads*; Translated with an Introduction and Notes by Landeg White. Oxford/New York: Oxford University Press

Isabel Lousada e Iolanda Ramos

"Arms are my theme, and those matchless heroes
Who from Portugal's far western shores
By oceans where none had ventured
Voyaged to Taprobana and beyond [...]" (CAMÕES 1997: 3)

This is how Landeg White starts the latest English translation of the Portuguese well-known poem *The Lusiads* (1572), the third line of which we chose to underline to focus the key word OCEANS, which was the leading theme of EXPO'98 - **The Oceans, a Heritage for the Future**.

Vasco da Gama, who in May 1498 for the first time arrived in India, was actually remembered in the last international exhibition of the century, held in Lisbon, just like in the 1570s epic poem Luís Vaz de Camões celebrated the voyage of the navigator around the Cape to India and the heroic deeds of the Portuguese people.

Thus it seems quite appropriate a book review on the recent work of Landeg White.¹ The book represents a major contribution to the English understanding on how to read a Portuguese classic in the present time, "an epic of European thought and action in the sixteenth century (CAMÕES 1997: ix), to use the author's own words.

This is an Oxford paperback edition, published within the World's Classics collection, which captivates the reader with a splendid cover illustration, showing special concern with subject

¹ All the references to the work of Camões are written by Landeg White as *The Lusiads*, probably to stress the same syllable as in the Portuguese form.

and age contextualization. Being so, from the beginning we feel compelled to open a volume which has the merit of fulfilling even the most demanding expectations and also stimulates a most enjoyable reading.

The work itself starts with an **Introduction** where artistic and cultural purposes are stated. It comprehends a biographical notice on Luís Vaz de Camões, where references to early biographers are included. Besides this relevant information the author adds details of historical background that allow the common reader to be enriched with suitable historical images. Landeg White benefits of specialised knowledge and personal experience due to a sixteen-year residence in the West Indies and Africa, being the author of several studies on the fields of African history and poetry.

Like his predecessors who before translated the Portuguese text, White comments on earlier translations. Even doing so he seems to have an extreme ability to be synthetic, so, in opposition to the works done before, he chose a paradigmatic example of two previous translators. On the one hand, Richard Fanshawe (1655), who rendered the first translation, considered faithful and poetical, respecting the cannon of *ottava rima*. On the other, William C. Atkinson (1952), the last to translate the Portuguese epic, this time into prose.

On the **Translator's Note** we can find references to five translators, Leonard Bacon, J. J. Aubertin and William Mickle, besides the two already mentioned. It is assumed by Landeg White that one of the major difficulties when translating *The Lusíads* was due to the form chosen by Camões. Therefore, he decided to respect "the eight-line units of the original text with its formal closes" (CAMÕES 1997: xxi). But, we must add, it is no longer the *ottava rima*, which all former translators except Mickle, Musgrave, Mitchell, Duff and Atkinson maintained.

Above all the difficulties he mentions the peculiarities of the languages: "For it is an illusion to believe that the verse form of Camões's epic can be replicated in English. Portuguese is an inflected language and its sentences are shaped differently" (CAMÕES 1997: xxi). However, the author was skilful enough to sort the best way out. He confesses "all translations include painful choices" (*ibidem*), which makes us recall Mickle who said "None but a Poet can translate a Poet" (MICKLE 1766: cl). In fact, White himself has published works of poetry before.

In a thematic **Selected Bibliography** the author includes fundamental studies apart from well-known biographies of

Camões. White did not seem to consider relevant to provide his readers with an exhaustive list of the complete and/or partial translations of *The Lusiads* in the English language, which can be found in the article “Traduções de *Os Lusíadas* em Inglaterra” (SOUSA 1992: 13-15). Besides the above mentioned version of Mickle, he omitted four out of the nine complete translations made since the sixteenth century. Therefore, those of Thomas Moore Musgrave (1826), Thomas Livingston Mitchell (1854), Richard Francis Burton (1880) and Richard Ffrench Duff (1880) are not taken into account, which may lead the reader to underestimate the importance of the way how Camões was made known in Britain during the Romantic Age and the whole nineteenth century.

After the bibliographical references the author provides the reader with a useful **Chronology of Luís Vaz de Camões**, where the most relevant aspects on the life and the work of the poet as well as particular developments of Portuguese History of the period are followed by two maps. These illustrate and help to locate the reader of the 20th century about places mentioned by Camões.

In a word, the author offers us a complete translation where concern with historical accuracy reflects his knowledge of history, which goes beyond the ten Cantos of *The Lusiads* and is found all over his entire study.

The best decision was made as far as poetic and aesthetic perspectives are concerned. If we have in mind the effect achieved by Fanshawe and Atkinson, to quote only the examples chosen by the author, the result of this new version of *The Lusiads* is a text which combines with a satisfactory balance the poetry and the clearness one would expect. It provides, by avoiding the complexity of the formal language used in Fanshawe, as well as the plainness found in Atkinson, an adequate, fluent, pleasant reading nowadays without missing the ‘flavour’ of the original.

The author applied his knowledge and historic background in the section **Explanatory Notes** at the end of the translation, obtaining a good solution for one of the most pragmatic difficulties when one thinks of translating a work like *The Lusiads*. Since the text was originally published more than four hundred years ago, historical, mythological and geographical names could not easily be identified by the modern reader with whom the author himself feels sympathetic with: “Few of us share the extent and depth of Camões’s knowledge of the classics [...]” (CAMÕES 1997: xiii). The footnotes ought to be avoided as

fortunately they were by Landeg White. Otherwise they would have been necessarily shortened, which would not benefit, in any sense, the unaware reader in search for specific information.

To conclude, it is our opinion that the remarkable work of Landeg White is an accomplished British translation of a challenging text which encourages a deep interest on Camões beyond Portuguese frontiers: “[...] Camões’s celebration of the newness of the world, was a theme that required, and requires, constant rediscovery” (CAMÕES 1997: xx).

We welcome the fine translation of Mr. White² which links the future to the past by setting a bridge through his new reading of the renowned Portuguese epic, and recommend its acquisition, not only by those whose field of interest is Portuguese literature and culture, for so many years forgotten or at least neglected, but also by readers in general. Camões has always been the exception, as we can see back in 1859, in *The Athenaeum*, where we can read an anonymous appreciation which, referring to Portugal as “the land of the *Lusiad*”, claims that “there was probably never an English library of any great extent which did not contain at least a Camoens” (ANON. 1859: 204). May this new version of *The Lusiables*, the first in almost fifty years, find its place in the libraries of the century to come.

References:

- ANON. (1859): “Portuguese Bibliographical Dictionary — [Diccionario Bibliographico Portuguez, & c.]. By Innocencio Francisco da Silva. Vol. 1. (Lisbon, National Printing-Office) in *The Athenaeum*, n.º 1659.
- MICKLE, William Julius (1776): “Introduction” in *The Lusiables; or, The Discovery of India. An Epic Poem*. Oxford: Jackson and Lister.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (1992): *Camões em Inglaterra*. Lisboa: ICALP.

² Landeg White has recently received the Teixeira-Gomes Prize for this translation.

ROBERTSON, IAN. *Los curiosos impertinentes. Viajeros ingleses por España desde la accesión de Carlos III hasta 1855*. Traducción de Francisco José Mayans. Madrid. Ediciones del Serbal S.A. y Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Segunda Edición. 1988.

Maria Fernanda de Abreu

Ao longo do século XIX, a Espanha converteu-se num dos mais cobiçados objectos de desejo dos relatos de viagens dos românticos europeus. A popular *Carmen* de Merimée (1846)/ Bizet é um produto desse interesse e a *Voyage en Espagne*, de Théophile Gautier (1840), um dos livros mais interessantes a que a moda deu origem. Mas não só os europeus cobiçaram essa fonte de exotismo e diferença, já que outro livro famoso recolhe os contos do Alhambra, publicados pelo norte-americano Washington Irving, romântico, diplomata, historiador e viajante, que se publicaram, pela primeira vez, em Londres, em 1832, na Colburn and Bentley, com o título *The Alhambra or the New Sketch Book*. Em 1857, refundido, o livro aparece, finalmente, num editor novaiorquino, Putnan.

Não por acaso, no entanto, esse livro terá surgido, em primeira mão, em Londres. Na verdade, são os ingleses que, desde meados do século XVIII, viagem a viagem, e relato a relato, foram escrevendo um abundante e minucioso *corpus* de literatura de viagens por terras de Espanha, ao mesmo tempo dando lugar a um crescente interesse e curiosidade por essas terras, as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens.

É este *corpus* que Ian Robertson cuidadosamente recolhe, resume, fragmentariamente transcreve e comenta neste seu trabalho que intitulou *Los curiosos impertinentes*. A expressão é tomada de Miguel de Cervantes que chamou “Del curioso imper-

tinente” à que veio a converter-se na mais famosa das novelas interpoladas do seu *Quixote*, de 1605, por sinal, a primeira sequência do livro a ser traduzida para uma língua estrangeira, o francês, logo em 1608. Nada tem a ver a curiosidade impertinente do protagonista do relato cervantino com a dos viajantes ingleses registados por Ian Robertson, mas, com ele, o autor quis certamente prestar homenagem ao mais importante e popular escritor da língua espanhola e ao livro a cuja divulgação e popularidade, precisamente, os ingleses contribuíram de forma definitiva: traduzindo-o integralmente, logo em 1612; dinamizando a sua recepção produtiva de forma exemplar quando a *novel* inglesa de meados do século XVIII (entre outros Smollett, Fielding e Sterne) fizeram do livro de Cervantes um modelo para a renovação da ficção narrativa.

O livro de Ian Robertson conheceu a sua primeira edição, também em castelhano, em 1977. No Prefácio dessa primeira publicação, agora reproduzido, o autor dá as razões que o levaram à elaboração deste trabalho, reconhece antecessores e destaca algumas das suas características, chamando desde logo a atenção para o facto de, em nenhum momento, ter pretendido nem a exaustividade nem o academicismo.

Assim, por exemplo, reconhece ter sido a sua obra, em certa medida, “inspirada” pelo livro de Rose Macaulay sobre os viajantes ingleses em Portugal, publicado em 1946 com o título *They went to Portugal*, mas adverte para o facto de não ter seguido o método desse “inimitable estudio”, organizado pela profissão dos respectivos viajantes, mas ter preferido antes uma ordem cronológica, desde a subida ao trono de Carlos III (1759) até ao aparecimento, em 1845, do influente *Hand-Book for Travellers in Spain*, de Richard Ford, que, só dez anos mais tarde, já conhece uma terceira edição, a última em vida deste.

À cerca das suas próprias motivações, Robertson começa por corroborar a opinião de outro ensaísta inglês, autor do estudo *The Spanish Temper* (1954), que, nos anos vinte, ali tinha vivido dois anos, sobre o facto de Espanha ser de todos os países europeus que conheceu o que mais viva impressão lhe causou: “los efectos de esa experiencia fueron radicales y permanentes; casi podría afirmar que la visión del paisaje de Castilla cambió su vida.” E acrescenta: “el fascinante atractivo de este país no ha disminuido un ápice.”

No prefácio desta segunda edição, o autor adverte para algumas alterações introduzidas à primeira edição desde a ligeira

modificação do subtítulo até à incorporação de um apêndice documental, onde dá uma relação dos mais famosos viajantes ingleses por Espanha no século posterior à morte de Ford e à revisão e actualização da bibliografia que aparece amplamente comentada neste prefácio. Interessante é a observação do ensaísta à cerca do facto — segundo ele já observado pelos viajantes que são objecto da sua antologia — dos próprios espanhóis manifestarem, na maioria dos casos, “una incapacidad innata para la visión amplia e integradora”, atribuindo-a à origem fragmentária de Espanha, constituída por diferentes e individualizados reinos ou regiões (hoje Autonomías) que “no fueron concebidos para ser encuadrados por Castilla en un Estado único”. Ian Robertson, que, a certa altura, confessa não em vão ter sido já etiquetado como “el último de una serie de Curiosos Impertinentes”, considera este comportamento negativa e despectivamente: “nacionalismo patriotero” e “rémora secular del imperecedero ideal de la ‘patria chica’.”

O exemplo serve igualmente para mostrar que o autor não se exime, como nada o obrigaria a eximir-se, de dar uma visão política da Espanha relatada pelos textos que inclui no seu *corpus*, tanto nas passagens que selecciona como nos comentários que estas lhe sugerem. Assim, chama a atenção para o facto de, bem cedo, a maior parte dos viajantes ingleses por Espanha, nos anos contemplados, terem percebido e comentado “la discrepancia radical entre la fiera independencia de los españoles y la autocracia restrictiva de buen número de sus gobiernos.” As limitações da liberdade de imprensa, a censura inquisitorial e “la inhibición causada por la Iglesia en casi todas las actividades intelectuales” até à morte de Fernando VII (1833) são outros dos aspectos destacados pelo ensaísta e já apontados pelo primeiro dos seus viajantes: Edward Clarke (1760-1761).

Finalmente, da variedade de autores recolhidos no corpo principal da antologia (são cerca de trinta), de Clarke ao celebrado Richard Ford, passando por destacados hispanófilos como Baretta (1760-1769), Robert Southey (1795-1796, autor de uma tradução do *Amadis de Gaula* e de uma versão da *Crónica del Cid*), George Borrow e outros que nem sempre discorreram sobre assuntos de primeira importância, Ian Robertson conclui da “extraordinaria variedad de costumbres, idiosincracias, inclinaciones y actitudes mentales” que ressaltam dessas páginas e que, segundo ele, sobreviveram ao desenvolvimento e à passagem do tempo e podem ainda, nos nossos dias, ser observadas pelo “viajero perspicaz”.

Percorrendo, precisamente, essas páginas que a antologia de Ian Robertson põe à nossa fácil disposição — e esta acessibilidade constitui, sem dúvida, o maior mérito do seu trabalho — damos-nos conta de que muitos desses narradores viajaram também por Portugal, o que a eles lhes dava essa desejada visão de conjunto da Península Ibérica e a nós não deixa de interessar-nos.

Ian Robertson não transcreve os relatos das viagens por terras portuguesas porque, obviamente, esse não é o objectivo do seu livro, mas não deixa de assinalá-lo no registo dos itinerários. Assim, a visita a Lisboa aparece como término da viagem, no caso dos que entram em Espanha pela fronteira francesa, e como início, no caso dos que chegam por barco. Entre os primeiros estão *Lord e Lady Holland*, que em Paris iniciaram, no inverno de 1802, uma longa viagem que veio a terminar cerca de ano e meio depois em Lisboa, onde passaram quatro meses (*The Spanish Journal of Elizabeth Lady Holland* (1910)). Por seu lado, Richard Twiss, por exemplo, contará no seu *Travels through Portugal and Spain* (1775) como, depois de uma viagem de barco desde Falmouth, chegou em 17 de Novembro de 1772 a Lisboa, que lhe pareceu «virtualmente na mesma ruínosa situação em que se encontrava no dia seguinte ao terremoto». Robert Southey termina em Lisboa uma viagem que inicia na Coruña e que relata em *Letters written during a short Residence in Spain and Portugal* (1797), feita em 1795-96. Voltará, de resto, a residir em Portugal, durante treze meses em 1800-1801, estadia que se encontra relatada em *Robert Southey: Journal of a Residence in Portugal*, publicado em 1960 por Adolfo Cabral, segundo nota de Ian Robertson. Também Henry Herbert, Visconde de Porchester, em 1827, passou três semanas em Lisboa, antes de seguir para o Norte em direcção à Galiza, uma viagem de que dá relação no seu *Portugal and Galicia*, publicado em 1836. Diferente é o caso de *Sir Benjamin Badcock* que, nas suas viagens por terras espanholas, parte de Lisboa e regressa a Lisboa pelo facto de formar parte de uma missão militar inglesa que tinha como tarefa estudar a situação portuguesa, durante a guerra civil entre absolutistas e liberais. Cabia-lhe observar os movimentos dos espanhóis ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha, e esses são, de facto, os pontos do trajecto que relata no seu *Rough leaves from a Journal kept in Spain and Portugal during the years 1832, 1833 and 1834*, que publica em 1835.

Os apêndices com que foi enriquecida esta segunda edição são criteriosamente organizados. Um primeiro apresenta passa-

gens de obras de “viajeros no ingleses cuyas obras se tradujeron al inglés”, alemães e franceses, que poderiam ter motivado ou contaminado a visão e as descrições dos ingleses, já que, de facto, são referidos por estes. Um segundo apêndice dá conta de “algunas figuras menores”; um terceiro faz uma relação de “viajeros ingleses por España desde 1855”; finalmente, o quarto apêndice enumera os embaixadores, encarregados de negócios, enviados especiais ingleses que no mesmo período compreendido pelo *corpus* do trabalho estiveram em Espanha. Uma bibliografia dividida em secções que acompanham a organização da obra enriquecem o seu vasto conteúdo informativo e um índice, com os nomes de lugares e de pessoas, facilitam e estimulam a sua consulta. Falta apenas uma relação das ilustrações, muitas, que, além da informação que prestam, conferem um particular interesse plástico ao livro.

E fica o que mais pode interessar o leitor curioso, mais ou menos impertinente: a multiplicidade de relatos, observações, apontamentos e comentários de que as terras de Espanha, as suas gentes, costumes e paisagens — terras e gentes do sul — foram objecto por parte destes viajantes ingleses com uma visão tão britânica, tão do norte, tão outra, que, talvez, por isso mesmo, se interessaram em vê-las e escrevê-las.

